UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO ARAGUAIA-TOCANTINS

Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais

Marabá-Pará-2017

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Instituto de Ciências Humanas
Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins

Reitor: Dr. Maurílio de Abreu Monteiro

Vice-reitora: Drª Idelma Santiago da Silva

Pró-Reitor de Ensino de Graduação: Dr. Elias Fagury Neto

Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação Tecnológica: Drª Fernanda Carla Lima Ferreira

Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Estudantis: Ms. Haroldo de Souza

Diretor do Instituto de Ciências Humanas: Ms. Janailson Macedo Luiz

Vice-Diretor do Instituto de Ciências Humanas: Ms. Marcelo Gaudêncio Pureza

Diretora da Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins (FACSAT):
Drª. Joseline Simone Barreto Trindade

Vice-Diretor da Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins (FACSAT):
Dr. André Augusto Inoue Oda

Núcleo Docente Estruturante da FACSAT

- Prof. Dr. André Augusto Inoue Oda

- Profª Drª Célia Regina Congílio

- Prof. Dr. Cloves Barbosa

- Profª Drª Edma do Socorro Silva Moreira

- Profª Drª Gisela Macambira Villacorta

- Profª Drª Joseline Simone Barreto Trindade

- Prof. Drª Marilza Sales Costa

- Prof. Ms. Raimundo Wanderley Correa Padilha

- Profª Ms. Simone Cristina Contente Padilha

;

> Possibilidades humanas ainda ocultas; e por essa razão devemos perfurar as muralhas do óbvio e do evidente, da moda ideológica do dia cuja trivialidade é tomada como prova de seu sentido. Demolir tais muralhas é vocação tanto do sociólogo quanto do poeta, e pela mesma razão: o emparedamento das possibilidades desvirtua o potencial humano ao mesmo tempo em que obstrui a revelação do seu blefe (BAUMAN, 2001, p.232).

Lista de Siglas

CPT	Comissão Pastoral da Terra
CNE	Conselho Nacional de Educação
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
FACSAT	Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia Tocantins
FECAMPO	Faculdade de Educação do Campo
FACED	Faculdade de Educação
FAGEO	Faculdade de Geografia
FAHIS	Faculdade de História
FCP	Fundação Cultural Palmares
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição Ensino Superior
IFCH	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
ICH	Instituto de Ciências Humanas
ISA	Instituto Socioambiental
LAPEX	Laboratório de Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais
NAIA	Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica
NEES	Núcleo de Educação Especial
NDE	Núcleo Docente Estruturante
MST	Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra
MEC	Ministério da Educação
MIQCB	Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PNCSA	Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIBEX	Programa Institucional de Extensão
PIBIC	Programa de Institucional de Bolsas Iniciação Cientifica
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 7

1.1 A FACSAT NO CONTEXTO DE CRIAÇÃO DA UNIFESSPA 8

2. JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO 9

2 .1 MEMÓRIA HISTÓRICA DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM MARABÁ 9

2.2 A FACSAT NO CONTEXTO DO SUL E SUDESTE PARAENSE 10

3. CARACTERÍSTISCAS GERAIS DO CURSO 13

4. DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO 14

4.1 FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS, ÉTICOS E DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS 14

4.2 OBJETIVOS 15

4.3 PERFIL DO EGRESSO 16

4.4 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES 16

4.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 18

5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO 18

5.1 ESTRUTURA DO CURSO 18

5.2 TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO 20

5.2.1 Procedimentos da Banca Examinadora 22

5.3 ESTÁGIO SUPERVISIONADO 23

5.4 ATIVIDADES COMPLEMENTARES 23

5.5 POLÍTICA DE PESQUISA 23

5.5.1 Leitura e produção textual 24

5.5.2 Métodos e Técnicas de Pesquisa 24

5.5.3 Seminários de Integração 25

5.5.4 Seminários de Conclusão de Curso 26

5.5.5 Diálogos de Pesquisa 26

5.5.6 Laboratório de Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais (LAPEX) 28

5.5.7 Trabalho de campo 29

5.5.8 Linhas de pesquisa 29

5.6 POLÍTICAS DE EXTENSÃO 33

5.7 POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL 34

5.7.1 Diversidade e inclusão: ensino, pesquisa e extensão 34

5.7.2 Censo estudantil 38

6 PLANEJAMENTO DO TRABALHO DOCENTE 41

7 SISTEMA DE AVALIAÇÃO 42

7.1 CONCEPÇÃO E PRINCÍPIO DA AVALIAÇÃO 43

7.2 AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM 43

7.3 AVALIAÇÃO DE ENSINO 44

7.4 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO 45

8 INFRAESTRUTURA 46

8.1 Docentes 46
8.2 Técnicos 47
8.3 Instalações 47
8.4 Recursos 48

9. REFERÊNCIAS 50

10. ANEXOS 51

Anexo 1: Ata de aprovação do PPC na Sub-Unidade 51
Anexo 1.1 Ata de Aprovação na Unidade (ICH) 51
Anexo 2: Desenho Curricular 64
Anexo 3: Contabilidade Acadêmica 66
Anexo 4: Atividades curriculares por período letivo 70
Anexo 5: Demonstrativo das atividades curriculares por competências e habilidades trabalhadas 72
Anexo 6: Quadro de equivalências entre componentes curriculares antigos e novos (abrange as turmas 2013 e anteriores) 74
Anexo 7: Quadro de equivalências entre componentes curriculares antigos e novos de Licenciatura (abrange as turmas 2014 e 2015) 75
Anexo 8: Representação Gráfica do Desenho Curricular 76
Anexo 9: Ementas das Disciplinas Curriculares 77
EIXO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA 77
EIXO DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR 89
EIXO DE FORMAÇÃO LIVRE 98
Anexo 10: Lei nº 6.888/1980: Dispõe sobre a profissão de sociólogo/a 106
Anexo 11: Decreto nº 89.531/1984: Regulamenta a profissão de sociólogo/a 108
Anexo 12: Resolução da FACSAT que normatiza os Trabalhos de Conclusão de Curso 111
Anexo 12.1: Modelo de Ficha de Avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso 116
Anexo 13: Ficha de atividades complementares 117
Anexo 14. Documentos legais que subsidiaram a elaboração do Projeto Pedagógico 119

1 INTRODUÇÃO

O presente projeto pedagógico do Curso de graduação em Ciências Sociais – Bacharelado foi elaborado e aprovado pela Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins (FACSAT). Antes disso, desde 1994, vínhamos desenvolvendo nossas atividades nos marcos do Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (UFPA), em uma história de variados esforços para a construção de um curso de Ciências Sociais que atendesse as nossas necessidades específicas. Em 2010, o Projeto Pedagógico original foi transformado e reformulado. Nesse percurso, envolveram-se coletivamente diferentes sujeitos (discentes, docentes, técnicos, representantes de movimentos sociais e diversas organizações), convidados a refletir sobre a formação, desafios e expectativas para a construção do curso de Ciências Sociais no sul e sudeste do Pará. O presente Projeto Pedagógico representa, nesse sentido, o acumulo de experiência institucional da FACSAT e um ponto de culminância de nossa formação histórica.

Diante de todo esse processo, a Faculdade percorreu um longo caminho para tentar resolver – ou pelo menos amenizar – os problemas vivenciados. Com esta nova proposta, pretendemos oferecer maior dinâmica e flexibilidade ao curso, buscando aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem, redimensionando o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) para um desenho curricular do bacharelado, de modo a formar cientistas sociais que possam atuar em diferentes realidades sociais com uma base mais holística e sólida.

Assim, a nova estrutura para a oferta do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais ora proposto neste projeto pedagógico traz como perspectiva uma atuação em diálogo próximo com a sociedade, pois a vivência da realidade integrada ao contexto acadêmico qualifica o ensino e favorece a produção de novos saberes. Nossa missão é a construção de conhecimento conjugado entre docentes, discentes e egressos, para contribuir no processo de desenvolvimento social e humano da região e de todo o país.

Este documento reflete as aspirações dos corpos docente, discente e técnico da FACSAT para o estabelecimento de um curso que garanta a sólida formação dos bacharéis em Ciências Sociais, em uma região com inúmeras contradições sociais e, que, por isso, demanda um debate qualificado sobre os problemas sociais e ações efetivas planejadas e orientadas para o bem-estar das populações da região, pois o processo dinâmico de encontro entre diferentes forças sociais e econômicas trouxe rápidas e profundas transformações no intervalo de apenas algumas décadas. Faz-se necessário o olhar mais analítico, minucioso e prático das Ciências Sociais sobre as ações do poder público, das empresas privadas, das antigas e novas oligarquias, de todos os atores sociais envolvidos nas transformações sociais, econômicas e políticas e seus impactos na região.

Nesse sentido, nossa preocupação com a formação de Bacharéis em Ciências Sociais se dá não apenas no que diz respeito ao conhecimento objetivo por eles acumulado, senão também no compromisso social orientado por valores éticos e políticos da dignidade humana, da igualdade social, do respeito aos direitos humanos em geral, do respeito às diferenças culturais e de gênero, da

valorização dos povos e comunidades tradicionais, da laicidade do Estado, do bem-estar das populações locais e do empoderamento de todos os atores sociais oprimidos e marginalizados no processo de desenvolvimento social, político e econômico da região.

A preocupação com uma sólida formação intelectual de bacharéis também passa pela necessidade de darmos visibilidade, em nível nacional e internacional, aos problemas e contradições sociais locais. Ademais, a qualificação das pesquisas produzidas por cientistas sociais formados na própria região amazônica, que concentra uma parte significativa da realidade econômica brasileira, podem indicar, em última instância, uma aprimorada orientação de políticas públicas, tanto em nível local, quanto nacional.

1.1 A FACSAT no contexto de criação da Unifesspa

O Bacharelado em Ciências Sociais é ofertado pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), uma instituição de ensino superior pública, multicampi, criada oficialmente em 5 de junho de 2013 com a sanção da presidenta Dilma Rousseff, como resultado do desmembramento do campus de Marabá da Universidade Federal do Pará (UFPA).

A Unifesspa pretende ser "(...) uma universidade inclusiva" cuja missão é a de "produzir, sistematizar e difundir conhecimentos filosófico, científico, artístico, cultural e tecnológico, ampliando a formação e as competências do ser humano na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e no avanço da qualidade de vida" (PDI Pró-Tempore 2014-2016, p. 27). Nesse sentido seus princípios norteadores compreendem a,

> (a) universalização do conhecimento; (b) o respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológica; (c) o pluralismo de ideias e de pensamento; (d) o ensino público e gratuito; e) a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; (f) a flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos; (g) a excelência acadêmica; (h) a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente." (PDI Pró-Tempore 2014-2016, p. 27-8).

Na condição de universidade recém-criada, refletindo de certo modo o desenvolvimento acelerado da região, esta Instituição de Ensino Superior (IES) se encontra em um movimento intenso de investimento em novas estruturas, de ampliação do seu quadro docente e técnico, da criação de novos cursos, de reorganização administrativa e de formação de sua identidade própria.

A Unifesspa é organizada a partir de Institutos, cada um reunindo um conjunto de Faculdades. As Faculdades que, *grosso modo*, representam disciplinas científicas com alguma afinidade epistemológica entre si são reunidas sob a direção comum do Instituto. A abrangência da direção do Instituto se limita a um conjunto de faculdades de um mesmo campus e cada instituto conta com representações nas instâncias deliberativas da administração superior. A Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins (FACSAT) junto com as Faculdades de Educação do Campo (FECAMPO), de Geografia (FAGEO), de História (FAHIST) e de Pedagogia (FACED) constituem o Instituto de Ciências Humanas (ICH).

2. JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

2 .1 Memória histórica do curso de Ciências Sociais em Marabá

Em 1957, com a aprovação do Decreto-lei 3.191 foram criadas sete faculdades da UFPA: Medicina; Direito; Farmácia; Engenharia; Odontologia; Filosofia, Ciências e Letras, Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais. Segundo Palhano (2007), naquela época o Curso de Ciências Sociais já estava em funcionamento no Estado do Pará (visto que havia sido autorizado pelo Decreto-lei 35.456, de 04 de Abril de 1954) na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belém - FFCL, uma das Faculdades que, reunidas em 1957, compuseram a UFPA.

Os cursos oferecidos pela FFCL foram os primeiros, em Belém, destinados à formação de docentes para disciplinas específicas. O curso de Ciências Sociais integrava a seção de Ciências, juntamente com Matemática, Química, Física, História Natural, História e Geografia. A FFCL adotava a estrutura desenvolvida pela Faculdade Nacional de Filosofia, na qual, os três primeiros anos eram dedicados à formação para o bacharelado e, caso o discente desejasse, mais um ano para a licenciatura (ALMEIDA, 2006, p. 89).

A criação de um campus avançado em Marabá, localizado no sul e sudeste do Pará, deveria atender, prioritariamente, à necessidade de formação de docentes para o ensino fundamental e médio na década de 1990. Porém, no decorrer dos anos, a demanda por profissionais de pesquisa exigiu a inclusão da habilidade em bacharelado em Ciências Sociais, envolvendo dimensões que pudessem integrar os três eixos: ensino, pesquisa e extensão.

A história do Curso de Ciências Sociais em Marabá tem início em 1994, quando o antigo Centro de Filosofia e Ciências Humanas, atual Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UFPA, ofertou quarenta (40) vagas para composição de uma turma com habilitação para licenciatura e bacharelado. Entre 1994 a 1999, o curso funcionou em regime intervalar, sendo realizado no período de recesso letivo, com corpo docente vindo de Belém. Em 1999, uma segunda turma foi composta também em caráter intensivo ainda sob coordenação de Belém. Em meados do ano de 2000, a partir de uma discussão com a sociedade civil, foi desenvolvida e aprovada a criação do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, em caráter extensivo, no Campus Universitário de Marabá. A elaboração do projeto pedagógico do curso foi realizada pelos docentes da UFPA do campus de Marabá. Este projeto foi submetido ao parecer do sociólogo Jean Hébette, também da UFPA, em Belém, que foi favorável à criação do curso. Sendo assim, o curso teve sua regulamentação aprovada pelo parecer nº 09/2003, de 01 de outubro de 2003, da Câmara de Ensino da UFPA.

Em 2013, com a criação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), novos desafios foram colocados à FACSAT, entre eles, a reforma e elaboração de novos Projetos Pedagógicos de Curso, uma aproximação ainda maior com a sociedade e a integração interdisciplinar das Ciências Sociais com as outras Faculdades do Instituto de Ciências Humanas. Nesse sentido, o Projeto Pedagógico é um elemento importante no movimento de constituição de nossa autonomia e identidade própria enquanto Faculdade dentro de uma nova universidade.

Em 2014, com o desmembramento de licenciatura e bacharelado, com base no Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) Nº 09 DE 08 de maio de 2001, foi ofertada a primeira turma de Licenciatura em Ciências Sociais com quarenta vagas. Em 2015, ofertamos a segunda turma de licenciatura. Em 2016, a Faculdade ofertou a primeira turma em bacharelado em Ciências Sociais com 40 vagas. Já em 2017 foram ofertadas duas turmas uma de licenciatura (20 vagas) e uma do bacharelado (20 vagas).

2.2 A FACSAT no contexto do sul e sudeste paraense

As regiões sul e sudeste paraenses encontram-se no espaço oriental da Amazônia Brasileira. Trata-se de uma região que se destaca pelo dinamismo econômico e por profundas transformações da sua base socioprodutiva, motivada por uma forte intervenção estatal, a partir da década de 1960, que muda radicalmente o cenário regional anterior, a saber: o cenário de uma economia extrativista, com poucos vínculos extraregionais, floresta densa e povos indígenas. Em curto espaço de tempo, a região tornou-se objeto de uma expressiva expansão agropecuária, motivada por financiamentos e isenções da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), além da emergência da economia da mineração – seja através dos garimpos, como foi o caso de Serra Pelada, nos anos 1980, mas especialmente através da mineração industrial desenvolvida pela companhia VALE S/A, responsável pela exploração da maior jazida de ferro a céu aberto do mundo, localizada na serra dos Carajás (HALL, 1989).

Portanto, essa região deve ser compreendida em sua extrema complexidade desde os pontos de vista histórico, social, cultural e político. Estamos em uma das pontas abertas do sistema econômico mundializado. Nessa região há um fluxo contínuo de dinheiro, particularmente com o comércio exterior e com os investimentos estatais em infraestrutura, dentro de uma realidade em que os atores sociais estão em constantes processos de ajustamento e conflito em relação ao novo cenário econômico. Dentre outros atores sociais, incluem-se as novas e antigas oligarquias locais, o capital industrial e as empreiteiras do sudeste brasileiro, os novos e antigos movimentos sociais, os militares (que têm, em Marabá, um centro operacional importante). O resultado é uma região em processo de crescimento acelerado, com fluxos migratórios massivos, com preços inflacionados, sofrendo com uma especulação fundiária violenta na cidade e no campo, a progressiva proletarização das assim chamadas comunidades tradicionais, além de todos os conflitos sociais e exclusão que acompanham essas transformações.

Por isso, novas formas de contradições sociais de todos os matizes se configuraram e seguem se reconfigurando nesse processo de desenvolvimento; a região torna-se palco de intensos conflitos fundiários, devastação ambiental, massacre de etnias indígenas, camponeses, garimpeiros, desestruturação urbana, trabalho escravo, dentre outras mazelas sociais. Dessas contradições, surgiram miríades de focos de resistência e organizações sociais que compõem, em diversas frentes, forças políticas contra as mais diversas formas de opressão.

A região, vale lembrar, foi palco da Guerrilha do Araguaia, o principal movimento de resistência armada contra a ditadura civil-militar, na década 1960. Aqui temos um centro de intensas atividades do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), onde se conquistaram importantes assentamentos rurais, e foi nessa região, a menos de uma hora da cidade de Marabá, que aconteceu o Massacre de Eldorado dos Carajás em 1996, fato que assinala a extrema letalidade da violência estatal e, particularmente, das forças policiais estaduais do Pará. Além disso, deve-se ressaltar que o recurso a forças paramilitares por fazendeiros, empresários e oligarcas da região é muitíssimo recorrente (o Pará concentra 38% dos assassinatos do Brasil por conflitos no campo, segundo pesquisa da Comissão Pastoral da Terra) [1].

Outros importantes sujeitos sociais e políticos da região são os atingidos por barragens. Esse é o caso do município de Tucuruí, onde milhares de famílias foram deslocadas por ocasião da instalação dessa grande usina hidrelétrica. Existem projetos para instalação outra represa no Rio Tocantins, bem na área do município de Marabá. Entre os atingidos por barragens estão os índios da etnia Gavião, entre eles, os Parkatejê, os Kyikatejê e os Akrãtikatejê, sendo que estes últimos já haviam sido deslocados de Tucuruí e possivelmente serão atingidos novamente caso a Usina de Marabá venha a ser construída (PNCSA, 2010).

Além dos Gavião, outras etnias indígenas se encontram na região, na área de influência da bacia do Rio Tocantins (Asuriní do Tocantins, Parakanã, Suruí, Xikrin do Cateté, Anambé, Amanayé, Tembé, Turiwara (ISA), com seus territórios continuamente ameaçados por fazendeiros, agronegócio, pela mineração e todos os contínuos danos ambientais causados pelo modelo de desenvolvimento econômico aqui levado a cabo.

Enquanto zona de fronteira de expansão agrícola e de intensa atividade mineradora em plena Amazônia, aqui encontramos um dos mais importantes campos de batalha dos movimentos ambientalistas nacionais e estrangeiros, bem como a incorporação de valores e articulação política entre o ambientalismo em nível mundial e os diferentes movimentos sociais atuantes na região. O processo de desmatamento, contaminação das águas e formação de cidades sem estruturas de saneamento são consequências diretas de demandas do agronegócio e dos agentes econômicos que realizam o processamento de metais brutos aqui extraídos.

Nesse contexto, podemos ver o avanço do capitalismo mundial sobre os territórios tradicionalmente ocupados, a formação de novas identidades e transformação das antigas, a destituição de antigos potentados locais e a configuração de novas oligarquias em disputa. No encontro entre tantas séries históricas e suas contradições – que vão desde o local até o global, do "micro" ao "macro", o curso de Ciências Sociais é fundamental por contribuir na compreensão das relações entre esses múltiplos fenômenos que, normalmente, são vistos de forma dispersa e fragmentária. Assim, o curso de Bacharelado em Ciências Sociais é imprescindível para a problematização das relações

[1] Cf. Comissão Pastoral da Terra. Conflitos no campo - Brasil, 2013. Coord.: Canuto, C.R. S. L. et al. CPT Nacional, 2013

socioeconômicas culturais e ambientais que produzem desigualdades com profundos impactos nas dinâmicas locais.

Além de todos esses elementos apontados, temos um olhar atento para a história de ocupação da região Sudeste do Pará, marcada por diferentes ciclos econômicos que serviram de atrativo tanto para agricultores como para o grande capital que para cá migraram e se encontraram com povos indígenas e demais populações tradicionais aqui estabelecidos. Os diferentes ciclos de exploração de cristal de rocha, extrativismo vegetal, sobretudo o da Castanha-do-Pará (Brasil), implantação e expansão da pecuária, instalação dos Grandes Projetos na região, como hidrelétricas, mineradoras e guseiras, assim como exploração madeireira não se fizeram e não se fazem sem que haja conflitos entre os diferentes sujeitos que constroem essa região[2]. Esses conflitos se dão, entre outros motivos, pela diversidade de interesses e visões de mundo em disputa na construção da região.[3]

Neste sentido, os sujeitos e os processos de construção do que atualmente se chama o Território do Sudeste do Pará demandam diálogo com a Unifesspa para a discussão de problemas sociais, culturais, políticos e econômicos gerados a partir dessas disputas e conflitos que nele se configuram também como reflexo de um contexto mais geral em nível nacional e internacional.

Aspiramos, portanto, formar Cientistas Sociais pesquisadores e militantes atuantes na sociedade civil, diretamente na produção de conhecimento a partir da Sociologia, da Antropologia, da Ciência política e, também, na atuação militante de empoderamento junto aos sujeitos impactados na região, oferecendo a qualificação do debate político e social e as ferramentas de planejamento e de organização social.

[2] Cf. Hébette (1996) e Emmi (1999).
[3] Cf. Hébette (1996) e Emmi (1999).

3. CARACTERÍSTISCAS GERAIS DO CURSO

Nome do Curso	Bacharelado em Ciências Sociais
Local de Oferta	Instituto de Ciências Humanas / Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins
Endereço de Funcionamento	Unifesspa/Campus Universitário de Marabá/PA-ICH/Instituto de Ciências Humanas-FACSAT (Faculdade de Ciências Socais do Araguaia-Tocantins). Folha 31, Quadra 07, Lote Especial-S/N. Bairro: Nova Marabá- Marabá/PA-CEP 68.501-970
Forma de Ingresso	Processo Seletivo aprovado pelo CONSEPE
Número de Vagas	20 vagas
Turno de Funcionamento	Matutino, Vespertino e Noturno
Modalidade de Oferta	Presencial
Título Conferido	Bacharelado em Ciências Sociais
Duração Mínima	4 anos e meio
Duração Máxima	7 anos
Carga Horária Total	3.200
Período Letivo	Extensivo, nos segundo e quarto períodos, de acordo com a organização do Regulamento de Ensino de Graduação da Unifesspa (Resolução n. 002 de 08 de janeiro de 2014). Intensivo em oferta de turmas por convênio e/ou contrato.
Regime Acadêmico	Seriado Semestral, sendo realizado a cada período letivo, como regulamenta a Resolução n. 008 de 20/5/2014 da Unifesspa
Formas de Oferta das Atividades*	Paralela
Ato de Criação	Resolução 2.243 de 03 de abril de 1995
Ato de Autorização do Curso	Portaria nº 180 de 08 de maio de 2013

***** O curso poderá ofertar atividades na forma modular nas seguintes situações: quando se tratar de atividades ministradas por docentes de outras unidades ou IES.

4. DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO

4.1 Fundamentos Epistemológicos, Éticos e Didático-Pedagógicos

O curso de Bacharelado em Ciências Sociais tem como princípio geral a responsabilidade social dos profissionais de Ciências Sociais com a sociedade. Compromisso construído a partir do conhecimento, da compreensão e intervenção crítica na realidade em que irão atuar. Para tanto, é necessário que a construção deste compromisso se faça de maneira dialogada entre os sujeitos sociais e os profissionais a serem formados pelo curso. É nossa filosofia que aqui se formem profissionais aptos a atuar em diferentes realidades sociais, com domínio de métodos e técnicas de ensino e pesquisa, próprios das Ciências Sociais, assim como profissionais hábeis em interagir com profissionais de outras áreas do conhecimento, de diferentes instituições, movimentos e organizações sociais, a fim de que também possam se tornar sujeitos transformadores da realidade.

O curso de Ciências Sociais deverá trabalhar de maneira indissociável o ensino, a pesquisa e a extensão, despertando em seus discentes a consciência de que são corresponsáveis por sua formação, e de que a construção do conhecimento científico deve partir do conhecimento da realidade, de forma que se crie um compromisso com ela e nela se possa intervir. Para além da simples competência técnica, o curso deve formar profissionais éticos.

Para atender a esta filosofia, o Curso de Graduação de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará-Unifesspa adotará em sua formação os seguintes princípios:

a) **Formação teórico-prática**: que possibilite ao cientista social diagnosticar, compreender e intervir de maneira responsável nos problemas sociais, junto aos grupos sociais com os quais ele trabalha;

b) **Articulação teoria-prática**: princípio norteador da atividade socioeducativa, que pressupõe a discussão de conhecimentos articulados à prática profissional propicia a reflexão da teoria em relação à realidade pesquisada, possibilitando, desta forma, um exercício constante de revisão, crítica e reconstrução do conhecimento científico;

c) **Trabalho coletivo**: princípio fundamental para o desenvolvimento de ações sociais e para a construção de relações sociais dentro de uma democracia; nutrimos, no cientista social aqui formado, a consciência de que a realidade social é fruto do trabalho coletivo, não sendo o cientista social um profissional autossuficiente;

d) **Trabalho interdisciplinar**: a articulação dos diversos tipos de conhecimento, a partir da apropriação das racionalidades que os formam, percebendo as diferentes visões de mundo existentes e as diferentes concepções de construção do conhecimento, para que se possa estabelecer diálogo que se reflita em sua prática profissional;

e) **Pesquisa como princípio socioeducativo**: o profissional a ser formado deverá compreender a pesquisa enquanto mediadora do "desencantamento, da revelação e reconstrução" do mundo social, norteadora da constituição de ações de intervenção que materializem suas práxis enquanto bacharel;

f) **Extensão como produção de novos conhecimentos**: o conhecimento da realidade em que está inserido e a relação dela com o contexto global é de fundamental importância para a atuação do cientista social, que deverá conceber a extensão como via de mão dupla para a construção do conhecimento científico, devendo ser realizada de maneira dialogada com os diferentes sujeitos nele envolvidos. O conhecimento produzido na academia deverá partir da realidade e a ela retornar, enfatizando o compromisso do cientista social com a sociedade;

g) **Relações com o mundo do trabalho como princípio educativo:** A reflexão crítica sobre a organização do mundo contemporâneo a partir do conceito de trabalho como elemento síntese da teoria-prática social que se efetiva na busca por modificações dos aspectos degradantes das condições sociais e econômicas de vida, e, a formação profissional com preocupações voltadas para que os profissionais liberais de Ciências Sociais atuem criticamente em suas atividades na perspectiva de obtenção de uma vida melhor para as pessoas em sociedade.

4.2 Objetivos

O objetivo do curso de Bacharelado em Ciências Sociais/ICH/Unifesspa é formar pesquisadores, considerando os princípios norteadores na relação entre teoria e prática, com comprometimento ético e político à luz dos valores fundamentais – já afirmados anteriormente – da defesa da dignidade humana, da igualdade social, dos direitos humanos como um todo, do respeito às diferenças culturais e de gênero, da valorização das culturas tradicionais, do bem-estar das populações locais e do empoderamento de todos os atores sociais oprimidos e marginalizados no processo de desenvolvimento econômico da região. O Bacharel que desejamos formar está conectado aos movimentos sociais, ao terceiro setor, às redes internacionais de *advocacy*, a sindicatos e outras organizações sociais e políticas, às comunidades indígenas da região, às instâncias de decisão do poder público, a todas as formas de associação humana para as quais seu trabalho contribuirá visando a promoção de justiça social e dos direitos humanos. Em vista disso, aspiramos formar cientistas sociais pesquisadores e militantes, atuantes na sociedade civil, seja diretamente na produção de conhecimento, a partir da Sociologia, da Antropologia, da Ciência política, seja também na atuação militante junto aos diversos sujeitos sociais oferecendo a qualificação do debate político e social, as ferramentas de planejamento e organização social.

4.3 Perfil do Egresso

O perfil do Bacharel em Ciências Sociais formado pela FACSAT orienta-se segundo os Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura, publicados em 2010 pela Secretaria de Educação Superior do MEC. A saber:

> O Bacharel em Ciências Sociais atua na compreensão do funcionamento dos sistemas sociais [dos conflitos sociais, das relações de poder e dominação, das redes de atores sociais, das realidades culturais e políticas – acréscimo nosso], estabelecendo relações entre seus agentes e a dinâmica das transformações políticas e sociais. Em sua atividade, articula a teoria social, a pesquisa e a prática profissional para a compreensão de questões relevantes do contexto social, político e cultural, podendo subsidiar a formulação e execução, acompanhamento e avaliação de políticas públicas e programas de órgãos governamentais. Coordena e supervisiona equipes de trabalho, elabora pareceres, projetos e laudos sobre assuntos sociais e culturais. Em sua atuação, considera as Ciências Sociais como prática que compõe a identidade nacional" (MEC/SESU, 2010).

Ainda segundo o documento,

> O Bacharel em Ciências Sociais pode atuar como pesquisador em Instituições de Ensino Superior; em órgãos públicos e organismos internacionais na elaboração de políticas e programas sociais; em movimentos e organizações sociais; em empresas e institutos de pesquisa. Também pode atuar de forma autônoma, em empresa própria ou prestando consultorias (MEC/SESU, 2010).

Apenas a carreira de Sociólogo (que junto com a Antropologia e a Ciência Política compõem as Ciências Sociais brasileiras) está regulamentada. Porém, para o fim de definição do perfil profissional das Ciências Sociais, podemos estender aos três ramos tradicionais das Ciências Sociais brasileiras as atribuições estatuídas ao profissional Sociólogo, segundo a Lei 6.888 de 10 de dezembro de 1980, e, o Decreto nº 89.531 de 05 de abril de 1984, que procurou regulamentar a referida profissão.

O profissional formado no Bacharelado em Ciências Sociais deve, portanto, saber "elaborar, supervisionar, orientar, coordenar, planejar, programar, implantar, controlar, dirigir, executar, analisar ou avaliar estudos, trabalhos, pesquisas, planos, programas e projetos atinentes à realidade social" (Decreto nº 89.531/1984, Artigo 2º, Inciso I). Deve ter as condições necessárias para "assessorar e prestar consultoria a empresas, órgãos da administração pública direta ou indireta, entidades e associações, [organizações sociais e políticas, bem como movimentos sociais, – acréscimo nosso] relativamente à realidade social" (Decreto nº 89.531/1984, Art. 2º, Inciso III). O bacharel deve, também, ter a formação necessária para "participar da elaboração, supervisão, orientação, coordenação, planejamento, programação, implantação, direção, controle, execução, análise ou avaliação de qualquer estudo, trabalho, pesquisa, plano, programa ou projeto global, regional ou setorial, atinente à realidade social" (Decreto nº 89.531/1984, Art. 2º, Inciso IV).

4.4 Competências e Habilidades

O desenho curricular do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais deverá proporcionar aos discentes um conjunto de atividades e experiências acadêmicas, que assegurem a formação das seguintes competências e habilidades:

- Conhecer e dominar procedimentos teórico-metodológicos referentes aos três (03) campos das

Ciências Sociais: Antropologia, Ciência Política e Sociologia, e serão acompanhados de disciplinas de outras áreas do saber.

- Compreender as diferentes realidades sociais e nelas atuar de maneira comprometida a partir dos enfoques sociológicos, antropológicos, políticos e econômicos de maneira crítica.
- Estabelecer diálogo interdisciplinar entre as Ciências Sociais e as demais áreas do conhecimento humano.
- Compromisso com a ética profissional e ideal de justiça e igualdade social, bem como os valores referentes aos direitos humanos fundamentais como norteadores de sua atuação.
- Produzir novas análises e conhecimentos sobre as realidades em que atua, considerando que a educação é resultado de processos formais e informais, estes últimos com o mesmo potencial formativo que o primeiro.
- Contribuir para a construção de instrumentos que visem melhorias na qualidade de métodos e técnicas pedagógicas, mas também de vida da população das realidades em que intervém.
- Ter capacidade de intervenção que contribua para a transformação da realidade, possibilitando a construção de uma sociedade justa e igualitária, com educação de qualidade para todos.
- Familiaridade com a prática da docência e da pesquisa científica junto aos atores e agentes sociais participantes do processo de construção do conhecimento;
- Conhecer e dominar o processo de pesquisas cientificas diagnosticando problemas e propondo soluções para eles. Conhecer e aplicar tecnologias às atividades de pesquisa nas Ciências Sociais.
- Articular teoria e prática nos diferentes níveis do trabalho social.
- Identificar problemas socioculturais e educacionais, propondo respostas criativas às questões da qualidade de ensino.
- Conhecer, criar e utilizar diversas estratégias de pesquisa sabendo adequá-las aos objetivos propostos.
- Atuar em diferentes realidades na esfera do estado, terceiro setor, movimentos sociais.

As competências que aspiramos desenvolver nos discentes são aquelas presentes na seção específica sobre o Bacharelado em Ciências Sociais dos Referenciais Curriculares Nacionais para os Cursos de Bacharelado e Licenciatura, da Secretaria de Educação Superior do MEC, instituídos no Parecer CNE/CES nº 492/2001, a saber:

Competência 1: Domínio da bibliografia teórica e metodologia básica
Competência 2: Autonomia intelectual
Competência 3: Capacidade analítica
Competência 4: Articulação entre teoria, pesquisa e prática social

Competência 5: Compromisso social
Competência 6: Competência na utilização da informática

4.5 Procedimentos metodológicos

A formação de cientistas sociais com competência crítica e reflexiva exige planejamento da formação acadêmica, onde sejam desenvolvidas atividades que promovam no discente uma postura interdisciplinar e autônoma como agente proativo no processo formativo. Isso implicará o desenvolvimento de projetos e soluções de problemas vivenciados pelos discente a partir de princípios formativos com a articulação entre pesquisa, ensino e extensão. Assim, ao longo do curso se desenvolverá como metodologia aulas expositivas dialogadas, seminários e trabalhos em grupos, oficinas, cursos e minicursos, trabalho de campo, palestras, grupo de estudos, reuniões científico-pedagógicas, visitas científicas, seminários de integração e conclusão do curso, diálogos de pesquisa, laboratórios de pesquisa e extensão, viagem de campo, culminando com a apresentação pública do trabalho de conclusão de curso. Ressalta-se, ainda, práticas com métodos informacionais e tecnológicos.

No seu conjunto essas atividades ocorrerão tanto nos espaços da Unifesspa como fora dela, em escolas formais e informais, espaços formativos, comunidades, assentamentos rurais, sindicatos, partidos políticos, instituições públicas, associações, cooperativas, territórios indígenas, de comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais.

5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

5.1 Estrutura do curso

Em conformidade com as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação instituídas pelo Conselho Nacional de Educação e detalhadas no Parecer nº 492/2001, o currículo do Bacharelado em Ciências Sociais da FACSAT é organizado em três eixos:

A) Eixo de Formação Específica: neste eixo estão as disciplinas que conferem a identidade própria do cientista social, contendo os conhecimentos aprofundados das três dimensões do curso: a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política.
B) Eixo de Formação Complementar: neste eixo se concentram as disciplinas que contemplam um objeto mais especializado das Ciências Sociais e aquelas que "fazem interface com aqueles conjuntos advindos de outros cursos de Instituição de Ensino Superior" (Parecer nº 492/2001 do CNE/MEC).

C) Eixo de Formação Livre: “atividades acadêmicas de livre escolha do discente no contexto da Instituição de Ensino Superior” (Parecer nº 492/2001 do CNE/MEC).

O novo desenho curricular do Bacharelado em Ciências Sociais, com a divisão entre esses três Eixos de Formação, oferece maior flexibilidade para contemplar os diferentes interesses de pesquisa e expectativas intelectuais dos discentes, à medida que se concentram os esforços em um conjunto de disciplinas fundamentais obrigatórias, comuns a todos/as, e permite-se a abertura institucional aos discentes em seus processos individuais de formação intelectual; logo, contemplam-se seus interesses mais específicos com as disciplinas optativas do Eixo de Formação Livre.

Para o Eixo de Formação Específica (A), são destinadas 1360 horas de ensino em disciplinas obrigatórias. Aqui se encontram as disciplinas teóricas essenciais das Ciências Sociais, as disciplinas de método e de formação científica.

Para o Eixo de Formação Complementar (B), são destinadas 816 horas de ensino em disciplinas obrigatórias. Aqui estão as disciplinas que, como dito, “fazem interface” e/ou contemplam um objeto mais específico das Ciências Sociais: é o caso das disciplinas de *Economia Política* e *Formação social, econômica e política da Amazônia*, *do Brasil* e *do Mundo*. Nessa sessão está também a disciplina por meio da qual proporcionamos aos discentes oportunidade para adquirirem ferramentas de compreensão básica e de redação científica – a disciplina *Leitura e Produção Textual nas Ciências Sociais* (cf. item sobre essa disciplina) –, com o intuito de suprimir eventuais deficiências na formação do ensino básico e permitir a apreensão sistêmica de conteúdos e a construção de conhecimentos para além do mero amontoado de conteúdos pedagógicos.

No Eixo de Formação Complementar encontram-se, também, as atividades do Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais, onde – veremos mais à frente, no item *Laboratório de Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais*/LAPEX – se conjugam tanto a relação entre teoria e prática, quanto a relação entre ensino-pesquisa-extensão. Nesse eixo desenvolveremos componentes curriculares voltados ao debate dos direitos humanos e ambientais e ao debate das relações étnico-raciais a exemplo das disciplinas.de acordo com a Lei 10.639/2003 que obriga o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira.

E para o Eixo de Formação Livre (C) são destinadas 272 horas em disciplinas *optativas* no âmbito maior do Instituto de Ciências Humanas e de toda a Unifesspa. Nossa expectativa é – na medida em que sejamos beneficiados com a rápida expansão das estruturas físicas da Unifesspa e assim dispormos de mais salas de aula – a de oferecer pelo menos 04 disciplinas optativas por semestre, ademais das ofertadas por outras Faculdades do ICH.

Para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso são destinadas 612 horas. (Cf. item à frente sobre os TCCs). E finalmente, a carga horaria de atividades complementares é de 140 horas.

O Bacharelado em Ciências Sociais tem duração total de 3.200h, com limite mínimo para integralização de 04 anos e seis meses (54 meses), em conformidade com a Resolução nº 2 de 18 de junho de 2007, e limite máximo de 07 anos, sob pena de prescrição da vaga do discente.

Como afirmamos anteriormente, no item sobre o perfil do egresso, os direitos humanos são norteadores éticos e políticos de nossa atuação docente. Nesse sentido, como valor imanente às nossas atividades pedagógicas a Educação para os direitos humanos está contemplada em todos os componentes curriculares de forma transversal como indica os artigos 6 e 7 da Resolução nº 1 de 30 de maio de 2012, além disso é um tema desenvolvido nas linhas de pesquisa e na política de extensão da Facsat. Em relação à Educação Ambiental será trabalhado de forma direta a partir de componentes curriculares que tem como tema central o debate de questões ambientais na Amazônia, assim como de forma transversal no decorrer de componentes curriculares que trabalham os temas históricos e teóricos como prevê a Resolução CNE/MEC nº 02 de 15 de junho de 2012.

Na medida em que se integrarem novos docentes ao quadro, e que os atuais docentes avancem em suas próprias pesquisas e seus interesses intelectuais se desloquem, novas disciplinas podem ser agregadas e outras suprimidas do atual desenho curricular. O processo de formação dos docentes é igualmente contínuo, não se esgota no momento da posse como docente efetivo, e é do interesse desta Faculdade apresentar aos discentes o que esteja mais próximo do estado da arte em suas áreas de pesquisa.

5.2 Trabalhos de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) representa a linha de chegada desse processo contínuo de avaliação e de estímulo à pesquisa. Cumpridas todas as condições necessárias para tal nos três primeiros anos de formação, a experiência de fabricação de um TCC é um dos momentos mais profícuos da formação discente.

Compreendemos que o TCC é parte indispensável na formação dos Cientistas Sociais, imprescindível para a formação dos discentes como pesquisadores, mas também no sentido de *uma retribuição que o discente deve oferecer à sociedade, no contexto de uma universidade pública*, para contribuir no avanço dos estudos científicos da região Amazônica.

A redação do TCC é um elemento integrado às atividades de ensino e pesquisa, e é regido pela Resolução da FACSAT nº 01 de 8 de junho de 2016 (cf. Anexo 12), que estabelece as normas que regem os TCCs. Visamos, com essa norma, realizar o princípio de integração entre ensino e pesquisa, entre as atividades de ensino regulares do Bacharelado em Ciências Sociais e as atividades de pesquisa discentes.

Os discentes, como visto na seção que versa sobre a estrutura curricular, disporão de 612 horas para elaboração do material, encontrando-se regularmente com seu orientador, aprofundando seus

conhecimentos na literatura sobre o tema, coletando mais materiais para redigir os textos finais. Nosso entendimento é o de que, para garantir a qualidade da produção científica dos futuros cientistas sociais, assim como para que a experiência de pesquisa seja plena, o discente necessita se dedicar exclusivamente ao TCC, para que possa construir seu objeto, enfrentar as adversidades que surgem naturalmente em todas as etapas da pesquisa, desde a pesquisa de campo, a análise dos dados, a organização lógica dos argumentos até a escrita do texto. O tempo dedicado, pelo discente, às atividades de pesquisa estão contemplados pelo artigo 61 do Regulamento de Graduação da Unifesspa, onde se lê: "Os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação poderão prever um período letivo para que os discentes desenvolvam, exclusivamente, atividades de pesquisa e/ou extensão, como estratégias de formação". A elaboração e defesa do TCC não se configuram, portanto, como disciplinas *stricto sensu*, não obstante serem parte indispensável de sua formação acadêmica.

Para os docentes-orientadores, as 612 horas possibilitam acompanhar todas as mudanças acerca do objeto, do material empírico, de enfoques teóricos e metodológicos, que naturalmente ocorrem no processo de pesquisa, dando-lhes maior flexibilidade no processo de orientação. Além disso, o graduando será acompanhado pelos docentes da FACSAT nas disciplinas de Diálogos de Pesquisa I e II.

Segundo a Resolução que rege os TCCs o/a discente/a dispõe das seguintes opções para sua elaboração:

I. Monografia de Pesquisa de Campo, compreendendo-se como trabalho acadêmico realizado a partir da pesquisa de dados primários;
II. Pesquisa Bibliográfica, compreendendo-se como tal trabalho acadêmico realizado a partir de pesquisa de dados secundários;
III. Aprofundamento de pesquisas realizadas no Laboratório de Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais da FACSAT, agregando expedições adicionais a campo sob inteira responsabilidade do discente, e pesquisa bibliográfica ampliada sobre o tema;
IV. Documentário Audiovisual, realizado a partir de pesquisa de campo, com equipamentos próprios ou concedidos por outras instituições de fomento à pesquisa. O Documentário Audiovisual deverá ser apresentado pelo discente em texto, indicando resultados de atividade de pesquisa de campo e bibliográfico que justifiquem a produção do material em modelo de monografia.
V. Artigo científico em coautoria com o orientador (a) publicado em periódico da área.

De acordo com o item IV, buscaremos também proporcionar ao discente a opção de integrar a produção audiovisual ao conhecimento nas Ciências Sociais, na medida em que as novas tecnologias e a acessibilidade destes meios de produção artística impõem-nos novas formas de pensar o fazer científico. Além disso, as questões levantadas no TCC na forma de produção audiovisual poderão,

através da divulgação para além dos muros da universidade, alcançar o restante da sociedade e ter impacto maximizado.

5.2.1 Procedimentos da Banca Examinadora

O TCC é avaliado em procedimento de defesa pública nos Seminários de Conclusão de Curso (cujos princípios político-pedagógicos explicitaremos no próximo item), em que o discente concluinte deverá fazer uma breve exposição de seu trabalho, responder às arguições dos examinadores convidados e submeter seu trabalho à avaliação dessa banca examinadora.

A defesa pública é um momento importante não apenas para o discente que está concluindo seu curso, senão também para todo a comunidade acadêmica da FACSAT, com alto valor pedagógico na formação de pesquisadores capacitados para o trabalho crítico e analítico.

Os examinadores deverão preencher uma ficha de avaliação com 10 itens discriminados. Busca-se, através desse mecanismo, que o discente possa ter um autoconhecimento acurado e preciso sobre seus pontos fortes e seus pontos fracos. Os critérios da ficha de avaliação são elementos importantes, já que o processo de construção do conhecimento do cientista social não se encerra com a defesa do TCC e a colação de grau. Mas também é importante como recurso pedagógico destinado ao alunado que acompanhará, como espectadores, essas defesas públicas nos Seminários de Conclusão de Curso.

Além disso, em vista de promover uma prática científica pautada pela ética na pesquisa, alguns mecanismos merecem destaque, como a reprovação imediata nos casos de plágio, e a jurisdição do Conselho da Faculdade sobre os demais problemas éticos. Isso se faz necessário na medida em que, até a data de instituição deste Projeto Pedagógico, o Comitê de Ética da Unifesspa não se encontra instalado.

Outra razão é a concretização de um princípio básico da produção acadêmica, que é o da *cumulatividade do trabalho científico*. Para não cairmos no erro de "inventarmos a roda" a cada vez que iniciamos a orientação de um discente, a publicização compulsória dos TCCs (e os avanços de pesquisa que representam) faz com que se facilite o avanço das futuras pesquisas para além da produção discente anterior, na medida em que os achados desses discentes-pesquisadores podem ser incorporados por todos os outros pesquisadores, sejam estes docentes ou discentes. Disponibilizaremos os TCCs no *site* do FACSAT.

Ainda, outra razão é a concretização do princípio, já evocado neste Projeto Pedagógico, de integração entre ensino e pesquisa. *A divulgação ampla dos resultados das pesquisas discentes*, comunicadas publicamente nas defesas públicas que ocorrem nos Seminários de Conclusão de Curso, *são consideradas por nós atividades excelentes de aprendizagem*, na medida em que os conteúdos pedagógicos trabalhados em sala encontram ali, nas pesquisas efetivas, sua manifestação prática.

Por fim, os Seminários contribuem decisivamente na construção do *autoconhecimento da comunidade FACSAT*, onde podem ser verificados os resultados de todo o trabalho de ensino em sala de aula e, de modo amplo, de toda nossa política de pesquisa, oferecendo a todos – docentes, discentes

e técnicos acadêmicos e administrativos – subsídios para esse exercício de autocrítica e consequente aperfeiçoamento de nosso trabalho.

5.3 Estágio Supervisionado

O Bacharelado em Ciências Sociais não possui, por enquanto, Estágio Curricular Obrigatório, tal como previsto pelo Parecer nº 224 de 04 de agosto de 2004 do CNE/MEC. Nossa intenção, em médio prazo, é estruturar uma política de estágio consistente com oportunidades continuamente abertas para todos os discentes interessados em cultivar uma experiência laboral em instituições como o Ministério Público Federal, a FUNAI, o ICMBio, Casa da Cultura de Marabá; Instituto Nacional Colonização e Reforma Agrária (INCRA); os poderes executivo e legislativo municipais, além de entidades do terceiro setor e movimentos sociais.

No mais, as atividades práticas estão organizadas tanto no recurso já tradicional, entre os docentes da FACSAT, ao trabalho de campo nas atividades de ensino, quanto nas atividades do Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais. Os estágios extracurriculares dispõem de docente responsável pela supervisão, com todas as atribuições deste cargo.

5.4 Atividades Complementares

As atividades complementares são aquelas que ultrapassam a estrutura básica das disciplinas contempladas no perfil de formação, mas são relevantes para a formação profissional. A experiência extracurricular é essencial para que a formação do discente se amplie de forma interdisciplinar. No Anexo 13 listamos as atividades que serão contabilizadas como atividades complementares, totalizando uma carga horária de 140 horas. Os casos não contemplados nessa lista serão deliberados nas reuniões do Conselho da Faculdade. Os documentos que certifiquem a participação nas atividades complementares devem ser disponibilizados pelo discente, à secretaria da Faculdade para que seja arquivado.

A Facsat estimula prioritariamente que o discente busque atividades fora de sala de aula e externos à universidade. Porém, o discente que tenha dificuldades para fazê-lo poderá preencher sua carga horária de atividades complementares dentro da sala de aula, através de *matrícula, frequência e avaliação em disciplinas optativas do Eixo de Formação Livre para além das quatro disciplinas optativas já previstas no desenho curricular*. A carga horária dessas disciplinas extras, frequentadas pelo discente e avaliadas pelos docentes, será devidamente contabilizada como atividade complementar.

5.5 Política de pesquisa

Esforçamo-nos ao máximo para que o papel do docente-pesquisador não se dissocie de seu papel como educador em sala de aula. As atividades contínuas de pesquisa do quadro docente, estimulada por todos os ângulos possíveis, beneficia não apenas seus próprios currículos, senão também que atinge diretamente a profundidade dos conhecimentos trabalhados com os discentes, permitindo-nos transmitir nossa ambição de excelência aos cientistas sociais em formação nas salas de aula.

O estímulo à produção científica está presente em todas as disciplinas do Bacharelado em Ciências Sociais. Trata-se de um objetivo comum compartilhado por todos os docentes da FACSAT no processo ensino-aprendizagem. Nessa subseção, demonstramos alguns componentes curriculares especialmente voltados para a formação de pesquisadores em Ciências Sociais e que integram nossa política de pesquisa.

5.5.1 Leitura e produção textual em Ciências Sociais

Nossa principal ferramenta de trabalho é a linguagem e a lógica. Nesse sentido, a disciplina "Leitura e produção textual em Ciências Sociais" – junto às iniciativas de outras subunidades do Instituto de Ciências Humanas, como o Programa de Educação Tutorial – busca capacitar os discentes para uma compreensão mais plena dos conteúdos pedagógicos e assim suprimir eventuais déficits de aprendizagem resultantes do ensino básico de nossa região.

Essas carências de nossa região refletem um problema nacional, sem dúvida. Isso não obstrui nossa postura ativa para enfrentá-lo. Nesse sentido, são muitos os desafios que os docentes da FACSAT devem estar dispostos a enfrentar, mantendo-se abertos para incorporar novas técnicas e métodos pedagógicos que possibilitem os melhores resultados possíveis no processo didático. Ademais, em outro curso que ofertamos em nossa Faculdade, a Licenciatura em Ciências Sociais (cf. PPC próprio da Licenciatura da FACSAT), junto às instâncias da administração superior, buscamos sempre aprofundar os contatos e fazer valer os convênios acordados entre a universidade e as redes públicas de ensino básico.

Essa disciplina, vale ressaltar, tem como objetivo primordial não simplesmente a introdução à terminologia acionada pelos Cientistas Sociais e às regras de redação científica, senão também a aquisição, por parte do discente, de ferramentas analíticas que permitam uma compreensão plena dos textos trabalhados, através de um aproveitamento cada vez maior dos conteúdos e uma apreensão crítica das ideias. Cada novo conhecimento adquirido deve se relacionar com o conjunto de temas que já foram incorporados pelos discentes no processo de aprendizagem.

5.5.2 Métodos e Técnicas de Pesquisa

Na dimensão da *formação dos discentes-pesquisadores* nos primeiros anos, temos um conjunto de disciplinas pensadas para que possamos oferecer aos discentes os instrumentos adequados para sua iniciação no trabalho de produção científica. Para a finalidade específica de promover a iniciação científica, lançamos mão de sete disciplinas: as disciplinas de *Leitura e produção textual em Ciências Sociais*, *Métodos e técnicas de pesquisa em Ciências Sociais* (I, II, III e IV), os *Laboratórios de pesquisa e extensão em Ciências Sociais* (I e II).

Na dimensão da *produção científica própria de nossos discentes*, a partir da segunda metade do curso, a FACSAT dispõe de uma série de mecanismos institucionais metodológicos para que o discente-pesquisador não fique sem orientação e uma estrutura que o integre à produção científica no âmbito da Faculdade. Entre esses mecanismos – como veremos mais à frente –, destacamos a estrutura de *Linhas de pesquisa*, os *Diálogos de pesquisa* e os *Seminários de Conclusão de Curso*, que promovemos nos últimos meses do ano letivo. Esse procedimento metodológico possibilita durante o percurso formativo

do discente acompanhar suas experiências de pesquisa, incentivando-o para desenvolver suas atividades em uma pluralidade de espaços acadêmicos a exemplo da inserção em grupos de pesquisa, grupos de estudo, eventos científicos, programas de monitoria e projetos de extensão.

Oferecemos aos discentes do Bacharelado em Ciências Sociais quatro componentes curriculares especialmente voltados para o domínio dos métodos científicos em nossa área e para o cultivo de técnicas específicas de pesquisa. Dividimos as quatro disciplinas que abrangem métodos e técnicas qualitativas, por um lado, e quantitativas, por outro (cf. ementário em Anexo).

Quanto à pesquisa qualitativa, contemplada nas disciplinas I e III de Métodos e técnicas de pesquisa, nosso objetivo é o de que o discente se familiarize com as técnicas mais usuais em nossa área, como a observação participante e a etnografia, a pesquisa documental e a biográfica, grupos focais, entrevistas estruturadas e semiestruturadas. Já no que diz respeito à pesquisa quantitativa, contemplada nas disciplinas II e IV, nosso objetivo é o de oferecer instrumentos essenciais tanto para uma estatística descritiva quanto para a análise de dados estatísticos.

As discussões de método acompanham passo a passo as disciplinas estritamente teóricas (Teorias sociológica, antropológica e política I, II, III e IV). Teorias e métodos formam um conjunto inseparável. Nossa concepção é, nesse sentido, distinta da tradição positivista estadunidense. Nas disciplinas de método e técnicas de pesquisa (I, II, III e IV), nossa preocupação é a de oferecer aos discentes os instrumentos necessários para suas práticas de pesquisa, para formularem problematizações dos fenômenos sociais dentro de um enquadramento teórico consistente, e assim também poderem organizar a coleta de materiais empíricos do modo mais adequado a essas problematizações.

5.5.3 Seminários de Integração

Nos primeiros meses de cada ano letivo, a direção e os docentes da FACSAT promovem os Seminários de Integração da FACSAT, onde iniciamos oficialmente nossos trabalhos. Neste momento, os docentes da Faculdade apresentam aos discentes a estrutura do Bacharelado e os caminhos através dos quais pensamos sua formação como cientistas sociais profissionais. É nesse seminário que os docentes se apresentam aos calouros, divulgando suas trajetórias intelectuais e as linhas de pesquisa em que atuam (cf. item “Linhas de pesquisa”).

Os Seminários de Integração são destinados também aos discentes mais antigos, na medida em que as mudanças em nossa atuação pedagógica – seja na forma de alteração de nosso Projeto Pedagógico, seja na forma de Resoluções normativas deliberadas no Conselho da FACSAT, onde estão representadas as três categorias de nosso microcosmo acadêmico (docentes, discentes e técnicos acadêmicos e administrativos) – são, nesse momento, compartilhadas e esclarecidas com todos os discentes.

Nos Seminários de Integração, todas as concepções que norteiam nosso trabalho docente são apresentados. É neste momento também que compartilhamos com os discentes o planejamento didático do Bacharelado e os caminhos que abrimos para a formação do discente-pesquisador e sua produção

científica. Trata-se de um canal de comunicação suplementar entre discentes, docentes e técnicos. Junto aos Seminários de Conclusão de Curso (que veremos mais à frente em item dedicado a isso), os Seminários de Integração são um momento importante no processo de autoconhecimento da FACSAT.

Pensamos tal evento especialmente como um processo ativo de *formação de uma cultura acadêmica e organizacional* que aumente nossa produtividade e efetividade na formação de cientistas sociais com todas as competências necessárias para realizarem suas missões profissionais.

Além disso, prevemos, ao final do evento, a realização de *uma aula inaugural* com docentes externos, convidados pela Faculdade, trazendo à comunidade acadêmica da Unifesspa os debates mais atuais em nossa área de conhecimento.

5.5.4 Seminários de Conclusão de Curso

Realizaremos, no último mês dos semestres letivos, os Seminários de Conclusão de Curso da FACSAT, que se constituem em encontros abertos à toda comunidade acadêmica da Unifesspa, cuja participação é obrigatória aos discentes envolvidos na tarefa de elaboração do TCC, onde aqueles que concluíram seu trabalho farão – *no âmbito desses Seminários, apenas* – a sustentação pública perante bancas examinadoras designadas e aprovadas pelo Conselho da FACSAT. Em outras palavras, salvo casos excepcionais decididos neste Conselho, todas as defesas públicas acontecerão no momento dos Seminários de Conclusão de Curso.

Na semana do Seminário de Conclusão de Curso, as atividades didáticas em sala de aula são suspensas e os discentes de todas as turmas são estimulados a assistir as defesas de seus colegas graduandos e as arguições dos docentes nas bancas examinadoras. Para isso, *a frequência nos Seminários contará também como carga horária válida para contabilidade das Atividades Complementares dos discentes-ouvintes*.

Esse é um evento que envolve toda a comunidade – docentes, discentes e técnicos administrativos – e é importantíssimo pelas seguintes razões. A primeira é a de fazer com que os discentes mais novos na instituição se familiarizem desde cedo com a defesa pública, tanto no que diz respeito aos procedimentos desse ritual acadêmico, quanto no que se refere aos diálogos críticos no processo de argumentação e contra argumentação. Algo importante para que os discentes não se intimidem com um procedimento que apenas lhes assusta porque é pouco conhecido.

5.5.5 Diálogos de Pesquisa

A experiência acumulada ao longo dos anos nos permitiu formular estratégias especificamente destinadas para um problema comum, que é o de nos mantermos próximos aos discentes para que não se se afastem do universo acadêmico durante suas pesquisas para conclusão de curso. Uma de nossas iniciativas nessa direção é a instituição de Diálogos de pesquisa – na forma de disciplinas integradas à estrutura curricular do Bacharelado – que permitem-nos acompanhar o discente desde suas primeiras inspirações até a redação final do trabalho definitivo.

As disciplinas de diálogos de pesquisa I e II são vinculadas à elaboração dos Trabalhos de Conclusão de Curso, sendo que a aprovação do discente nessa disciplina está inextricavelmente

vinculada à efetiva conclusão do texto e defesa pública de seu trabalho. Caso não se concretize a escritura, bem como a sustentação pública do TCC nos nossos Seminários de Conclusão de Curso (cujos objetivos detalharemos no próximo item deste PPC), há a reprovação imediata do discente nessa disciplina. O objetivo desta medida é manter o discente integrado às atividades didáticas do Bacharelado no caso de Trabalhos de Conclusão reprovados ou não concluídos. Em outras palavras, pretendemos fazer que o discente não se afaste da instituição de ensino e do acompanhamento corpo-a-corpo dos docentes da faculdade.

Os Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais se dividem em duas etapas: i) a disciplina Diálogos I tem como objetivo e elemento central de avaliação a produção de um Projeto de pesquisa com objetivos claros, justificativa da importância desse trabalho, revisão bibliográfica inicial suficiente para construção das hipóteses de trabalho, um planejamento viável para a coleta de dados de análise e um calendário de trabalho preciso.

Nosso intuito é transformar as primeiras ideias acerca dos interesses dos discentes em um planejamento consciente de trabalho, indicando o/a orientador/a mais adequado/a à consecução dos objetivos traçados, bem como transformar suas ideias mais vagas de pesquisa em algo instigante, porque factível.

Além do Projeto de pesquisa como elemento central de avaliação, prevemos a apresentação, na última metade do curso, da revisão bibliográfica inicial realizada pelos discentes, com vistas à ampliação do leque de leituras que contribuirão no desenvolvimento efetivo da pesquisa.

A disciplina Diálogos II tem como objetivo e elemento central de avaliação o texto definitivo de seu Trabalho de Conclusão de Curso avalizado pelo orientador do trabalho.

Nessa disciplina, os discentes compartilharão suas experiências no desenvolvimento de seu trabalho, os achados de pesquisa e as dificuldades encontradas, em uma atividade coletiva que permita a abertura de seu trabalho individual às perspectivas e sugestões de seus colegas e dos docentes responsáveis. Ao longo da disciplina, os discentes empenhados na feitura de seus TCCs apresentarão seus avanços de pesquisa, compartilhando com os colegas seus desdobramentos.

Além disso, na última metade dessa disciplina, prevemos a realização de uma série de seminários de pesquisa-apresentações dos trabalhos mais adiantados, com foco especial na sustentação oral da defesa pública, estimulando as críticas e as sugestões dos colegas e docentes. Para isso, além do docente encarregado pela mediação dos diálogos, teremos a participação ativa dos orientadores assinalados e escolhidos pelos discentes para orientação. Com essa atividade, o discente que defenderá publicamente seu TCC se fortalece com as diferentes perspectivas que lhes são apresentadas e assim se prepara para o momento derradeiro da defesa, mas também esta é uma atividade em que aqueles colegas que não estiverem simulando sua própria sustentação pública exercitam-se igualmente para o bom combate do diálogo crítico na forma de argumentos e contra-argumentos.

Ressaltamos mais uma vez que a aprovação na disciplina Diálogos de pesquisa é vinculada à escritura e defesa pública bem-sucedida do TCC. Isso é importante para que mantenhamos motivados e capacitemos adequadamente aqueles que não concluíram seu trabalho passado o tempo das aulas regulares.

No que se refere à pesquisa de campo, a meta de longo prazo do Bacharelado em Ciências Sociais coincide com o expresso no Plano de Desenvolvimento Institucional de toda a UNIFESSPA, a saber: "alcançar a excelência na atividade de pesquisa, com reconhecimento externo e liderança nas áreas de atuação dos diversos grupos da Instituição" (UNIFESSPA, PDI Pró-Tempore 2014-2016, p. 93). É nessa busca de excelência que formulamos nossa política de pesquisa.

5.5.6 Laboratório de Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais (LAPEX)

Na medida em que os discentes se familiarizem com as teorias sociológicas, antropológicas e políticas ao mesmo tempo que as disciplinas de métodos e técnicas transformam as teorias em instrumentos de problematização científica da realidade social, criam-se as condições para a iniciação dos discentes em práticas de pesquisa efetivas, sob os cuidados de nossos docentes-pesquisadores. Para isso, elaboramos o projeto Laboratório de Pesquisa e Extensão (LAPEX), através do qual coroamos a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

Com o LAPEX, os conhecimentos adquiridos anteriormente pelos discentes se condensam em uma prática efetiva de pesquisa e extensão, de modo que o trabalho do docente em sala de aula se estabelece em uma relação sinérgica com seu próprio trabalho como pesquisador. Para os discentes-pesquisadores, há o benefício óbvio da aquisição de uma experiência prática de atuação em pesquisa; já para os docentes-pesquisadores, há o benefício de recolecção de material empírico útil para suas próprias pesquisas e capacitação dos discentes para sua ulterior integração nas linhas de pesquisa em que os docentes atuam.

Através dessas atividades conjuntas – tanto dos discentes entre si, quanto na relação entre discentes-pesquisadores e docentes-pesquisadores –, queremos *preparar os futuros profissionais das Ciências Sociais para o trabalho em equipe e*, eventualmente, dependendo da evolução do programa, *para o trabalho interdisciplinar*, ao lado de cientistas de outras formações acadêmicas.

O LAPEX é um programa permanente de ensino, pesquisa e extensão do Bacharelado em Ciências Sociais, uma concepção de longo prazo de formação de conhecimento conjuntamente entre discentes e docentes da FACSAT. Trata-se, certamente, de um componente previsto na estrutura curricular na forma de duas disciplinas de 68 horas (LAPEX I e II), mas seu escopo é maior do que isso. Por ser – repetimos – um programa permanente de ensino, pesquisa e extensão, cada ciclo de atividades representa um novo conjunto de elementos empíricos somados e acumulados para a formação de *um banco de dados de pesquisa* permanente e aberto para toda a comunidade acadêmica.

Portanto, o LAPEX deve ser compreendido em todas suas dimensões. Em sua dimensão disciplinar, na qualidade de componente curricular obrigatório, o LAPEX insere-se como elemento eminentemente prático do processo de acumulação de conhecimento dos discentes-pesquisadores nas

disciplinas teóricas e metodológicas. Em sua dimensão mais propriamente institucional, o LAPEX faz com que a política de pesquisa da Faculdade não se reduza à soma de pesquisas individuais de seus docentes e discentes, senão que *a FACSAT mesma, enquanto instituição universitária, se torna geradora permanente de conhecimentos sobre a região*.

5.5.7 Trabalho de campo

As viagens a campo fazem parte das atividades curriculares, momento em que o docente planeja um cronograma com ações que visam pesquisas de campo sobre temas desenvolvidos em sala de aula. A atividade de pesquisa de campo está prevista em todos os componentes curriculares com carga horaria prática. Essa atividade inclui viagem de campo com objetivo do promover experiência etnográfica/ observação participante e uso de técnicas de pesquisa documental, entrevistas, grupo focal e história oral, registro fotográfico. As atividades de pesquisa de campo são programadas nas reuniões de planejamento da FACSAT a cada início de semestre para que a Faculdade possa fazer previamente o orçamento de viagem. Além disso, a participação dos discentes em eventos científicos – Simpósios, Seminários, Congressos (cf. sessão sobre Atividades Complementares) – é considerada Atividade Complementar e por isso contam para o fim de preenchimento de Carga Horária discente.

Os Trabalhos de Conclusão de Curso são, nesse sentido, a coroação de um processo amplo e multifacetado de formação de cientistas profissionais com sólida formação intelectual, espírito crítico e com a disposição para a promoção de justiça social e dos direitos humanos.

5.5.8 Linhas de pesquisa

Enfatizamos desde o início, nos Seminários de Abertura, as diferentes linhas de pesquisa existentes de acordo com os itinerários intelectuais de nosso corpo docente. A pesquisa discente seguirá necessariamente essas linhas de pesquisa. Esse é um elemento importante para assegurar a qualidade dos trabalhos de pesquisa dos discentes, já que o orientador poderá oferecer contribuições mais decisivas em direção ao estado da arte em suas áreas de trabalho. Mas é um aspecto importante também para que, em sentido inverso, seguindo o princípio de integração entre ensino e pesquisa, as pesquisas discentes contribuam na produção científica de nosso corpo docente.

Longe de se constituir um obstáculo à imaginação científica, nossas linhas de pesquisa – como poderemos ver a seguir – são abrangentes o suficiente para que sejam poucos os temas de trabalho que eventualmente não encontrem orientação adequada. Mais ainda, na medida em que os orientadores, em suas linhas de pesquisa, poderão oferecer subsídios fundamentais para a pesquisa discente, nossa concepção é a de que um trabalho bem desenvolvido estimula a ambição intelectual e constitui uma fonte permanente de motivação de nossos futuros Cientistas Sociais.

A seguir indicamos as linhas de pesquisa tal como configuradas pelo corpo docente da FACSAT. Ressaltamos que nelas integramos alguns docentes de outras faculdades e outras universidades com os quais temos parcerias e afinidades de pesquisa.

Quadro 2: Linhas de Pesquisa desenvolvidas na FACSAT :

PARTIDOS POLÍTICOS, ELEIÇÕES, COMUNICAÇÃO E MÍDIA: A linha de pesquisa possui três grandes eixos entrelaçados nas discussões sobre a política brasileira em consonância com o Grupo de Estudo dos Sistemas Eleitorais do Sul e Sudeste do Pará (GESESULDESPA/Unifesspa). Quando falamos de Partidos Políticos analisamos seu sistema organizacional e seus atores sociais tratando do programa a atuação legislativa e outros. Em se tratando da questão Eleitoral o estudo parte da comportamento político, ações dos atores participantes e os resultados eleitorais. Por fim, discutir sobre as ferramentas de comunicação e mídia que envolve a opinião pública e os reflexos nos partidos e nas eleições, municipais, estaduais e federal.
Docentes: Marilza Sales Costa (FACSAT) e Cloves Barbosa (FACSAT)

POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO: POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO: Esta linha de pesquisa visa ao estudo de Políticas Públicas no Brasil, focando-nos na Educação em diferentes níveis de ensino, seja a educação básica (fundamental, Médio e EJA), superior, profissional, tecnológica e a distância. Nesse contexto, analisa os conflitos e tensões que envolvem a formulação das políticas sóciogovernamentais, a gestão democrática na escola, currículo, avaliação institucional, regulação e reorganização desse espaço que possui diversidades de gênero, étnico/raciais e geracionais. Analisa ainda os aspectos afetivos, sociais, cognitivos em relação a prática pedagógica e o processo de aprendizagem no cotidiano escolar e na realidade social, campo/cidade.
Docentes: Marilza Sales Costa (FACSAT) e Raimundo Wanderley Padilha (FACSAT)

VIOLÊNCIA, CRIMINALIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA: Esta linha de pesquisa analisa três eixos de grande discussão na sociedade brasileira "Violência, Criminalidade e Segurança Pública", campo e cidade em consonância com o Grupo de Pesquisa sobre Violência - GESA (Unifesspa/2016). As altas taxas de homicídios, infanticídios, violência contra a mulher, roubos, furtos, agressões e outros expressam o grande aumento da criminalidade brasileira, resultando numa crescente demanda por segurança pública de cunho preventivo que vise questões relativas à exclusão e desigualdades sociais. Há um perceptivo aumento da insegurança e do crescimento da violência nas últimas décadas, principalmente, em regiões urbanas de cidades de médio porte. Nesse contexto, as ações judiciais também passam a fazer parte dessa análise como complemento de indicativo dos resultados de estudo sobre a problemática. Assim, analisando as origens e consequências. Temas sobre a democracia, o Estado, a cidadania, representações sociais, institucionais que tratam sobre a ocorrência da violência; o sistema de justiça incluindo a polícia e outras formas alternativas de controle social.
Docentes: Marilza Sales Costa (FACSAT) e Cloves Barbosa (FACSAT)

ANTROPOLOGIA, SIMBOLISMO, RELIGIÃO/RELAÇÕES DE GÊNERO E SAÚDE: Estuda os fenômenos religiosos como fatos simbólicos da cultura, bem como os relacionados à saúde/doença, hábitos e ideologias alimentares, relações de gênero no Sul e Sudeste do Pará. Esta linha de pesquisa também tem entre seus objetivos discutir a relação entre Religião e Modernidade envolvendo as seguintes questões: Diversidade Religiosa e Espaço Público Escolar, Laicização, Nova Consciência Religiosa, Misticismo Ecológico, Terapias complementares, Tradução e Reinterpretação entre o que se convencionou denominar como "Xamanismo tradicional" e "Xamanismo Urbano". Considerando o lócus de pesquisa como uma região de fronteira, os estudos terão principalmente como interlocutores grupos que compõem as etnias indígenas, as religiões de matriz africanas, portanto afromarabaenses, assim como as influências dessas matrizes culturais na cartografia religiosa que se configuram na região.

Docentes: Gisela Macambira Villacorta (FACSAT) Raymundo Heraldo Maués (UFPA), Ivan Cardoso Lima (UNILAB/CE/N'Umbutu-Unifesspa) e Joseline Simone Barreto Trindade (FACSAT)

MUNDO RURAL, MEIO AMBIENTE E CONFLITOS SOCIAIS: Esta linha tem o propósito de investigar aspectos teórico-metodológicos e epistemológicos e experiências empíricas relacionados ao mundo rural, formas de trabalho, sociabilidades, modos de vida, relação homem-natureza, conflitos, resistências, gêneros, reprodução de sujeitos sociais, identidade, ações coletivas e criação de unidades de conservação. Estudos teóricos-metodológicos contemporâneos têm refletido sobre as novas configurações do espaço rural em interação com o mundo urbano, emergência de novos atores sociais e criação de novos territórios, resultado das mudanças sociais, políticas, econômicas, tecnológicas e ambientais que o planeta vivencia e que promovem transformações profundas nas formas de relações sociais e, também, na paisagem rural. A linha se volta para estudos sobre o contexto do sul e sudeste paraense, cuja história é marcada por conflitos, violências e resistências, com abordagens disciplinares e interdisciplinares, em interação com contextos globais.

Docentes: Edma Moreira da Silva (FACSAT), André Augusto Inoue Oda (FACSAT) e Simone Cristina Contente Padilha (FACSAT)

RELAÇÕES ÉTNICOS RACIAIS, GÊNERO, RACISMOS e DIVERSIDADE NA CONTEMPORANEIDADE: Esta linha de pesquisa se propõe a problematizar os processos socioculturais e econômicos de mulheres; LGBTT; indígenas e afrodescendentes – com especial atenção para as relações raciais, as formas de violência simbólica, os racismos, os sexismos, as normas sociais e as relações de poder inseridas no corpo, a formação de diferentes identidades étnicas e de gênero no Sul e Sudeste do Pará.

Docentes: Joseline Simone Barreto Trindade (FACSAT) e André Oda (FACSAT)

ESTADO, TRABALHO, SINDICALISMO E SOCIEDADE NO SUDESTE PARAENSE: Esta linha tem por objetivo debater os efeitos regionais dos grandes projetos de exploração mineral no

sudeste paraense, cujo suporte fundamental se constitui pelas políticas de Estado. Bastante complexas, as discussões propostas exigem um exercício multidisciplinar, o que supõe abordar os efeitos econômicos, sociais e políticos sobre as populações atingidas nos aspectos rural e urbano. Propõe-se também refletir sobre as diferentes modalidades de trabalho subsumidas ao capital, suas formas de organização e lutas que esses projetos ensejam.
Docentes: Célia Congilio (FACSAT), Cloves Barbosa (FACSAT), Wanderley Padilha (FACSAT) e Simone Cristina Contente Padilha (FACSAT)

ELITES REGIONAIS, CAMPOS SOCIAIS E RELAÇÕES DE PODER: Nesta linha de pesquisa estão contidos trabalhos que versam sobre os diferentes mecanismos de recrutamento, formação e reprodução de elites nos diversos campos sociais – político, econômico, cultural, acadêmico, jurídico, midiático, etc. – das regiões Norte e Nordeste. São consideradas relevantes as trajetórias dos diferentes agentes sociais da região, bem como suas estratégias de conservação e de subversão do campo, i.e., das regras de distribuição do capital específico dentro de um determinado campo. As pesquisas nessa linha buscam responder como estão configurados historicamente os conflitos entre as frações de elite hegemônicas e contra-hegemônicas de cada campo, como são acionados diferentes capitais específicos – nacionais e internacionais – nas estratégias dos representantes dessas elites.
Docentes: André Augusto Inoue Oda (FACSAT), Paola Giraldo Herrera (Faculdade de Educação do Campo, Unifesspa) e Edma do Socorro Moreira (FACSAT).

PENSAMENTO SOCIAL AMAZÔNICO NOS SÉCULOS XX e XXI: Nesta linha de pesquisa, são contemplados os diversos autores – brasileiros e estrangeiros (brasilianistas e latino-americanistas), das Ciências Sociais e de outras áreas do conhecimento – que, ao longo dos séculos XX e XXI, produziram e ainda produzem explicações acerca das questões sociais e políticas da Amazônia e que, portanto, norteiam e condicionam os debates em nossa área. Além do interesse nos diferentes referenciais teóricos que balizam os diálogos entre pesquisadores, nessa linha de pesquisa busca-se também compreender também os efeitos culturais dessas diversas produções intelectuais, tanto na formação de uma imaginação social sobre a Amazônia, quanto na constituição de diferentes identidades amazônidas e nas múltiplas apropriações e ressignificações dessas identidades no Norte brasileiro.
Docentes: André Augusto Inoue Oda (FACSAT), Paola Giraldo Herrera (Faculdade de Educação do Campo, Unifesspa), Edma do Socorro Moreira (FACSAT) e Joseline Trindade (FACSAT)

Além das aulas propriamente ditas, os discentes dispõem também de núcleos, grupos de estudo e pesquisa nos quais se reúnem periodicamente discentes e docentes para compartilhar avanços teóricos e de pesquisa. Os discentes têm acesso as bolsas concedidas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), através da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação Tecnológica (PROPIT). Esses discentes são igualmente estimulados à montagem de projetos de

pesquisa na busca de financiamento externo através de agências de fomento, como é o caso da Fundação de Amparo à Pesquisa do Pará - FAPESPA. Além disso, a participação dos discentes em eventos científicos – Simpósios, Seminários, Congressos (cf. sessão sobre Atividades Complementares) – é considerada Atividade Complementar e por isso contam para o fim de preenchimento de carga horária discente.

5.6 Políticas de Extensão

Considerando a extensão como via de mão dupla para a construção do conhecimento científico, a política de extensão da Faculdade de Ciências Sociais deverá estar associada às políticas de ensino, de pesquisa e de inclusão social como forma de possibilitar uma relação transformadora entre a universidade e a sociedade. A partir da relação com o ensino e com a pesquisa serão propostas ações extensionistas à sociedade de uma maneira geral, assim como às comunidades urbanas e rurais locais e regionais com as quais deverá discutir e planejar o atendimento destas demandas, pois através das atividades de extensão o discente amplia sua formação ao desenvolver ações que permitam refletir sobre questões e construir uma formação compromissada com a sociedade.

Desta forma, com o intuito de possibilitar que a extensão faça parte da vida acadêmica do curso será assegurado, no mínimo, 10% da carga horária total do curso para realização de atividades extensionistas, podendo essa carga horária ser ofertada a partir de minicursos, oficinas, visitas orientadas, palestras, seminários, elaboração de material de apoio didático (textos, cartilhas, vídeos, exposições etc.), elaboração de projetos e programas de extensão, respondendo a editais internos e externos à Unifesspa (PROEX, CNPq etc.), entre outras atividades ou eventos. Pretende-se que essas atividades sejam realizadas ao longo do semestre tanto na carga horária prática das atividades curriculares como na realização de atividades complementares (seminários, fóruns, cursos, projetos, entre outros, promovidos pela FACSAT) podendo assim gerar produtos que fortaleçam as ações extensionistas e a política de inclusão social do curso.

Dentro da política de extensão da FACSAT, inclui-se nossa aproximação aos movimentos sociais, aos grupos de ativismo em direitos humanos, sindicatos de trabalhadores do campo e da cidade, instituições do poder público e da sociedade civil. Nesse sentido, as ações do LAPEX (Laboratório de Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais), já descritas em item anterior, ocupam posição privilegiada para o desenvolvimento da extensão de forma conjugada à pesquisa e ao ensino.

As ações de extensão estão ligadas também à pesquisa, na medida em que as ações extensionistas devem, necessariamente, estar acompanhadas de instrumentos de diagnóstico e monitoramento, bem como aqueles necessários para uma análise apropriada de seus resultados. Nesse sentido, lembramos que – apenas contando a carga horária de disciplinas previstas na grade, sem contar as horas de Atividades Complementares – *578 horas de nossas atividades curriculares* (18% da carga horária total do curso) estão destinadas à prática em pesquisa e extensão.

As ações de extensão da Unifesspa articulam-se à Política Nacional de Extensão, especialmente nas linhas temáticas previstas no Plano Nacional de Extensão, a saber: “Cultura, Educação, Meio Ambiente, Direitos Humanos e Justiça, Tecnologia e Produção, Saúde, Comunicação e Trabalho.” (Unifesspa, PDI 2014-2016, p. 90)

> (...) [A] Extensão Universitária da Unifesspa é concebida no âmbito de uma política cultural universitária abrangente, e que envolve a construção democrática da universidade, a expansão do ensino superior em permanente processo de interlocução com sua região de abrangência. Nestes termos, a política cultural se assenta na proposta de construir uma universidade que seja um espaço de formação intercultural, de promoção da pluralidade cultural e epistemológica e de combate às desigualdades sociais (Unifesspa, PDI 2014-2016, p. 90)

A participação dos discentes em atividades de extensão coordenadas por docentes, técnicos e mesmo pelos próprios discentes, resulta em carga horária reconhecida na estrutura curricular, podendo resultar em até 40 horas registradas na forma de Atividades Complementares, como visto no item que discorre sobre estas (cf. Anexo 13).

Por fim, a política de extensão no curso de Bacharelado em Ciências Sociais deverá ser implementada através da submissão de projetos aprovados em editais; incentivo a participação dos discentes em projetos de extensão universitária; participação na organização de cursos, eventos técnicos, científicos ou culturais; apoio à programas e projetos de extensão e de arte-cultura-educação; apoio à realização de eventos culturais e acadêmicos; apoio às ações que visem à democratização do acesso ao ensino superior e incentivo à organização de projetos, participação em atividades comunitárias com estruturação de escritórios de assessoria sociocultural. Os docentes e discentes respondem aos editais internos da Unifesspa, através da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis, como o Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX), e editais externos que fomentem as atividades de extensão através da concessão de bolsas.

5.7 Políticas de Inclusão Social

5.7.1 Diversidade e inclusão: ensino, pesquisa e extensão

Vivemos em Pais de grande diversidade étnico-racial e identitária que se configura em 698 Terras Indígenas (TI), ocupando uma extensão de 113.597.452 hectares, o que representa 13,3% do território nacional. Desse total, 422 TIs concentram-se na Amazônia, abrangendo 22,25% do território amazônico. Ao todo são 242 etnias, segundo o IBGE (2010). Os grupos indígenas da mesorregião do Sudeste paraense têm em sua composição 13 povos. São eles: Amanayé; Akuáwa-Assurini do Trocará; Aikewara-Suruí; Xikrin do Catete; Tenetehara-Guajajara; Karajá; Mebêngôkre-Kayapó; Guarani-Mbya e Guarani-Ñandeva; Parkatêjê; Kyikatêjê; Akrãtikatêjê; Parakanã e Atikum e estão organizados em 27 aldeias, cujas línguas originárias são de tronco Tupi-Guarani e Jê (PPC IFPA RURAL 2012).

Em relação aos quilombolas, existem no Brasil 2.474 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP, 2013), em todos os estados da federação, excetuando-se os estados do Acre e Roraima e o Distrito Federal. O estado da Bahia é o que tem o maior número, com 628 comunidades quilombolas certificadas; seguido por Maranhão, com 492; o Pará com 227, e, Minas Gerais com 226. O Pará é o quarto Estado com a presença de comunidades quilombolas (FCP, 2013). Além dessa diversidade, no território do sul e sudeste do Pará estão as mulheres quebradeiras de coco babaçu, que fazem parte do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), um movimento que organiza as mulheres quebradeiras de coco babaçu em uma luta de garantia pelos seus territórios.

No Brasil, as políticas afirmativas para populações historicamente marginalizadas iniciaram no ano de 2000, com intuito de reparar o que é considerado como "injustiça histórica", oriunda desde o período escravista que fez perpetuar na sociedade brasileira um sistema desigual que não possibilita o acesso ao ensino superior e, consequentemente, as oportunidades no mercado de trabalho para negros e indígenas. Um dos avanços na implementação de uma política afirmativa, foi o estabelecimento de um sistema de cotas nas IES, inicialmente pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que foi a primeira universidade do país a criar um sistema de cotas em vestibulares para cursos de graduação por meio de uma lei estadual que estabelecia 50% das vagas do processo seletivo para alunos egressos de escolas públicas cariocas. Depois da UERJ foi a vez da Universidade de Brasília (UnB) implantar uma política de ações afirmativas para negros em seu vestibular de 2004. A instituição foi a primeira no Brasil a utilizar o sistema de cotas raciais (UNB 2013).

Outras universidades aderiram ao sistema de cotas em seus processos seletivos, destinando reserva de vagas não só para negros, como também para quilombolas e indígenas – por meio de cotas raciais – e também para pessoas com deficiências e estudantes de baixa renda oriundos de escolas públicas – o que chamamos de cotas sociais. Em 15 anos, esse cenário encontra-se bem diferente, visto que praticamente todas as instituições de ensino superior públicas destinam vagas para o sistema de cotas em seus processos seletivos. No decorrer dos anos, cada IES vem definindo seus regulamentos quanto ao sistema de cotas, em que pese em 2012, a Lei nº 12.711/2012, sancionada em agosto deste ano, garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência. E no seu art 3º :

> Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada

> a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (Redação dada pela Lei nº 13.409, de 2016)

Na região Norte, a UFPA nos últimos 10 anos vem adotando uma postura ativa na promoção das ações afirmativas e possui um conjunto de políticas que demarcam que a Instituição teve avanços nesse aspecto. Em 2005, a UFPA definiu por cotas (50% das vagas ofertadas) para pessoas oriundas de escolas públicas, das quais 40% são destinadas aos pretos. Em 2007 Sistema de cotas no Processo seletivo diferenciado para alunos oriundos do sistema público de ensino e negros –ingresso/vestibular. Em 2008 das 5.036 vagas ofertadas pela UFPA 4.494 foram preenchidas, 2.192 por estudantes cotistas e 2.302 por estudantes não cotistas. Em 2009 a UFPA implementou o Programa de vagas reservadas para povos indígenas em todos os cursos de graduação da UFPA. Entraram 67 indígenas, apoiados pela Bolsa Permanência. E em 2009 Programa de vagas reservadas para pessoas com deficiência em todos os cursos de graduação da UFPA. Em 2011, a UFPA definiu duas vagas para quilombolas, em todos os cursos da UFPA. Em 2012, 47 quilombolas entraram por meio de reservas de vagas. (Beltrão *et al* 2013)

Na Unifesspa, a Resolução nº 22 de 13 novembro de 2014 designou a reserva de vagas nos cursos de graduação às pessoas com deficiências, quilombolas e indígenas. Já a Resolução nº 97 de 2016, acrescentou e estabeleceu o argumento de inclusão regional:

> Os parâmetros do SiSU que serão adotados na Unifesspa quanto ao percentual de vagas reservadas para cotistas, as notas mínimas exigidas, os pesos das provas no processo seletivo e cria o argumento de inclusão regional com o objetivo de estimular o acesso à Unifesspa pelos estudantes que residem nos municípios que integram as regiões de influência das cidades nas quais estão implantados os campi da Unifesspa, além de Imperatriz e Araguaína (Resolução 22 de nov. 2014).

Todas as iniciativas legais para garantir o ingresso de grupos historicamente marginalizados são importantes para que as IES garantam a democratização do ensino superior, mas esses mecanismos de acesso não serão suficientes para garantir a permanecia de indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência, é necessário que possamos criar estratégias de ensino, pesquisa e extensão para que a permanência faça parte das políticas de inclusão da Instituição. Além do ingresso de estudantes indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência, a política de inclusão de grupos etnicamente diferenciados da sociedade brasileira com a transversalidade dos temas dos direitos humanos e questões ambientais se efetiva no curso de Ciências Sociais nos três campos (i) ensino, ii) pesquisa e iii) extensão:

(i) **Ensino**: na proposição de um desenho curricular que oferece as seguintes disciplinas no campo formativo do discente: *Relações Étnico-Raciais (68); Etnologia Indígena (68); Estudos de Povos indígenas (68); Corpo gênero e sexualidade(68); Conflitos sociais:*

terra e território (68); Tópicos Temáticos em Antropologia (68) e Religião e Sociedade (68). Estes componentes curriculares têm como tema principal problematizar sobre a diversidade sociocultural em seus aspectos políticos, particularmente seus conflitos culturais e econômicos.

(ii) **Pesquisa:** o curso possui três linhas de estudos vinculados aos docentes da FACSAT que enfatizam o tema da diversidade Étnico-Racial e gênero, são eles:

1- Relações Étnicos Raciais, Gênero, Racismos e Diversidade na Contemporaneidade - Joseline Simone Barreto Trindade (FACSAT), André Augusto Inoue Oda (FACSAT)

2- Antropologia, Simbolismo, Religião/Relações de Gêneros e Saúde - Gisela Macambira Villacorta (FACSAT); Raymundo Heraldo Maués (UFPA), Ivan Cardoso Lima (UNILAB/CE/N'Umbutu-Unifesspa) e Joseline Simone Barreto Trindade (FACSAT)

3- Pensamento Social Amazônico nos séculos XX e XXI - André Augusto Inoue Oda (FACSAT); Edma Moreira (FACSAT), Paola Giraldo-Herrera (Fecampo) e Joseline Simone Barreto Trindade (FACSAT)

Com intuito de construirmos uma rede de pesquisadores sobre o tema da diversidade, temos parcerias em atividades com linhas de pesquisa de outras Faculdades e Institutos. São elas:

4- Políticas e Práticas pedagógicas na perspectiva inclusiva - Lucélia Cardoso Rabelo (FACED)

5- História e Cultura das Populações Negras no Brasil e Educação, Relações Étnico-Raciais - Janailson Macedo Luis (História)

6- Dinâmicas Sócioeducacionais, políticas públicas e minorias – Hildete Pereira dos Anjos (FACED)

7- Ações afirmativas, Ensino Superior e Diversidade – Luiza de Nazaré Mastop de Lima (IEDAR)

8- Construção de Identidade Étnica e Território – Luiza de Nazaré Mastop de Lima (IEDAR)

9- Produção discursiva e dinâmicas sócioterritoriais na Amazônia - Idelma Santiago da Silva (Programa de Pós-Graduação Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia - PDTSA/ICH)

10- Identidade, territorialidades, povos e comunidades tradicionais - Rita de Cássia Costa (Fecampo)

E, finalmente, (iii) na **Extensão**, estão os projetos que a FACSAT desenvolve em torno da temática da diversidade, promovendo o debate e a inserção dos discentes em atividades extensionistas e incentivando um olhar sobre a diversidade de gênero, étnica, racial e religiosa. Este é o caso, p.ex., do Projeto de Extensão coordenado pela docente Gisela Macambira Villacorta "Diversidade religiosa e Espaço Público em Marabá" que é desenvolvido em parceria com Secretaria de educação do município de Marabá.

Para atender e promover ações de promoção dos direitos de pessoas com necessidades especiais, a Unifesspa conta com o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica (NAIA) onde entre outras coisas, desenvolve palestras, orientação de reformas na estrutura física dos campi da universidade, até a elaboração/adaptação de materiais didáticos de acordo com as necessidades específicas dos discentes e docentes. Diante do ingresso de pessoas com deficiência, o curso de Ciências Sociais recorre ao NAIA solicitando apoio para o acompanhamento dos discentes, onde dispõe de tecnologias assistivas; material em braile; recursos de informática acessível; material pedagógico tátil; tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais; material didático em língua brasileira de sinais; material didático em formato impresso; material em áudio; material em formato impresso em caractere ampliado; recursos de acessibilidade à comunicação e guia intérprete. Temos uma demanda de reforma das salas de aula no qual, dentre outros elementos de reforma, reclamamos a instalação de piso tátil destinado a suprimir as dificuldades de discentes e docentes com deficiências visuais. O Campus I dispõe de rampas de acesso nos espaços do estacionamento, da entrada do campus e entre as salas de aula (as que se encontram no piso térreo, onde estão todas as salas de aula dos cursos da FACSAT).

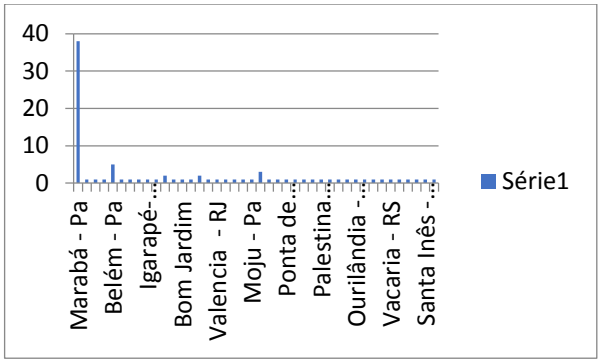
Além do NAIA, a FACSAT conta também, para poder concretizar ações de inclusão com a colaboração do Núcleo de Educação Especial (NEES) da Faculdade de Educação (FACED/Unifesspa), ambos localizados no Campus I da Unifesspa.

Não obstante, para o curso de Licenciatura em Ciências Sociais (cf. PPC próprio da Licenciatura em Ciên cias Sociais da FACSAT), considerando a obrigatoriedade do ensino de LIBRAS nos cursos de Licenciatura de acordo com a Lei nº 10.436/2002 ofertamos um componente curricular voltado ao aprendizado de libras.

5.7.2 Censo estudantil

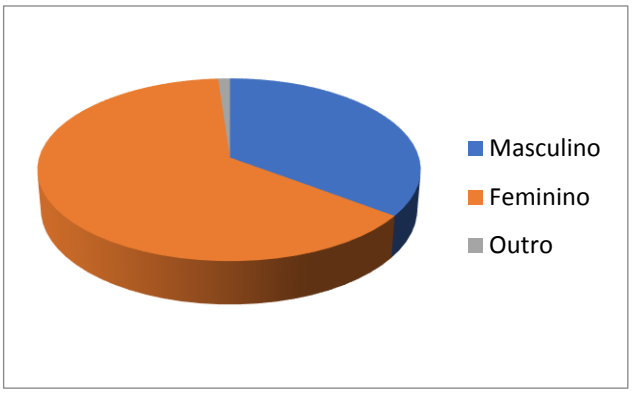
Com objetivo de conhecermos o perfil socioeconômico e cultural dos discentes de Ciências Sociais, iniciamos nesse ano de 2016 um censo estudantil no âmbito do Programa de monitoria desenvolvido na Faculdade, onde realizamos a pesquisa através de um questionário sociocultural que foi aplicado pelos discentes monitores entre os dias 23 a 26 de setembro de 2016. Responderam ao questionário 88 estudantes, distribuídos da seguinte forma: 14 discentes da turma de Ciências Sociais Licenciatura e Bacharelado (2012); 23 estudantes da turma Bacharelado e Licenciatura (2013); 11 estudantes da turma licenciatura 2014; 15 da turma Licenciatura (2015) e 25 discentes da turma de Bacharelado (2016). Estão matriculados, atualmente, no curso de Ciências Sociais (2016.4) 187 discentes, sendo que 37 estão em fase de conclusão de curso (2016.4).

Através desse questionário foi possível constatar que 56% dos estudantes entrevistados são oriundos de outras cidades do Pará e de outros estados da Federação. Conforme mostra o gráfico abaixo:



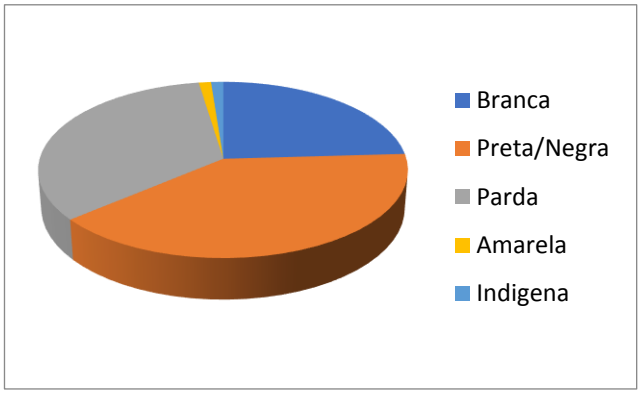
Fonte:Pesquisa Facsat 2016

Entre os discentes que responderam ao questionário, 36% declararam pertencer ao sexo masculino, enquanto que 64% ao feminino, 01 discente respondeu que pertence a "outro" mas não especificou qual seria.



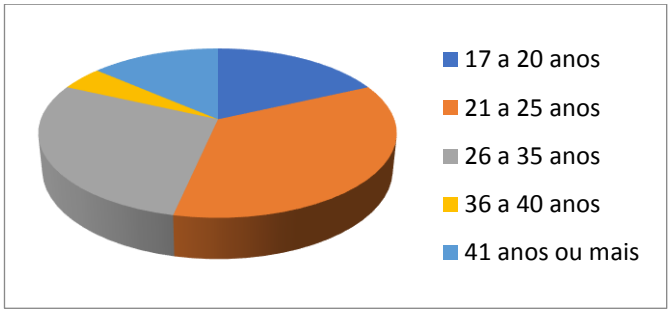
Fonte: Pesquisa Facsat 2016

Em relação a cor, 20 se declararam brancos, 33 declararam ser negros, 28 disseram ser pardos; 01 discente se declarou amarelo e 01 indígena. Mas é importante destacar, que temos atualmente, matriculados seis discentes indígenas pertencentes as etnias Parakatejê, Akratikateje e Guajajara. E temos uma discente quilombola, ingressante no ano de 2016. Estão matriculados 2 discentes com deficiência visual: um concluinte (2009) e um ingressante em 2016.



Fonte: Pesquisa Facsat 2016

No que diz respeito a faixa etária dos estudantes, de uma forma geral foi constatado que 18% discentes têm entre 17 e 20 anos; 35% possuem entre 21 e 25 anos; 28% discentes possuem de 26 a 35 anos; 5% estão na faixa de 36 a 40 anos e 14% discentes declararam ter 41 anos ou mais.



Fonte:Pesquisa Facsat 2016

Em relação ao perfil de escolaridade dos estudantes de Ciências Sociais: 75 deles cursaram o ensino médio regular; 01 declarou ter feito um curso profissionalizante, 2 estudaram o magistério; 03 fizeram o E.J.A; e 06 declararam ter feito outro tipo de curso, mas não especificaram. Dentre esses discentes, 77 declaram que estudaram o ensino médio todo em escola pública, 09 estudaram em escolas particulares; 01 respondeu que estudou nos dois tipos, mas que estudou a maior parte do tempo em escola pública, enquanto que 01 declarou ter feito a maior parte em escola particular.

Os estudantes de Ciências Sociais são oriundos, em sua grande maioria de outros lugares, demonstrando um intenso processo migratório e uma diversidade sociocultural que caracteriza nosso corpo discente. São predominantemente provenientes da escola pública, prioritamente em uma faixa etária jovem o que requer da Unifesspa, através da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis (PROEX), uma política permanente de assistência e integração estudantil[4], de modo a oferecer apoio contínuo, aspirando superar os efeitos das desigualdades de condições socioeconômicas entre os/as discentes/as da Universidade e, assim, evitar ao máximo que essas disparidades se aprofundem e impactem de forma negativa o desempenho acadêmico.

Para isso os discentes contam com o Programa de Apoio e Permanência que "tem o objetivo de apoiar por meio da concessão de auxílio financeiro, prioritariamente, a estudantes em condição de vulnerabilidade social" (*site* institucional-proex). Os principais benefícios concedidos que atendem diretamente aos discentes de Ciências Sociais são: auxílio moradia, auxílio permanência, auxílio creche, auxílio emergencial.

Já o Programa de Integração e Vivência Estudantil "tem o objetivo de integrar o estudante à vida universitária por meio de ações de natureza acadêmico-científica, socioculturais, esportivas, visando o bem estar pleno do discente, também seu contato e diálogo com os diferentes grupos da sociedade, seus problemas e suas lutas de superação, permitindo a este, formação crítica e acesso à cultura e lazer" (*site* institucional-Proex). Os principais benefícios que atendem diretamente aos estudantes das Ciências Sociais são: apoio à participação discente em eventos, apoio à participação coletiva de discentes em eventos, apoio à realização de eventos estudantis e vivência estudantil, no qual a

[4] Cf. Site da Proex-UNIFESSPA <https://proex.UNIFESSPA.edu.br/index.php/2014-11-05-19-34-49>

Universidade aporta recursos para a inserção dos discentes em comunidades, nas quais entrará em contato com suas questões e seus problemas reais.

Além desses dois Programas, os discentes de Ciências Sociais acessam o programa de acolhimento estudantil que visa "desenvolver e integrar diferentes iniciativas para apoiar o fortalecimento da trajetória acadêmica de estudantes indígenas, negros, oriundos do campo, quilombolas, de grupos tradicionais, com necessidades especiais, a partir de ações que respeitem os saberes e conhecimentos diversos e permitam a estes grupos a transformação social e melhoria das condições das suas comunidades" (Proex, site institucional).

6 PLANEJAMENTO DO TRABALHO DOCENTE

Considerando o princípio da gestão democrática, os docentes devem ser incentivados a participar ativamente do cotidiano do curso e a Faculdade deve criar condições para que isso se concretize. Para a realização das atividades curriculares propostas são necessárias a criação e manutenção de uma política de formação continuada de docentes e de técnico-administrativos, buscando apoio interno e externo à Unifesspa que viabilize a qualificação de seus quadros. O Plano de Capacitação Docente da Faculdade é uma contribuição para que isto aconteça de fato. Em relação ao apoio interno à Unifesspa, é fundamental que o curso acione a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG) para solicitar cursos de capacitação necessários à organização de atividades que articulem o ensino, a pesquisa e a extensão, assim como a política de inclusão do curso. Além de solicitar cursos específicos conforme as demandas da Faculdade, os docentes também deverão atentar para o Plano de Capacitação que a Unifesspa oferece a seus servidores.

Outra estratégia a ser adotada consiste na oferta de cursos pelos docentes da Faculdade a eles mesmos e aos técnico-administrativos, a fim de socializar suas áreas de estudo e fomentar o diálogo para o planejamento de atividades conjuntas.

Os docentes deverão planejar em conjunto as atividades curriculares a serem ofertadas a cada período letivo. Para tanto, deverá ser previsto no calendário acadêmico do curso períodos de até uma semana, reservados para que os docentes possam se reunir, discutir e planejar as atividades. Durante a semana de planejamento acadêmico deverão ser discutidas as estratégias que possam ser adotadas pelos docentes para a realização de interdisciplinaridade, o planejamento de atividades complementares que possam ser ofertadas pelo curso, a socialização dos trabalhos realizados pelas linhas de pesquisa, assim como a relação dos mesmos com as atividades de extensão que deverão ser concretizadas, conforme as políticas de pesquisa e extensão do curso. Cada docente deverá, ao início de cada atividade curricular, apresentar um plano de curso com elementos básicos para o desenvolvimento da atividade, tais como ementa, metodologia, bibliografia básica e complementar, e critérios de avaliação, a serem discutidos e ajustados com os discentes.

O afastamento de docentes para qualificação deverá ser discutido e aprovado pelo conselho da Faculdade, devendo-se observar o planejamento feito. Após a aprovação do afastamento do docente

pela Faculdade, o curso deverá encaminhar ao Conselho do Instituto de Ciências o planejado para que o mesmo referende o afastamento do docente.

As atividades curriculares ofertadas pelo curso de Bacharelado em Ciências Sociais são planejadas pelo quadro docente da Faculdade, segundo princípio de gestão democrática e dialogada, com planejamento prévio das atividades semestrais com antecedência ao início do período letivo. As mudanças de maior escopo são decididas no âmbito do Núcleo Docente Estruturante e no Conselho da Faculdade, onde docentes, discentes e técnicos-administrativos se reúnem regularmente para tratar dos assuntos pedagógicos e administrativos do curso e da FACSAT.

7 SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Entendemos que a avaliação discente não se limita a medição simples e aferição de uma nota ou conceito, senão que, através dela, pretendemos estimular o processo de aquisição das ferramentas intelectuais necessárias à produção científica na Sociologia, na Antropologia e na Ciência Política. O fim último é estimular a curiosidade intelectual dos discentes, fomentar o pensamento crítico, o debate qualificado com outros autores e, em última instância, fazer com que a construção do conhecimento científico em nossa área se torne algo prazeroso e instigante, fixado na experiência de nossos egressos.

Nesse sentido, a avaliação não deve apenas mensurar, mas também ensinar: seja no que estimula, nos discentes, a formação de conjecturas próprias, o desejo de expressar suas reflexões, seja na construção textual adequada ao trabalho científico, seja também na consolidação dos valores éticos que compõem o perfil do egresso.

Nesse sentido, a avaliação não deve apenas mensurar, mas também ensinar: seja no que estimula, nos discentes, a formação de conjecturas próprias, o desejo de expressar suas reflexões, seja na construção textual adequada ao trabalho científico, seja também na consolidação dos valores éticos que compõem o perfil do egresso.

Os processos de avaliação do Bacharelado em Ciências Sociais são, por isso, instrumentos de vital importância no desenvolvimento das competências e habilidades, do comprometimento social e humano, requeridas pelo/a profissional que desejamos formar: ou seja, um/a cientista social qualificado/a e comprometido/a com a justiça social e os direitos humanos. Nesse sentido, seguimos, para fins de avaliação discente, o quadro de Atividades Curriculares por Competências (cf. abaixo) como objetos e objetivos primários de avaliação.

Competência 1: Domínio da bibliografia teórica e metodologia básica
Competência 2: Autonomia intelectual
Competência 3: Capacidade analítica
Competência 4: Articulação entre teoria, pesquisa e prática social
Competência 5: Compromisso social
Competência 6: Competência na utilização da informática

7.1 Concepção e Princípio da Avaliação

A Unifesspa adota o modelo de avaliação através de conceitos: Excelente, Bom, Regular e Insuficiente. Nos programas das disciplinas, pode-se usar, não obstante, um sistema de notas de 0,0 a 10,0. Nesses casos, via de regra, o registro dos conceitos finais dos discentes são inseridos na plataforma digital SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas) se dá através da seguinte tabela de referência:

Nota	Conceito
0,0 a 4,9	Insuficiente
5,0 a 6,9	Regular
7,0 a 9,0	Bom
9,0 a 10,0	Excelente

Entre os instrumentos de avaliação disciplinar, os mais convencionais são a escritura de um trabalho para conclusão de disciplina, na forma de um "*paper*" que aprofunde o estudo sobre os temas passados em aula, e a avaliação através de prova escrita em sala de aula. Para além desses recursos convencionais, os docentes da FACSAT dispõem de autonomia para formulação de avaliações que condigam de modo mais adequado com sua prática de ensino.

7.2 Avaliação de Aprendizagem

Para atender ao perfil profissional que se deseja formar a avaliação discente precisa ser desenvolvida por meio de um processo que englobe não somente habilidades e competências técnicas próprias do cientista social, mas também a dimensão humana e ética de sua formação e atuação. A avaliação discente no curso de Ciências Sociais necessita estar em consonância com o Perfil profissional do Cientista Social que atuará nesta região. A relação ensino, pesquisa e extensão deverá nortear as avaliações, seja por meio de atividades escritas (elaboração de trabalhos acadêmicos como artigos científicos), orais ou audiovisuais (seminários, vídeos, exposições fotográficas, entre outras). Dessa forma, além da frequência obrigatória em 75% nas disciplinas, alguns critérios deverão ser adotados para as avaliações do processo ensino-aprendizagem durante as atividades curriculares, entre as quais se podem destacar:

1) Domínio Teórico: avaliar compreensão e domínio do discente acerca dos conceitos discutidos.
2) Relação teoria- Prática: avaliar a reflexão dos acontecimentos a partir dos conceitos das Ciências Sociais.
3) Atuação dos discentes de Ciências Sociais nos diversos espaços sociais por meio de atividades de pesquisa e extensão.

4) Organização e divulgação das atividades desenvolvidas por meio de eventos que poderão integrar o Ensino, Pesquisa e Extensão.
5) Inserção dos discentes de Ciências Sociais no processo de construção do conhecimento, a partir dos métodos e técnicas de pesquisa, bem como da importância deste para as pessoas inseridas na dinâmica de nossa região.
6) Adequação de linguagem aos diversos sujeitos com os quais interage para a construção do conhecimento científico.
7) Postura ética, combate aos preconceitos na realização das atividades solicitadas.

É pertinente ressaltar que os critérios de avaliação deverão ser discutidos entre docentes e discentes conforme planejamento das atividades do curso. Serão consideradas, ainda, para a avaliação as normas vigentes no Regulamento da Graduação quanto à frequência, à segunda-chamada, à revisão de conceitos, e às avaliações substitutivas.

Ao final de cada atividade curricular deverá acontecer a avaliação docente, constituída por dois momentos, preenchimento de um formulário pelo aluno e autoavaliação docente. Ao se reportar ao processo de avaliação do docente é necessário que o discente avalie a execução dos conteúdos curriculares; a metodologia de ensino; a bibliografia utilizada bem como relacionamento professor-aluno, entre outros aspectos que possam surgir.

O segundo momento terá início com o recebimento por parte do corpo docente das avaliações feitas pelos discentes. A partir disso, cada docente fará uma autoavaliação, considerando as observações advindas do corpo discente. A Faculdade pretende organizar reuniões para que docentes e discentes possam dialogar sobre os resultados do processo de avaliação como forma de contribuir conjuntamente para a melhoria da prática pedagógica e do curso em geral.

7.3 Avaliação de Ensino

A avaliação do processo educativo tem por objetivo possibilitar o aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem. Para tanto, deve estar claro para aquele que avalia que ele também é parte integrante do processo avaliativo, uma vez que foi o responsável pela mediação no processo de ensino-aprendizagem. Ao avaliar deve-se ter em mente o processo como um todo, bem como aquele a quem se está avaliando. Compreendemos que a avaliação deve permear todas as atividades em sala de aula e fora desta, principalmente na relação professor/aluno e no tratamento dos conhecimentos trabalhados neste e fora deste espaço. Assim, a intervenção do professor ajuda a construir as mediações necessárias para a construção do conhecimento. Ao professor e discente cabe aferir o desempenho acadêmico no processo de ensino-aprendizagem quanto à apropriação de competências e habilidades no processo educativo. Ao conjunto do corpo acadêmico deve-se aferir o desempenho docente e discente previsto no Projeto Pedagógico do Curso.

7.4 Avaliação do Projeto Pedagógico

O Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais será avaliado e revisado na medida em que se fizer necessário e oportuno. A cada final de semestre a Faculdade realizará reuniões com o corpo docente para avaliar as atividades ofertadas para o período letivo como forma de aprimorar as ações planejadas e promover a integração pedagógica e a relação entre os conteúdos ministrados.

Realizando uma reunião para avaliação e planejamento das atividades realizadas, ao final de cada semestre e momentos específicos (encontros, fóruns, seminários, entre outros) com participação de docentes, discentes, técnico-administrativos e convidados para avaliação deste projeto pedagógico, a pelo menos cada dois anos de vigência, a Faculdade de Ciências Sociais pretende refletir sobre a formação do profissional desejado, reformular competências e conteúdos, se assim se fizer necessário, enfim discutir e identificar situações favoráveis ou desfavoráveis à realização do projeto pedagógico do curso, em todas as suas dimensões e a partir disto encaminhar novo texto aos órgãos competentes para apreciação e implementação das mudanças.

A avaliação deste projeto envolverá a participação dos discentes que por meio de instrumentos específicos opinarão sobre as atividades ofertadas, o desempenho dos professores, a estrutura disponível, entre outros aspectos. Essencial também é participação de professores e técnicos que precisam vivenciar o processo de autoavaliação e apontar sugestões para melhoria do curso.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) da FACSAT, nos termos de suas atribuições, irá trabalhar em ações permanentes de organização e acompanhamento do processo de avaliação do projeto pedagógico, envolvendo os sujeitos participes do curso: docentes, técnicos e discentes, conforme estabelecido no Regulamento do Ensino de Graduação da Unifesspa e membros da sociedade cível, importantes para a construção crítica e compromissada do curso na região.

Nas reuniões do Núcleo Docente Estruturante, o conjunto de docentes avalia, entre outros elementos, o andamento do processo pedagógico, além de reformas no Projeto Pedagógico do Curso (cf. item abaixo).

Por outro lado, a representação discente faz parte das reuniões ordinárias do Conselho da Faculdade, onde suas reclamações e sugestões são acolhidas, analisadas e deliberadas.

Além desses elementos que operam cotidianamente na formação do conhecimento do curso sobre si mesmo, atualmente são três mecanismos – institucionais e interinstitucionais – que atuam no processo de avaliação do ensino.

Entre os mecanismos externos de avaliação, os discentes e, nesse sentido, o curso de Bacharelado em Ciências Sociais está submetido às avaliações do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Além do ENADE, também as avaliações regulares do MEC fazem parte dos mecanismos externos que possibilitam o autoconhecimento do curso.

Desde outubro de 2014, foi instituída na Unifesspa a Comissão Própria de Avaliação (CPA), que se encontra em fase de organização e planejamento, não obstante já contarem com uma plataforma própria e terem levado a cabo algumas ações pontuais, como questionários submetidos aos discentes.

Os resultados dessas avaliações institucionais e interinstitucionais nos dão subsídios para a avaliação de nosso Projeto Pedagógico e as reformas que são efetivadas. Exemplo disso é a construção levada a cabo – pela FACSAT e a SINFRA (Secretaria de Infraestrutura da Unifesspa) – dos Gabinetes de Trabalho necessários para as atividades ordinárias de nosso corpo docente, e que é também um item de avaliação do curso pelo MEC.

Quanto ao aspecto propriamente acadêmico, o Núcleo Docente Estruturante se encontra periodicamente – duas vezes por mês – para avaliar as possibilidades de aperfeiçoamento do Projeto Pedagógico do Curso. Segundo Resolução do CONSEPE (decidida no dia 23 de março de 2015), os integrantes dos NDE dispõem de liberação de carga horária de 02 horas semanais para esse processo de auto avaliação.

8 INFRAESTRUTURA

8.1 Docentes

A FACSAT possui em seu quadro docente nove (09) docentes efetivos. Os nove (09) docentes estão na condição de regime de trabalho de quarenta (40) horas e Dedicação Exclusiva. No que se refere à titulação, a faculdade conta com sete (07) profissionais docentes com doutorado e os demais com titulação a nível de mestrado. São eles (as):

Quadro 3: Relação de docentes da FACSAT

DOCENTE	ÁREA DO SABER	REGIME DE TRABALHO	SITUAÇÃO ESPECIAL
Dr. André Augusto Inoue Oda	Teoria Social e Teoria Política	DE	
Dra. Célia Regina Congilio	Ciência Política	DE	
Dr. Cloves Barbosa	Sociologia	DE	
Dra. Edma do Socorro Silva Moreira	Sociologia	DE	
Dra. Gisela Macambira Villacorta	Antropologia	DE	
Dra. Joseline Simone Barreto Trindade	Antropologia	DE	
Dra. Marilza Sales Costa	Ciência Política	DE	
M. Sc. Raimundo Wanderley Correa Padilha	Educação	DE	-
M. Sc. Simone Cristina Contente Padilha	Metodologia	DE	Afastamento

* A Prof.ª Simone Contente está temporariamente afastada para realização de seu Doutorado em Economia na UFRRJ e foi substituída, em 2016, pela Profª Ms. Vanessa Frazão, contratada através de Processo Seletivo Simplificado.

8.2 Técnicos

A FACSAT conta, desde o primeiro semestre de 2015, com um TAE (Técnico Administrativo em Educação) concursado e dedicado à organização administrativa da Faculdade junto à Direção e Coordenações de Curso.

Quadro 4: Relação de Técnicos da Facsat

Rudson Resplandes Orlando	Graduando em Engenharia de Minas e Meio Ambiente (Unifesspa)

A FACSAT conta com um discente bolsista que executa tarefas limitadas, como organização do arquivo e atendimento aos discentes do curso.

Temos a demanda de um segundo TAE para que possamos dar conta das incontáveis tarefas, particularmente acumuladas pela total ausência TAEs desde a fundação da FACSAT, ausência essa que foi apenas parcialmente sanada em março de 2015 com a admissão do Técnico Rudson Resplandes. Para darmos conta do grande volume de tarefas que nos desafia, pleiteamos uma segunda vaga para um TAE. Assim poderemos dividir as tarefas entre a parte especificamente acadêmica – registro dos alunos, organização de eventos acadêmicos intra e extra-salas, organização das atividades de estágio, etc. –, e outra parte para os aspectos especificamente administrativos – compromissos da Faculdade com as Pró-reitorias e outras instâncias da Administração Superior, comunicação com outras Faculdades e Institutos, registro das atividades nos sistemas eletrônicos, demanda de materiais e serviços, controle de gastos e prestação de contas, organização dos arquivos passados, etc.

8.3 Instalações

A Faculdade de Ciências Sociais está localizada no Campus I da Unifesspa, dispõe de seis (06) ambientes que, por meio de divisórias, foram transformados em treze (13) ambientes de trabalho.

Esses ambientes de trabalho estão do seguinte modo divididos: três (3) salas de aula, cinco (5) gabinetes de trabalho à disposição de todo o corpo docente, duas (2) salas para as Coordenações de curso e Diretoria e Vice-diretoria da Faculdade; uma (1) Sala de convívio dos Professores; uma (1) sala reservada para o trabalho de nosso(s) técnico(s) administrativo(s) em Educação e também para o atendimento ao público; e um (1) espaço onde projetamos organizar uma sala de estudos e informática para nosso corpo discente. Edificação que fica em frente às Salas 04 e 05 da Unidade I do Campus Marabá, onde pretendemos contar com 10 computadores “all-in-one”, mesas de estudos e bolsistas encarregados de administrar os equipamentos para uso didático nas aulas e para as pesquisas individuais dos discentes. Todos esses espaços têm como finalidade precípua o desenvolvimento de atividades acadêmicas e administrativas do Bacharelado em Ciências Sociais.

Dispomos de cinco (5) gabinetes de trabalho docentes, dois em uma sala e três em outra, para atender ao leque de atividades docentes que acontecem no espaço acadêmico, incluindo-se aqui orientações, preparação de aula, pesquisa e produção científica, empréstimo do espaço para bolsistas dos docentes, etc.

A sala de docentes da FACSAT – onde ocorrem as reuniões de trabalho do Conselho da Faculdade e do Núcleo Docente Estruturante – está localizada junto à Secretaria, dispondo de uma mesa e 12 cadeiras.

A Faculdade dispõe de espaços físicos em uso e demanda de ampliação conforme o quadro 3 a seguir:

Quadro 5: Relação de Salas da Facsat

SITUAÇÃO ATUAL	QUANTIDADE	DEMANDA
Salas de aula	03	06
Salas para Administração	03	03
Sala para reuniões dos docentes	01	01
Sala de apoio a discentes com necessidades especiais	00	01
Biblioteca Setorial	00	01
Sala de Estudos e Informática (em implantação)	01	01
Gabinete de trabalho dos docentes	05	05
TOTAL	10	12

8.4 Recursos

Em uma das salas funciona a Secretaria da Faculdade com (04) mesas, quatro (04) armários, (20) cadeiras e três aparelhos de ar-condicionado. Ao fundo, temos gabinetes próprios para a Coordenação de Curso e a Direção da Faculdade. A FACSAT conta com 3 Datashows, 1 amplificador de som; 3 PCs; 02 notebooks; duas impressoras; além da miscelânea de materiais didáticos e de escritório.

QUADRO 5 : Lista de Equipamentos da FCSAT

QT	MATERIAL/Equipamento	TOMBO
1	Bebedouro	2015014058
1	Impressora HP P1606dn	2015007106
1	Impressora Samsung	
3	Computadores HP	2015007653
1	Armário 2 PORTAS	
3	Armário de Aço 4 Gavetas	2015012719/2015012693/2015012698
1	Aparelho de Telefone	2015013991
1	Cadeira Cinza de Roda	
2	Cadeira Cinza de Roda	
1	Ponto de Acesso	213521
1	Notebook Positivo	
2	Notebook Hp	2016006684
3	Datashow	
2	Monitor HP	
1	Monitor Positivo	
1	Computador Positivo	
O2	Estabilizadores	2016001792/2016001791/2015000176
07	Cadeiras Vermelhas	
11	Cadeiras pretas	
3	Cadeiras Pretas com roda	
1	Caixa de som	
6	Mesas	Sem identificação

9. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Mariano de. **A educação Superior no Brasil**. São Paulo: Humus, 2006.

EMMI, Maria Emília. **A Oligarquia do Tocantins**. Belém: Paka-Tatú, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro. Editora Jorge Zahar, 2001.

BELTRAO, J; Monteiro Brito Filho; A. Maues. Das ações afirmativas na Universidade Federal do Pará. Disponível in https://www.upf.edu/dhes-alfa/events/docs_brasilia/UFPA.pdf Acesso 9 de Fev. de 2017. 2013

BRASIL. FUNAI. **Dados Demográficos das Populações Indígenas**. Coordenação Regional da Funai do Baixo Tocantins. 2016

BRASIL. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: < http://indígenas.ibge.gov.br > Acesso: setembro de 2016.

FCP - Fundação Cultural Palmares. Portaria 98/2007. Disponível em < http://www.palmares.gov.br > Acesso em maio de 2015

HEBETTE, Jean**. Cruzando fronteiras: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Vol. I, II, III, e, IV. Belém: Universitária, 1996.

PALHANO, Antônio José Ribas**. Apontamentos educacionais**. São Paulo: Cidade Express, 2007.

HALL, A. L. **Amazônia: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás**. Trad.: Jungmann, R. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

PNCSA. Boletim "O direito de dizer Não à Hidrelétrica de Marabá". Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Belém. 2010.

Projeto Político Pedagógico. Marabá. IFPA rural. 2012

UNB. Analise do Sistema de Cotas para Negros na UNB Disponível in http://unb2.unb.br/administracao/decanatos/deg/downloads/index/realtorio_sistema_cotas.pdf. Acessado in 10 de fevereiro de 2017. 2013

10. ANEXOS

Anexo 1: Ata de aprovação do PPC na Sub-Unidade

Anexo 1.1 Ata de Aprovação na Unidade (ICH)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS ARAGUAIA-TOCANTINS

PORTARIA "*AD REFEREDUM*" N° 007/2016 – FACSAT/UNIFESSPA

A DIRETORA da Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, **Prof. Dra. Joseline Simone Barreto Trindade**, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Portaria n°467/2016, do magnífico Reitor da UNIFESSPA, Prof° Dr. Carlos Renato Lisboa Francês.

RESOLVE:

APROVAR, *Ad referedum do conselho da Faculdade de Ciências Sociais,* o Projeto Pedagógico Curricular do curso de Bacharelado em Ciências Sociais.

De ciência, e cumpra-se.

Marabá, 14 de setembro de 2016.

Joseline Simone Barreto Trindade
Diretor (a) da FACSAT
Faculdade de Ciências Sociais
Araguaia Tocantins
UNIFESSPA
Portaria nº 467/2016

ATA DA 9ª **REUNIÃO ORDINÁRIA-2016** DA CONGREGAÇÃO DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ, LOCALIZADA NA FOLHA TRINTA E UM, QUADRA SETE, LOTE ESPECIAL, BAIRRO NOVA MARABÁ, MARABÁ - PARÁ.

Aos vinte dias do mês de setembro de dois mil e dezesseis, às quinze horas e vinte minutos, na sala treze, localizada na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (*Campus I*), reuniu-se sob a presidência do Diretor Adjunto do Instituto de Ciências Humanas, Professor Me. Marcelo Gaudêncio Brito Pureza, a Congregação do Instituto de Ciências Humanas, com **a presença dos seguintes membros:** Ernesto Sampaio Neto (Coordenador Administrativo do ICH), Maria Rosário Pereira de Lima (Coordenadora Acadêmica do ICH), Professora Joseline Simone Barreto Trindade (Diretora da Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia Tocantins), Professora Dra. Marilza Sales Costa (representante docente da Faculdade de Ciências Sociais), Professora Me. Cleide Pereira dos Anjos (Vice diretora da Faculdade de Ciências da Educação), Professora Me. Vanja Elizabeth S. Costa Oliveira (representante docente da Faculdade de Educação), Professor Gustavo da Silva (Diretor da Faculdade de Geografia), Professor Me. Cássio Augusto Samogin Almeida Guilherme (representante docente da Faculdade de História), Professora Dra. Célia Regina Congílio (representante docente do PDTSA) e Carla da Silva Lobo (representante dos técnicos do ICH). **Conselheiros ausentes que apresentaram justificativa por escrito:** Professor Me. Janailson Macedo Luiz (Diretor do Instituto de Ciências Humanas), Professora Me. Glaucia de Souza Moreno (Diretora *pro tempore* da Faculdade de Educação do Campo – FECAMPO e representante do docente do CONSEPE), Professor Amintas Lopes da Silva Junior (representante docente da Faculdade de Educação no Campo) e Professora Msc. Silvana de Souza Lourinho (Diretora *pro tempore* da Faculdade de Educação). **Conselheiros ausentes que não apresentaram justificativa por escrito:** Marcos Mascarenhas Rodrigues (representante docente da Faculdade de Geografia), Professora Edma do Socorro Silva Moreira (Coordenadora do PDTSA), Raquel Reis da Silva (representante discente), Nieves Rodrigues Lopes da Silva (representante discente) e Talita Silva Monteiro (representante discente pós-graduação). **Ouvintes:** Técnica Itacyla Cutrim (assistente administrativo do ICH), professor Dr. André Augusto Ioue Oda (Vice diretor da Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia Tocantins), Priscila Kellen Alves de Lima (discente da Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia Tocantins) e Aline de Araújo Verissimo Jones (discente da Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia Tocantins). O diretor Professor Me. Marcelo Gaudêncio iniciou dando boas-vindas aos presentes e, em seguida, iniciou a sessão apresentando **a pauta da reunião**, conforme convocatória: (I) Informes: (II) Aprovação da Ata da 8ª Reunião Extraordinária; (III) Aprovação do Plano Acadêmico do 2º e 3º período; (IV) Aprovação de pareceres de projetos;

(V) Numeração das salas do segundo andar da Unidade 3; (VI) Redistribuição do espaço físico do ICH; (VII) Discussão da proposta de indicadores da Matriz Orçamentária: ITC e IQ (Processo 23479.006897/2016-29); (VIII) Aprovação do plano de concurso e banca de concurso de História e; (X) O que ocorrer. O professor Me. Marcelo Gaudêncio pediu aprovação para inclusão no ponto o que ocorrer, os seguintes pontos: (A) Aprovação do PPC de História, (B) Aprovação do PPC de Ciências Sociais, (C) Aprovação de Parecer de Progressão Funcional, (D) Aprovação de Plano de Concurso para Professor Substituto da FACED e, (E) Material de Escritório para a II Semana de História. Todos foram de acordo com as inclusões e; Antes de iniciar os informes, o professor Dr. André Augusto Oda pediu inscrição para se manifestar em relação ao ponto de pauta "**7) Aprovação do plano de concurso e banca de concurso de História**", na sua fala, reportou que na 8ª reunião extraordinária do ICH realizada no dia 24/08/2016 havia sido decidido pela Congregação que as três vagas para concursos docentes, inicialmente indicadas para a faculdade de História, deveriam ser redistribuídas, sendo assim, uma vaga para História, uma vaga para Ciências Sociais e uma vaga para a Geografia Licenciatura e que, tal decisão deliberada pela congregação do ICH fora revertida na reunião do CONSEPE realizada no dia 25/08/2016 em que a Faculdade de História ficaria com as três vagas; o professor André Augusto Oda solicita que se faça valer a decisão da Congregação do ICH em que distribui as três vagas para docentes entre os três cursos citados acima. A professora Dra. Joseline Simone Barreto Trindade propõe a retirado do ponto de pauta "**7) Aprovação do plano de concurso e banca de concurso de História**" e que seja substituída por "Encaminhamento das bancas de concurso para História, Ciências Sociais e Geografia como havia sido decidida na reunião do ICH do dia 24/09/2016. A Prof.ª Dr.ª Célia Regina Congílio ratificou as falas de André Oda e Joseline Trindade considerando que se as deliberações da congregação do ICH não tiverem validade não faz sentido reunir e deliberar. O Prof. Dr. José Pedro também confirma a necessidade de seguir os encaminhamentos deliberados por esta Congregação, afirma ser inadmissível que se "passe por cima" das decisões da Congregação, recomenda a retirada da pauta "**7) Aprovação do plano de concurso e banca de concurso de História**" e que se encaminhe à Ouvidoria um processo jurídico sobre o assunto. O professor Me. Cássio Almeida Guilherme não considera justa ou favorável à História a decisão tomada pela Congregação e afirma que a Faculdade de História também recorrerá a outras instâncias jurídicas e considera que o ponto de pauta deve ser mantido, pois, houve solicitação de pauta no tempo hábil, afirmando ainda que todos os Institutos que possuem cursos novos receberam vagas para concurso, portanto, as três vagas que História recebeu são referentes aos cursos novos. O Prof. Dr. José Pedro considera estranho a forma como as vagas são deliberadas por instâncias superiores, pois, que conhece a realidade e as demandas dos cursos são os Institutos e que cursos novo não é critério, mas sim, as necessidades de demandas são critérios reais, pede desculpa aos professores do curso de História, mas entende que as instâncias superiores não podem desrespeitar as deliberações desta Congregação. A discente Priscila Kellen Alves de Lima afirma que o processo não foi democrático desde o início, não houve consulta aos estudantes e que a decisão das vagas do concurso não está levando em consideração as necessidades do curso de Ciências Sociais, como por exemplo, há professores com quinze

orientações, há disciplinas que não são ofertadas por falta de professores e por isso há representação discente de Ciências Sociais nesta reunião, se os outros Institutos estão aceitando essa forma de deliberação isso não é parâmetro para o ICH. O professor Dr. André Augusto Oda afirma o termo "pactuação" referindo-se a forma como as vagas foram deliberadas para História, já que na reunião do CONSEPE do dia 25/08/2016 o Pró Reitor Marcel afirmou que a reitoria pactuou com as várias Faculdades novas deliberando as vagas e ignorando as instâncias. O professor Me. Cássio Almeida argumentou que não houve pactuação, que o fato da Faculdade de História ter apoiado a chapa única não se trata de acordo político entre História e reitoria, e que, caso aqui seja decidido pela distribuição das vagas para Ciências Sociais, Geografia e História, a faculdade de História e o Instituto vão entrar em uma celeuma jurídica, por isso, a História gostaria que a pauta "**7) Aprovação do plano de concurso e banca de concurso de História**" fosse mantida. O professor Dr. José Amilton de Souza também afirma que não houve pacto, mas que, em 2013 houve um acordo para essa distribuição de vagas e que se posiciona pela manutenção da pauta "**7) Aprovação do plano de concurso e banca de concurso de História**". O professor Me. Marcelo Gaudêncio, diretor interino do ICH, esclareceu que ele e o professor Janailson Macedo têm um relacionamento bem transparente, pois, ambos não são convergentes em tudo e que sempre dialogam sobre essas divergências para que isso não interfira nas relações pessoais e na gestão da direção, com relação às três vagas, o professor Marcelo Gaudêncio defende o professor Janailson Macedo garantindo que o documento encaminhado ao ICH em que indica as três vagas para o curso de História chegou dia 18/08/2016, ou seja, às vésperas da reunião extraordinária do dia 24/08/2016. Professora Dra. Marilza Sales relembrou que quando ainda era UFPA, Campus Marabá, foi afirmado a necessidade dos professores se manterem na Unifesspa para que não houvesse falta de professores, também, que isso seria compensado com concursos docentes, no entanto, não fortaleceu o alicerce dos cursos já existentes e não se fez isso, mas priorizou cursos novos, outra questão, foi o fato da Congregação decidir pela distribuição das três vagas para os três cursos e isso ser revertido no CONSEPE, outro erro foi o fato das três vagas serem encaminhadas para História, faz-se a pergunta: "será que a reitoria sabe da real demanda do ICH?", por isso cabe levar ao jurídico, para que isso não ocorra, a professora Marilza pede que se mantenha a proposta inicial de distribuição das três vagas para Ciências Sociais, Geografia e História. A professora Dra. Joseline Trindade destacou a postura imatura dos professores da História na reunião extraordinária do dia 24/08/2016 em que após a votação se retiraram do auditório, e posteriormente, derrubar a autonomia da Congregação no CONSEPE. Professor Dr. André Oda defende que não colocou juízo de valor ao professor Me. Janailson, apenas reproduziu o que foi dito pelo pró reitor Marcel "que fez essa pactuação com os diretores dos institutos". O professor Dr. José Amilton afirmou que essa "pactuação" foi feita em 2012 quando ainda nem era Unifesspa. O professor contraria Dr. André Oda contraria a afirmação de José Amilton que em 2012 ainda nem existia o curso de História, como poderiam compactuar em favor do curso? Outro ponto destacado por André Oda é sobre uma possível celeuma jurídica considerando que quem está criando essa situação é a História por não querer negociar as três vagas. A professora Dra. Célia retoma a discussão sobre a reunião extraordinária do dia 24/08/2016 foi para ela a

mais representativa dessa gestão, sendo assim, aquilo que poderia ser um ponto de união acabou se tornando uma cisão por conta de uma faculdade, a História, e que se sente ameaça pela fala do professor Cássio ao afirmar que se não for como História quer, entrará no campo jurídico e que isso é uma reprodução do capitalismo, pois divide a categoria, considerando que a professora Edma fez um levantamento apontando a necessidade do curso de Ciências Sociais e Geografia, e uma faculdade quer ficar com o "bolo" todo, ou se respeita a decisão do Instituto ou História sai do Instituto. Professor Dr. José Pedro afirma que a Faculdade de História tomou uma posição completamente equivocada ao se retirar de uma reunião representativa e recorrer no CONSEPE, afirmando ainda que o critério não é curso novo e sim demanda, propõe que forme-se uma comissão para estabelecer critérios futuros para a indicação de vagas para docentes do ICH, propõe também que seja retirada de pauta "**7) Aprovação do plano de concurso e banca de concurso de História**". O professor Cássio solicita de seja dado encaminhamento e pede desculpa se pareceu que estava ameaçando o fato de recorrer ao jurídico e se que mantenha a pauta "**7) Aprovação do plano de concurso e banca de concurso de História**". O professor Me. Marcelo Gaudêncio fala sobre a necessidade de um Instituto de Humanas onde as faculdades dialoguem e não provoquem a cisão que ocorre agora com a História e que pede para ser registrado. Por uma questão de encaminhamento, o professor Marcelo Gaudêncio pôs para votação pela manutenção ou não como pauta o item "**7) Aprovação do plano de concurso e banca de concurso de História**", dois votos favoráveis à manutenção da pauta, sete votos pela não manutenção da pauta e dois votos de abstenção. O professor Marcelo fez outro encaminhamento, se mantém a decisão da reunião anterior em que distribui as três vagas do concurso docente para Ciências Sociais, Geografia e História, ou se discute uma nova distribuição, esta última defendida pelo professor Marcelo como uma vaga para Ciências Sociais e duas para História, ficando a Geografia de fora, oito votos favoráveis a decisão da reunião anterior em que distribui as três vagas do concurso docente para Ciências Sociais, Geografia e História; um voto para se rediscutir a distribuição das vagas e três abstenções. O professor José Pedro sugere uma reunião extraordinária para o dia 26/09/2016 às 09 horas para aprovação dos planos de concurso de "Etnologia indígena", "Ensino de Geografia" e "Ensino de História", sendo consenso data e horário pela Congregação. **I. Informes. A)** A professora Marilza Sales informou que na noite de hoje, 20 de setembro, às dezenove horas, haverá o debate entre os candidatos à prefeitura de Marabá. O debate está sendo organizado pela professora e a turma de 2015 de Ciências Sociais. **B)** O professor José Pedro informou sobre o ocorrido na Brinquedoteca, onde a mesma foi acessada sem autorização e houve uma depreciação do espaço. Foi sugerido que houvesse uma sindicância para apurar o ocorrido. O professor Marcelo Gaudêncio comentou sobre a abertura dos espaços pelos guardas da unidade I, sem solicitação prévia ou que atentem para a lista de pessoas autorizadas a adentrar determinados ambientes. O professor José Pedro atentou para que este assunto ele havia colocado como informe para que a Congregação tomasse conhecimento, mas que, posteriormente, a Faculdade de Ciências da Educação faria o pedido formal para abertura de sindicância para apurar o ocorrido. **II. Aprovação da 8ª Reunião Extraordinária.** Não houve aprovação da ata, em virtude de a mesma não ter sido circulada em tempo hábil. **III. Aprovação**

do plano acadêmico do 2º e 3º período. A coordenadora pedagógica, Maria Rosário, iniciou este ponto realizando a entrega do relatório do SISPLAD, referente ao Plano Acadêmico do segundo e terceiro período de 2016, e relembrou aos presentes que o instituto é responsável pela inserção no sistema das atividades administrativas, afastamentos e projetos de extensão e ensino, e as faculdades em inseri no sistema as atividades relacionadas ao ensino: tcc, estágio e disciplinas. A coordenadora atentou para que os professores acessem ao SISPLAD para verificar os lançamentos e carga horária e, caso não esteja compatível com o trabalho realizado, conversar junto com a Faculdade para resolver a situação. Em continuidade ao ponto, o professor José Pedro criticou a forma de se contabilizar as cargas horários pelo professor em quatro períodos, uma forma de impor um regime de trabalho para o docente, onde o certo seria levar em consideração a especificidade e necessidade de cada Curso. A professora Glaucia Moreno contribuiu com a discussão, colocando em questão a resolução utilizada, assim como tantas outas resoluções que a Unifesspa utiliza, que são cópias da UFPA. E que deveria se iniciar uma discussão sobre o assunto na Unidade, e levar uma proposta sobre a questão para o CONSEPE e começar a propor alterações nas resoluções. Após sanadas as dúvidas, o plano foi aprovado pela Congregação. **IV. Aprovação de pareceres de projetos de pesquisa e extensão. A)** Parecer favorável ao projeto de extensão intitulado "Coletivo Vingar: pesquisa e coeducação feminina", pleiteando carga horária de dez horas semanais para o coordenador, professora Dra. MARIZETE FONSECA DA SILVA, tendo o período de execução de primeiro de agosto de 2016 a trinta e um de julho de 2017. Aprovado. **B)** Parecer favorável ao projeto de pesquisa intitulado "A disputa pela Memória: os aniversários do Golpe de 1964 nas páginas do jornal O Estado de S. Paulo", pleiteando carga horária de dez horas semanais para o coordenador, professor Me. CASSIO AUGUSTO SAMOGIN ALMEIDA GUILHERME, pelo de julho de 2016 a julho de 2017. Aprovado. **C)** Parecer favorável ao projeto de pesquisa intitulado "Nos arrabaldes da história: cidade, expansão urbana e trabalho na Amazônia nas primeiras décadas do século XX (1915-1939)", coordenado pela professora Dra. LETÍCIA SOUTO PANTOJA, compreendendo um período de trinta e seis meses, de dezembro de 2017 a novembro de 2019. Seguindo a política de aprovação de projetos definida no Instituto, o projeto foi aprovado por 01 (um) ano, ficando condicionado à aprovação dos demais anos após apresentação de um relatório anual. Aprovado. **D)** Parecer favorável ao projeto de extensão intitulado "PRATICANDO GEOCOLOGIA: Elaboração de perfil geoecológico na representação das paisagens", pleiteando carga horária de vinte horas semanais para a coordenadora, professora Dra. MARIA RITA VIDAL, e para o colaborador, professor Me. ABRAÃO LEVI DOS SANTOS MASCARENHAS. O projeto conta com o período de vigência de doze meses, tendo 2016 como ano-base. Aprovado. **V. Numeração das Salas do Segundo Andar da Unidade 3.** O professor Marcelo Gaudêncio expos sobre a ideia inicial que seria enumerar as salas no andar térreo, a partir do número um (sala 1) e seguir a numeração no segundo andar, dando continuidade na numeração do primeiro andar. Aprovado. **VI. Redistribuição do Espaço Físico do ICH.** A professora Joseline Trindade pediu a fala para questionar sobre o uso do espaço físico do ICH na alocação das 'Casinhas de Xerox', que atualmente estão localizadas nos fundos da Unidade 1 do Campus Marabá. Segundo a professora, os espaços eram cedidos

as copiadoras e, em troca, os institutos possuíam uma cota para cópias e, com a mudança do espaço, está sendo cobrado um valor de aluguel para a empresa que ganhou a licitação, e questionou sobre qual foi a discussão com o ICH sobre o dinheiro do aluguel e em que ele seria revestido. Se caso fosse revestido em algo, que fosse em manter as cotas de cópias para o Instituto, em razão das necessidades das Faculdades. O professor Marcelo Gaudêncio, informou que esse assunto está incluso nas questões que serão levantadas neste ponto, e relembrou que já houve discussões anteriores sobre a redistribuição do espaço físico do ICH e que é necessária uma nova discussão sobre o assunto e foi solicitado a PROGEP o documento que contempla a divisão dos espaços na Unidade 1 e não obteve retorno em tempo hábil, ficando este ponto para ser discutido em uma próxima reunião. Em questão das Copiadoras, foi proposto pelo Ênio que o Instituto provoque uma discussão sobre o assunto e que estabeleça um retorno para o ICH. Após questionamentos, ficou definido que seria solicitado para a reitoria esclarecimentos sobre o espaço destinado ao ICH. **VII. Discussão da proposta de indicadores da Matriz Orçamentária: ITC e IQ (Processo 23479.006897/2016-29).** A professora Me. Glaucia Moreno iniciou este ponto, informando que este assunto já havia sido discutido e fez uma análise referente aos novos indicadores que a SEPLAN sugeriu, o Índice de Intensidade de Trabalho de Campo (ITC) e o Índice de Quilometragem (IKM), de forma que, ao seu ver, visa retirar mais os recursos das Licenciaturas. Para 'responder' ao processo, o professor Janailson havia solicitado um parecer das faculdades envolvidas, Geografia e Educação do Campo, que seriam anexados e na reunião da Congregação, aprovar e definir um encaminhamento para o assunto. As respostas de ambas Faculdades, solicita esclarecimentos referente ao surgimento desse novo índice, em virtude de ao serem implantados, prejudicaria a comunidade acadêmica das Licenciaturas. Foi aprovado que o processo seria respondido pedindo 'vistas', haja vista que não foi considerada as especificidades das Licenciaturas. **VIII. Aprovação do plano de concurso e banca do concurso de História.** Ponto retirado da pauta. **X. O que ocorrer. (A) Aprovação do PPC de História.** Projeto Pedagógico do Curso (PPC) referente ao curso de Licenciatura em História, para aprovação pela Congregação do ICH e encaminhamento do processo a PROEG. Aprovado. **(B) Aprovação do PPC de Ciências Sociais.** Projeto Pedagógico do Curso (PPC) referente ao curso de Bacharelado em Ciências Sociais, para aprovação pela Congregação do ICH e encaminhamento do processo a PROEG. Aprovado. **(C) Aprovação de Parecer de Progressão Funcional. 1)** Parecer favorável à Progressão Funcional da professora Me. CLEIDE PEREIRA DOS ANJOS, da classe de Assistente, nível IV, para Adjunto, nível I. Aprovado. **2)** Parecer favorável à Progressão Funcional do professor Dr. ANDRÉ AUGUSTO INOUE ODA, da classe de Adjunto, classe A, nível I, para Adjunto, classe A, nível II. Aprovado. **(D) Aprovação de Plano de Concurso para Professor Substituto da FACED.** Foi encaminhado para o ICH, pela Faculdade de Ciências da Educação, o Plano de Concurso para professor Substituto. O concurso será para Professor Substituto com título de Mestre, com regime de trabalho de quarenta horas (40h), com uma vaga e sob o tema de Psicologia da Educação. Para realizar a inscrição, o candidato deverá possuir graduação em Pedagogia, Psicologia ou Educação Especial e Mestrado em Educação ou Psicologia ou Educação Especial e apresentar a documentação exigida: Currículo Lattes atualizados em três

vias, compreendendo todas as experiências didáticas, científicas, artísticas, acadêmica e profissionais, sendo um deles devidamente comprovado; Requerimento de inscrição, devidamente assinado; Cópia autenticada de CPF e RG; prova de quitação com a justiça eleitoral e; Prova de quitação com o serviço militar, no caso de candidato do sexo masculino. A comissão examinadora indicada pelo Conselho da Unidade, foi formada pelas professoras Dra. Lucélia Cardoso Cavalcante Rabelo, Dra. Hildete Pereira dos Anjos e Dra. Ana Clédina Rodrigues Gomes como membros efetivo, e as professoras Me. Vanja Elizabeth Sousa Oliveira e Me. Cleide Pereira dos Anjos, como membros suplentes. Aprovado. **(E) Material de Escritório para o II Seminário de História.** A discente Ana Elisa, representante do Centro Acadêmico de História, encaminhou para o ICH um memorando solicitando material de escritório para a II semana de História, onde consta o pedido de cento e cinquentas unidades de canetas (preta ou azul), cento e cinquenta pastas escolar fina (cores variadas), seis resmas de papel chamex office A4 75g, cinco tubos pequenos de cola branca, cinco unidades de tesouras e três caixinhas de clip de papel em aço número 2/0 acc. O coordenador administrativo, Ernesto Sampaio, informou que há possibilidade de realizar a doação do material, retirando um pouco de cada Faculdade, haja vista que o material de expediente da unidade e suas subunidades chegaram hoje ao Instituto. Após discussão, ficou definido que as Faculdades estudariam a demanda e veriam qual o quantitativo poderiam doar. Nada mais a tratar, o Diretor do Instituto de Ciências Humanas, Professor Me. Marcelo Gaudêncio Brito Pureza agradeceu a participação e a atenção de todos e deu por encerrada a 9ª Reunião Ordinária da Congregação do Instituto de Ciência Humanas – ICH de 2016. Eu, Laiana Farias Paixão, Secretária Executiva do Instituto de Ciências Humanas (ICH), lavrei a presente ata, que segue acompanhada da lista de presença com assinaturas dos membros da Congregação *pro tempore* do Instituto de Ciências Humanas (ICH) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) que participaram da reunião.
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

1. [illegible]
2. [illegible]
3. Cleide Pereira dos Anjos
4. [illegible]
5. [illegible]
6.
7.
8.
9.
10.
11.
12.
13.
14.
15.

16. _____
17. _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
Instituto de Ciências Humanas - ICH
Folha 31, Quadra 7, Lote Especial, s/n. Marabá – Pará CEP: 68507-590.
Telefone: (94) 2107-7101 - Fax: (94) 2101-7102

9ª REUNIÃO ORDINÁRIA/2016 DA CONGREGAÇÃO *PRO TEMPORE* DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS,
Data: 20/09/2016 – A PARTIR DAS 15H00MIN

LISTA DE FREQUÊNCIA

UNIDADE/FACULDADE	CATEGORIAS	NOME	E-mail	Assinatura
ICH	Diretor pro tempore	Janailson Macedo Luz	janailson@unifesspa.edu.br	
	Diretor Adjunto	Marcelo Gaudêncio Pureza	gaudencio@unifesspa.edu.br	
	Coordenadora Acadêmica	Maria Rosário Pereira de Lima	rosa@unifesspa.edu.br	
	Coordenador Administrativo	Ernesto Sampaio Neto	ernesto@unifesspa.edu.br	
Representante Docente no CONSEPE	Representante Docente	Glaucia de Sousa Moreno	glaucia@unifesspa.edu.br	
	Suplente	Edma do socorro Silva Moreira	edma@unifesspa.edu.br	
Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia Tocantins	Diretor	Joseline Simone Barreto Trindade	joseline@unifesspa.edu.br	
	Representante Docente	Marilza Sales Costa	13ma14fr@unifesspa.edu.br	
	Suplente	Raimundo Wanderley C. Padilha	wpadilha@unifesspa.edu.br	
Faculdade de Educação do Campo	Diretor	Glaucia de Sousa Moreno	glaucia@unifesspa.edu.br	
	Representante	Amintas Lopes da Silva Jr.	amintas@unifesspa.edu.br	
	Suplente	Ailce Margarida Negreiros Alves	ailcemargarida@unifesspa.edu.br	
Faculdade de Educação	Diretor	Silvana de Sousa Lourinho	silvanalourinho@unifesspa.edu.br	
	Representante	Vanja Elizabeth Sousa C. Oliveira	vanja@unifesspa.edu.br	
	Suplente	Ana Clédina Rodrigues Gomes	Ana.cledina@unifesspa.edu.br	
Faculdade de Geografia	Diretor	Gustavo da Silva	gustavogeo@unifesspa.edu.br	
	Representante	Marcos Mascarenhas Rodrigues	mascarenhas@unifesspa.edu.br	
	Suplente	Abraão Levi Mascarenhas	abraaolevi@unifesspa.edu.br	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
Instituto de Ciências Humanas - ICH
Folha 31, Quadra 7, Lote Especial, s/n. Marabá – Pará CEP: 68507-590.
Telefone: (94) 2107-7101 - Fax: (94) 2101-7102

UNIDADE/FACULDADE	CATEGORIAS	NOME	E-mail	Assinatura
Faculdade de História	Diretor	Erinaldo Vicente Cavalcanti	ericavalcanti@unifesspa.edu.br	
	Representante	Cássio A. S. Almeida. Guilherme	cassionl@unifesspa.edu.br	
	Suplente	Fábio Tadeu de Melo Pessoa	fabiopessoa@unifesspa.edu.br	
PDTSA	Coordenadora	Edma do socorro Silva Moreira	edma@unifesspa.edu.br	
	Representante	Célia Regina Congílio	celiacongilio@unifesspa.edu.br	
	Suplente	Hildete Pereira dos Anjos	anjoshildete@unifesspa.edu.br	
Representação dos Técnicos	Representante	Carla da Silva Lobo	carlalobo@unifesspa.edu.br	
	Suplente	Itaecyla Chrystiane Cutrim	chrys@unifesspa.edu.br	
Representação discente	Representante	Raquel Reis da Silva	raquelreis@unifesspa.edu.br	
	Suplente	Aline Ruth de S. Damascena	alineflor.damascena @unifesspa.edu.br	
	Representante	Nieves Rodrigues L. da Silva	nieves@unifesspa.edu.br	
	Suplente	Luciana Souza Vaz	luhvaz@unifesspa.edu.br	
	Representante Pós-Graduação	Flávia Madeira da Silva	madeira@unifesspa.edu.br	
	Suplente	Etiane Patrícia dos Reis Silva	Etiane1304@unifesspa.edu.br	
FACSAT	VICE-DIRETOR	ANDRÉ AUGUSTO J. DIAS	DIAS@UNIFESSPA.EDU.BR	
FACSAT	Representante Discente	Priscila Kelber Alves de Lima	priscila@unifesspa.edu.br	
FACSAT	Representante Discente	Aline de Araújo Nascimento Jesus	alinearaujonascimento@outlook.com.br	

62

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS (ICH)
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO ARAGUAIA-TOCANTINS (FACSAT)
Folha 31, Quadra 7, Lote Especial, s/n. Marabá – Pará CEP: 68507-590.
Telefone: (94) 2101.7106 – Fax: (94) 2101.7106

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO ARAGUAIA – TOCANTINS DO DIA DEZENOVE DE OUTUBRO DE 2016.

Aos dezenove de outubro de dois mil e dezesseis, na sala dos professores da FACSAT, a partir das 11:00 horas, teve início a reunião extraordinária do Conselho da Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins, com a presença dos (as) docentes, Joseline Simone Barreto Trindade, diretora da Faculdade, Marilza Sales Costa, Edma Silva Moreira, Raimundo Wanderlei Correa Padilha, Célia Regina Congílio, Clóves Barbosa, e o secretário acadêmico da Faculdade, Rudson Resplandes Orlando. Estavam ausentes o professor André Augusto Inoue Oda e a professora Gisela Macambira Villacorta. A reunião tratou dos seguintes pontos de pauta: 1) Informes do PPC. 2) Aprovação do PPC do curso de Ciências Sociais Bacharelado. Primeiramente, a profa. Joseline iniciou a reunião, apresentando os pontos de pauta. Em seguida, deu início ao primeiro ponto de pauta. Informou a respeito da movimentação do PPC, o qual foi entregue há uma semana pela PROEG à faculdade para que fosse feita algumas modificações pontuais, e então, ser enviado novamente para PROEG. Disse também, que circulou o PPC entre os docentes, para que dessem suas devidas contribuições, e assim poder concluir a versão final do projeto. No segundo ponto de pauta, foi apresentado o PPC pronto, com todas as modificações que deveriam ser feitas, e finalizado para encaminhamento à PROEG, e demais instâncias. Após esclarecimentos, o PPC foi apreciado e aprovado por todos. Nada mais, havendo a tratar, a reunião foi encerrada, e eu, Rudson Resplandes Orlando, lavrei esta ata que está assinada por todos os presentes.

Marabá, 19 de outubro de 2016.

Clóves Barbosa _____.

Marilza Sales Costa _____.

Édma do Socorro Silva Moreira _____.

Célia Regina Congílio _____.

Joseline Simone Barreto Trindade _____.

Raimundo Wanderlei Correa Padilha _____.

Rudson Resplandes Orlando (Técnico) _____.

Anexo 2: Desenho Curricular

Atividades Curriculares	Horas	
Epistemologia das Ciências Sociais I	68	Formação Específica
Epistemologia das Ciências Sociais II	68	
Teoria Sociológica I	68	
Teoria Sociológica II	68	
Teoria Sociológica III	68	
Teoria Sociológica IV	68	
Teoria Antropológica I	68	
Teoria Antropológica II	68	
Teoria Antropológica III	68	
Teoria Antropológica IV	68	
Teoria Política I	68	
Teoria Política II	68	
Teoria Política III	68	
Teoria Política IV	68	
Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais I	68	
Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais II	68	
Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais III	68	
Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais IV	68	
Diálogos de Pesquisa em Ciências Sociais I	68	
Diálogos de Pesquisa em Ciências Sociais I	68	
Subtotal de Horas do Eixo de Formação Específica	1360	

Economia Política	68	Formação Complementar
Formação Social, Econômica e Política da Amazônia	68	
Formação social, econômica e política do Brasil	68	
Formação Histórica do Mundo contemporâneo	68	
Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais I	68	
Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais II	68	
Relações Étnico-raciais	68	
Leitura e produção textual em Ciências Sociais	68	
Etnologia Indígena	68	
Estado, Movimentos Sociais e Políticas Públicas	68	
Corpo, Gênero e Sexualidade: teorias e métodos	68	
Tecnologia, Trabalho e Sociedade	68	
Subtotal de Horas do Eixo de Formação Complementar	816	

Formação Livre I	68	Formação
Formação Livre II	68	
Formação Livre III	68	
Formação Livre IV	68	
Subtotal de Horas do Eixo de Formação Livre	272	

DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO LIVRE
Sociedade, Natureza e Educação ambiental
Religião e Sociedade
Teoria e Pesquisa sobre Violência
Estudos de Povos indígenas
Questões Urbanas: teoria e métodos
Conflitos sociais: terra e território
Sistemas Partidários e Eleitorais no Brasil
Instituições Políticas Brasileiras
Pensamento Social Brasileiro
Tópicos Temáticos em Antropologia

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	612
Atividades Complementares	140
Total de Carga Horaria do Curso	3200

Anexo 3: Contabilidade Acadêmica

Responsável pela oferta	Atividades curriculares	Carga Horária			
		Total do período letivo (Semestral, em horas)	Semanal		
			Teórica (horas)	Prática em pesquisa e extensão (horas)	Total (horas)
Eixo de Formação Específica					
FACSAT	Epistemologia das Ciências Sociais I	68	4	0	4
FACSAT	Epistemologia das Ciências Sociais II	68	4	0	4
FACSAT	Teoria Sociológica I	68	4	0	4
FACSAT	Teoria Sociológica II	68	4	0	4
FACSAT	Teoria Sociológica III	68	4	0	4
FACSAT	Teoria Sociológica IV	68	4	0	4
FACSAT	Teoria Antropológica I	68	4	0	4
FACSAT	Teoria Antropológica II	68	4	0	4
FACSAT	Teoria Antropológica III	68	4	0	4
FACSAT	Teoria Antropológica IV	68	4	0	4
FACSAT	Teoria Política I	68	4	0	4
FACSAT	Teoria Política II	68	4	0	4
FACSAT	Teoria Política III	68	4	0	4
FACSAT	Teoria Política IV	68	4	0	4
FACSAT	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais I	68	3	1	4
FACSAT	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais II	68	3	1	4
FACSAT	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais III	68	3	1	4

FACSAT	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais IV	68	3	1	4
FACSAT	Diálogos de Pesquisa em Ciências Sociais I	68	0	4	4
FACSAT	Diálogos de Pesquisa em Ciências Sociais II	68	0	4	4
	Sub-total de disciplinas obrigatórias do Eixo de Formação Específica	1360	68	12	80

Eixo de Formação Complementar

ICH e IEDAR	Economia Política	68	3	1	4
ICH e IEDAR	Formação social, econômica e política da Amazônia	68	3	1	4
ICH e IEDAR	Formação social, econômica e política do Brasil	68	3	1	4
ICH e IEDAR	Formação Histórica do Mundo Contemporâneo	68	3	1	4
FACSAT	Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais I	68	0	4	4
FACSAT	Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais II	68	0	4	4
ICH	Relações Étnico-Raciais	68	2	2	4
ICH	Leitura e Produção Textual em Ciências Sociais	68	2	2	4
FACSAT	Etnologia Indígena	68	2	2	4
ICH	Corpo, gênero e sexualidade: teorias e métodos	68	2	2	4
ICH	Estado, Movimentos sociais e políticas públicas	68	2	2	4
ICH	Tecnologia, Trabalho e Sociedade	68	2	2	4
	Sub-total de disciplinas obrigatórias do Eixo de Formação Complementar	816	24	24	48

Eixo de Formação Livre

-ICH	Formação Livre I	68	-	-	-
ICH	Formação Livre II	68	-	-	-
ICH	Formação Livre III	68	-	-	-
ICH	Formação Livre IV	68	-	-	-
	Subtotal das disciplinas do Eixo de Formação Livre	272	-	-	-

Disciplinas optativas do Eixo de Formação Livre

ICH	Religião e Sociedade	68	2	2	4
ICH	Teoria e Pesquisa sobre Violência	68	2	2	4
ICH	Estudos de Povos Indígenas	68	2	2	4
ICH	Questões urbanas: Teorias e Métodos	68	2	2	4
ICH	Instituições Políticas Brasileiras	68	2	2	4
ICH	Sistemas Partidários e Eleitorais no Brasil	68	2	2	4
ICH	Pensamento Social Brasileiro	68	2	2	4
ICH	Tópicos Temáticos em Antropologia	68	2	2	4
ICH	Sociedade, Natureza e Educação Ambiental	68	2	2	4

ICH	Conflitos Sociais: Terra e Território	68	2	2	4

Elaboração, defesa e exame do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	612
Atividades Complementares	140
Total de Carga Horaria do Curso	3200

Anexo 4: Atividades curriculares por período letivo

PERÍODOS	DISCIPLINAS	CH
1º PERÍODO	Teoria Sociológica I	68h
	Teoria Antropológica I	68h
	Teoria Política I	68h
	Epistemologia das Ciências Sociais I	68h
	Leitura e Produção Textual em Ciências Sociais	68h
TOTAL		**340h**
2º PERÍODO	Teoria Sociológica II	68h
	Teoria Antropológica II	68h
	Teoria Política II	68h
	Epistemologia das Ciências Sociais II	68h
	Economia Política	68h
TOTAL		**340h**
3º PERIODO	Teoria Sociológica III	68h
	Teoria Antropológica III	68h
	Teoria Política III	68h
	Métodos e Técnica de Pesquisa nas Ciências Sociais I	68h
	Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais I	68h
TOTAL		**340h**
4º PERÍODO	Teoria Sociológica IV	68h
	Teoria Antropológica IV	68h
	Teoria Política IV	68h
	Métodos e Técnica de Pesquisa nas Ciências Sociais II	68h
	Formação Histórica do Mundo Contemporâneo	68h
TOTAL		**340h**
5º PERÍODO	Formação Social, Econômica e Política do Brasil	68h
	Formação Social, econômica e política da Amazônia	68h
	Etnologia Indígena	68h
	Métodos e Técnica de Pesquisa nas Ciências Sociais III	68h
	Relações Étnico-Raciais	68h
TOTAL		**340h**
6º PERÍODO	Estado, Movimentos Sociais e Políticas Públicas	68h
	Formação Livre I	68h
	Formação Livre II	68h
	Métodos e Técnica de Pesquisa nas Ciências Sociais IV	68h
	Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais II	68h

TOTAL		**340h**
7º PERÍODO	Formação Livre III	68h
	Formação Livre IV	68h
	Tecnologia. Trabalho e Sociedade	68h
	Corpo, gênero e sexualidade: teorias e métodos	68h
	Diálogos de Pesquisa em Ciências Sociais	68h
TOTAL		**340**
8º PERÍODO	Diálogos de Pesquisa Ciências II	**68h**
	Trabalho de Conclusão de Curso I	**272h**
TOTAL		**340h**
9º PERIODO	Trabalho de Conclusão de Curso II	340h
TOTAL		**340h**
SUBTOTAL		**3.060H**
	Atividades complementares	140h
TOTAL GERAL		**3.200h**

Disciplinas da Formação Livre

Religião e Sociedade	68h
Teoria e Pesquisa sobre Violência	68h
Estudos de Povos Indígenas	68h
Questões urbanas: Teorias e Métodos	68h
Instituições Políticas Brasileiras	68h
Sistemas Partidários e Eleitorais no Brasil	68h
Pensamento Social Brasileiro	68h
Tópicos Temáticos em Antropologia	68h
Sociedade, Natureza e Educação Ambiental	68h
Conflitos Sociais: Terra e Território	68h

Anexo 5: Demonstrativo das atividades curriculares por competências e habilidades trabalhadas

Competência 1: Domínio da bibliografia teórica e metodologia básica
Competência 2: Autonomia intelectual
Competência 3: Capacidade analítica
Competência 4: Articulação entre teoria, pesquisa e prática social
Competência 5: Compromisso social
Competência 6: Competência na utilização da informática

Disciplinas	Principais competências e habilidades trabalhadas e avaliadas
Epistemologia das Ciências Sociais I	01, 02, 03
Epistemologia das Ciências Sociais II	01, 02, 03
Teoria Sociológica I	01, 02, 03
Teoria Sociológica II	01, 02, 03
Teoria Sociológica III	01, 02, 03
Teoria Sociológica IV	01, 02, 03
Teoria Antropológica I	01, 02, 03
Teoria Antropológica II	01, 02, 03
Teoria Antropológica III	01, 02, 03
Teoria Antropológica IV	01, 02, 03
Teoria Política I	01, 02, 03
Teoria Política II	01, 02, 03
Teoria Política III	01, 02, 03
Teoria Política IV	01, 02, 03
Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais I	01, 02, 03, 04, 06
Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais II	01, 02, 03, 04, 06
Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais III	01, 02, 03, 04, 06
Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais IV	01, 02, 03, 04, 06
Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais I	02, 03, 04, 05, 06
Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais II	02, 03, 04, 05, 06
Formação social, econômica e política da Amazônia	01, 02, 03, 05
Formação social, econômica e política do Brasil	01, 02, 03, 05
Formação Histórica do mundo contemporâneo	01, 02, 03, 05
Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais I	01, 02, 03, 04, 05, 06
Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais II	01, 02, 03, 04, 05, 06
Relações étnico-raciais	01, 02, 03, 05
Etnologia indígena	01, 02, 03, 04, 05

Estado, movimentos sociais e políticas públicas	01, 02, 03, 04, 05
Tecnologia, trabalho e sociedade	01, 02, 03, 04, 05
Corpo, gênero e sexualidade: teoria e métodos	01, 02, 03, 04, 05
Leitura e produção textual em Ciências Sociais	02, 03
Economia política	01, 02, 03
Religião e Sociedade	01, 02, 03, 04, 05
Teoria e pesquisa sobre violência	01, 02, 03, 04, 05
Conflitos Sociais: terra e território	01, 02, 03, 04, 05
Questões urbanas: teoria e métodos	01, 02, 03, 04, 05
Estudos de Povos Indígenas	01, 02, 03, 04, 05
Tópicos Temáticos em Antropologia	01, 02, 03, 04, 05
Instituições Políticas Brasileiras	01, 02, 03, 04, 05
Sistemas Partidários e Eleitorais no Brasil	01, 02, 03, 04, 05
Pensamento Social Brasileiro	01, 02, 03, 04, 05
Sociedade, Natureza e Educação Ambiental	01, 02, 03, 04, 05

Anexo 6: Quadro de equivalências entre componentes curriculares antigos e novos (abrange as turmas 2013 e anteriores)

LICENC. + BACH - Turma 2013 pra trás	Lic. 2014-2015	Novo Bacharelado	Nova Licenciatura
Leitura e Produção Textual	ok.	Leitura e produção textual em Ciências Sociais	Leitura e produção textual em Ciências Sociais
Fundamentos do Conhecimento Científico	ok.	Epistemologia das Ciências Sociais I	Epistemologia das Ciências Sociais I
Fundamentos das Ciências Sociais	Introdução às Ciências Sociais	Epistemologia das Ciências Sociais II	Epistemologia das Ciências Sociais II
Fundamentos Filosóficos da Educação	(não há equivalente)	(não há equivalente)	(não há equivalente)
Formação Histórica do Pensamento Político Social Brasileiro	Pensamento social brasileiro	Pensamento social brasileiro [Eixo de formação livre	Pensamento social brasileiro [Eixo de formação livre]
Sociologia Durkheimiana	Teoria sociológica I	Teoria sociológica I	Teoria sociológica I
Teorias Políticas Clássicas I	Teoria política I	Teoria política I	Teoria política I
Teorias Antropológicas	Teoria antropológica II	Teoria antropológica II	Teoria antropológica II
Metodologia de Pesquisa das Ciências Sociais I	(não há equivalente)	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais I
Economia Política I	(não há equivalente)	Economia política	Economia política
Teorias Sociológicas da Educação	Sociologia da educação	Sociologia da educação [Eixo de formação livre]	Sociologia da educação
Economia Política II	(não há equivalente)	Economia política	Economia política
Teorias Políticas Clássicas II	Teoria política II	Teoria política II	Teoria política II
Estatística Aplicada às Ciências Sociais	Estatística descritiva para as Ciências Sociais	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais II
Diversidade Cultural Brasileira	Teoria antropológica I	Teoria antropológica I	Teoria antropológica I
Sociologia Weberiana	Teoria sociológica II	Teoria sociológica II	Teoria sociológica II
Organização Social e Parentesco	Etnologia indígena e políticas indigenistas	Etnologia indígena	Etnologia indígena
Movimentos Sociais, Estado e Políticas Públicas no Brasil	(não há equivalente)	Estado, movimentos sociais e políticas públicas	Estado, movimentos sociais e políticas públicas
Psicologia da Educação	(não há equivalente)	(não há equivalente)	(não há equivalente)
Antropologia Educacional	ok.	Antropologia da educação [Eixo de formação livre]	Antropologia da educação
Metodologia de Pesquisa das Ciências Sociais II	(não há equivalente)	LAPEX I - Laboratório de pesquisa e extensão nas Ciê	(não há equivalente)
Didática Geral	Didática do ensino nas Ciências Sociais	(não há equivalente)	Didática
Teorias Políticas Contemporâneas	ok.	Teoria política IV	Teoria política IV
Tecnologia e Sociedade	ok.	Tecnologia, trabalho e sociedade	Tecnologia, trabalho e sociedade [Eixo de formação li
Geografia Humana e Econômica: Meio Ambiente e Sociedade	Formação histórica e social da Amazônia	Formação social, econômica e política da Amazônia	Formação social, econômica e política da Amazônia
Sociologia Marxista	Teoria sociológica III	Teoria sociológica III	Teoria sociológica III
Antropologia da Religião	(não há equivalente)	Religião e sociedade [Eixo de formação livre]	Religião e sociedade [Eixo de formação livre]
Sociologia do Trabalho	(não há equivalente)	Tecnologia, trabalho e sociedade	Tecnologia, trabalho e sociedade [Eixo de formação li
Teoria Sociológica Contemporânea	ok.	Teoria sociológica IV	Teoria sociológica IV
Política Brasileira	(não há equivalente)	Instituições políticas brasileiras [Eixo de formação li	Instituições políticas brasileiras [Eixo de formação livr
Estágio de Docência I	Estágio supervisionado de docência I	(não há equivalente)	Estágio supervisionado de docência I
Sócia-Antropologia Rural	Sociologia rural	Conflitos sociais: terra e território [Eixo de formação	Conflitos sociais: terra e território [Eixo de formação l
Etnologia Indígena	Etnologia indígena e políticas indigenistas	ok.	ok.
Sociologia Econômica	(não há equivalente)	(não há equivalente)	(não há equivalente)
Política Educacional	ok.	(não há equivalente)	ok.
Estágio de Docência II	Estágio supervisionado de docência II	(não há equivalente)	Estágio supervisionado de docência II
Socio-Antropologia Urbana	Sociologia urbana	Questões urbanas: teorias e métodos [Eixo de forma	Questões urbanas: teorias e métodos [Eixo de formaç
Sistemas partidários e eleitorais no Brasil	(não há equivalente)	Sistemas partidários e eleitorais no Brasil [Eixo de fo	Sistemas partidários e eleitorais no Brasil [Eixo de for
Políticas e Relações Internacionais	Formação histórica do mundo contemporâneo	Formação histórica do mundo contemporâneo	Formação histórica do mundo contemporâneo
Antropologia Econômica	Teoria antropológica III	Teoria antropológica III	Teoria antropológica III
Estágio de Docência III	Estágio supervisionado de docência III	(não há equivalente)	Estágio supervisionado de docência III
Tópicos Temáticos em Ciências Sociais	(não há equivalente)	LAPEX II - Laboratório de pesquisa e extensão em Ciê	(não há equivalente)
Estágio de Docência IV	Estágio supervisionado de docência IV	(não há equivalente)	Estágio supervisionado de docência IV
Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso	ok.	Elaboração, defesa e exame do Trabalho de Conclusã	Elaboração, defesa e exame do Trabalho de Conclusão
Fundamentos da Educação Especial/Linguagem Brasileira de	ok.	(não há equivalente)	ok.

Anexo 7: Quadro de equivalências entre componentes curriculares antigos e novos de Licenciatura (abrange as turmas 2014 e 2015)

LICENCIATURA - Turmas 2014 e 2015	Novo Bacharelado	Nova Licenciatura
Introdução às Ciências Sociais	Epistemologia das Ciências Sociais I	Epistemologia das Ciências Sociais I
Fundamentos do Conhecimento Científico	Epistemologia das Ciências Sociais II	Epistemologia das Ciências Sociais II
Fundamentos Filosóficos da Educação	(não há equivalente)	(não há equivalente)
Formação Histórica do Mundo Contemporâneo	ok.	ok
Leitura e Produção Textual em Ciências Sociais	ok.	ok.
Teoria Sociológica I	ok.	ok.
Teoria Antropológica I	ok.	ok.
Teoria Política I	ok.	ok.
Formação Histórica e Social do Brasil	Formação social, econômica e política do Brasil	Formação social, econômica e política do Brasil
Estatística Descritiva para as Ciências Sociais	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais II
Teoria Sociológica II	ok.	ok.
Teoria Antropológica II	ok.	ok.
Teoria Política II	ok.	ok.
Laboratório de Pesquisa em Ciências Sociais I	LAPEX I - Laboratório de pesquisa e extensão nas Ciê	(não há equivalente)
Sociologia da Educação	ok. [Eixo de formação livre]	ok.
Teoria Sociológica III	ok.	ok.
Teoria Antropológica III	ok.	ok.
Teoria Política III	ok.	ok.
Laboratório de Pesquisa em Ciências Sociais II	LAPEX II - Laboratório de pesquisa e extensão nas Cie	(não há equivalente)
Antropologia Educacional	Antropologia da educação [Eixo de formação livre]	Antropologia da educação
Teorias Sociológicas Contemporâneas	Teoria sociológica IV	Teoria sociológica IV
Teorias Antropológicas Contemporâneas	Teoria antropológica IV	Teoria antropológica IV
Teorias Políticas Contemporâneas	Teoria política IV	Teoria política IV
Estágio Supervisionado de Docência I	(não há equivalente)	ok.
Tecnologia e Sociedade	Tecnologia, trabalho e sociedade	Tecnologia, trabalho e sociedade [Eixo de formação li
Pesquisa Educacional	(não há equivalente)	(não há equivalente)
Política Educacional	(não há equivalente)	ok.
Psicologia da Educação	(não há equivalente)	(não há equivalente)
Pensamento Social Brasileiro	ok. [Eixo de formação livre]	ok. [Eixo de formação livre]
Estágio Supervisionado de Docência II	(não há equivalente)	ok.
Etnologia Indígena e Políticas Indigenistas	Etnologia indígena	Etnologia indígena
Sociologia Rural	Conflitos sociais: terra e território [Eixo de formação	Conflitos sociais: terra e território [Eixo de formação I
Didática do Ensino das Ciências Sociais	(não há equivalente)	Didática
Formação Histórica e Social da Amazônia	Formação social, econômica e política da Amazônia	Formação social, econômica e política da Amazônia
Estágio Supervisionado de Docência III	(não há equivalente)	ok.
História e Cultura Afro-Brasileira	Relações étnico-raciais	Relações étnico-raciais
Sociologia Urbana	Questões urbanas: teoria e métodos [Eixo de formaç	Questões urbanas: teoria e métodos [Eixo de formaçã
Sociologia da Infância e Adolescência	(não há equivalente)	(não há equivalente)
Fundamentos da Língua Brasileira de Sinais	(não há equivalente)	ok.
Estágio Supervisionado de Docência IV	(não há equivalente)	ok.
Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso	Elaboração, defesa e exame do Trabalho de Conclusã	Elaboração, defesa e exame do Trabalho de Conclusão

Anexo 8: Representação Gráfica do Desenho Curricular

	Disciplina 1	Disciplina 2	Disciplina 3	Disciplina 4	Disciplina 5
1º semestre	Teoria Sociológica I	Teoria Antropológica I	Teoria Política I	Epistemologia das Ciências Sociais I	Leitura e Produção textual nas Ciências Sociais
2º semestre	Teoria Sociológica II	Teoria Antropológica II	Teoria Política II	Epistemologia das Ciências Sociais II	Economia política
3º semestre	Teoria Sociológica III	Teoria Antropológica III	Teoria Política III	Métodos e Técnicas de Pesquisa nas Ciências Sociais I	Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais I
4º semestre	Teoria Sociológica IV	Teoria Antropológica IV	Teoria Política IV	Métodos e Técnicas de Pesquisa nas Ciências Sociais II	Formação Histórica do Mundo Contemporâneo
5º semestre	Formação Social, Econômica e Política do Brasil	Formação Social, Econômica e Política da Amazônia	Etnologia Indígena	Métodos e Técnicas de Pesquisa nas Ciências Sociais III	Relações Étnico-Raciais
6º semestre	{Formação Livre I]	[Formação Livre II]	Estado, Movimentos Sociais e Políticas Públicas	Métodos e Técnicas de Pesquisa nas Ciências Sociais IV	Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais II
7º semestre	[Formação Livre IV]	[Formação Livre IV]	Tecnologia, Trabalho e Sociedade	Corpo, Gênero e Sexualidade: Teorias e Métodos	Diálogos de Pesquisa em Ciências Sociais I
8º semestre	Elaboração do TCC	Elaboração do TCC	Elaboração do TCC	Elaboração do TCC	Diálogos de Pesquisa em Ciências Sociais II
9º semestre	Elaboração do TCC	Elaboração do TCC	Elaboração do TCC	Elaboração do TCC	Elaboração do TCC

Anexo 9: Ementas das Disciplinas Curriculares

EIXO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

Epistemologia das Ciências Sociais I

Ementa: Fundamentos filosóficos do conhecimento humano. Aspectos da visão de ser humano, sociedade, economia, cultura e educação que contribuíram para fundamentar e subsidiar a produção de conhecimentos nas Ciências Sociais.

Bibliografia básica

ARISTÓTELES. Tópicos. Dos argumentos sofísticos. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultura, 1987.
_____. Poética, Organon, Política. *Constituição de Atenas*. São Paulo: Nova Cultural, 2004.
KANT, I. Crítica da razão pura. Vol I e Vol. II, 3ª. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

Bibliografia complementar

BACON, F. Novum organon ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza. 2. ed. Coleção Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2008.
HUSSERL. E. Investigações lógicas (Elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento). Coleção Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2005.
MARX, K. Para a crítica da economia política. Coleção os pensadores. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 2005.
REALE, G. Aristóteles. Metafísica. Volume I, II e III. São Paulo: Loyola, 2005.

Epistemologia das Ciências Sociais II

Ementa: As Ciências Sociais no contexto da modernidade; as principais contribuições de seus antecessores. Aconstrução do objeto nas Ciências Sociais e seus conceitos fundamentais.

Bibliografia básica

BOURDIEU, P., CHAMBOREDON, J.-C., PASSERON, J.-C. Ofício de sociólogo. 8ª edição. Petrópolis: Vozes, 2015.
COMTE, A. Discurso sobre o espírito positivo. (Coleção Os pensadores). São Paulo: Abril, Nova Cultural, 2005
ROUSSEAU, J.-J. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril, Nova Cultural, 2005

Bibliografia complementar

BERGER, P. & LUCKMANN, T. A construção social da realidade. 36ª edição. Petrópolis: Vozes, 2014
COELHO, R. Indivíduo e sociedade na teoria de Auguste Comte. São Paulo: Perspectiva, 2005
FERNANDES, F. Fundamentos empíricos da explicação sociológica. Rio de Janeiro: LTC, 1978.
MARX, K; ENGELS, F. A Ideologia Alemã. São Paulo: Boitempo, 2007
STAROBINSKI, J. Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

Teoria Sociológica I

Ementa: Fundamentos do pensamento sociológico na tradição da sociologia brasileira. Panorama da obra do sociólogo Émile Durkheim. Evolução do pensamento durkheimiano: teoria, método e estudos de

caso. Contexto histórico-político francês no século XIX e começo do século XX. A fundação de uma nova disciplina científica e seus percalços. O suicídio e as religiões ditas "primitivas". Evolução de suas formulações éticas e políticas

Bibliografia básica

DURKHEIM, E. Da divisão do trabalho social. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2015
DURKHEIM, E. Regras do método sociológico. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2015
DURKHEIM. E. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2015

Bibliografia complementar

ALEXANDER, J. (ed) Durkheimian sociology: cultural studies. Cambridge University Press, 1990
DURKHEIM, E. Lições de sociologia. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.
DURKHEIM, E. O suicídio: estudo de sociologia. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015
DURKHEIM, E. Sociologia e filosofia. Bauru: EDIPRO, 2015
GIDDENS, A. Política, sociologia e teoria social. São Paulo: Editora da UNESP, 1998

Teoria Sociológica II

Ementa: Conceitos fundamentais da sociologia de Max Weber. Contexto histórico alemão e europeu do final do século XIX e começo do XX. Crítica do racionalismo moderno, teoria do conhecimento e sociologia compreensiva, sociologia histórica, sociologia da ação, sociologia política e da dominação, dilemas éticos na cultura moderna.

Bibliografia básica

WEBER, M. Economia e sociedade (volume 1): fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução: Barbosa, R. e Barbosa, K. E. Revisão técnica de Gabriel Cohn. 4ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000, 2009

WEBER, M. Economia e sociedade (volume 2): fundamentos da sociologia compreensiva (Volume 2). Tradução: Barbosa, R. e Barbosa, K. E. Revisão técnica de Gabriel Cohn. 4ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000, 2009

WEBER, M. Ética protestante e o "espírito" do capitalismo. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo; revisão técnica, edição de texto, apresentação, glossário, correspondência vocabular e índice remissivo Antônio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras, 2015

Bibliografia complementar

MARCUSE, H. Cultura e sociedade, vol. II. Traduzido por Wolfgang Leo Maar, Isabel Maria Loureiro e Robespierre de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998

WEBER, M. Ciência e política: duas vocações. 14ª edição. Tradução Hegenberg, L. & Mota, O. S. São Paulo: Cultrix, 2007

WEBER, M. Ciência e Política: duas vocações. 17ª edição. São Paulo: Cultrix, 2015

WEBER, M. Textos selecionados (Coleção Grandes Cientistas Sociais). Organizador: Gabriel Cohn. 6ª edição. São Paulo: Ática, 1997

WEBER, Marianne S.. Max Weber: uma biografia. Casa Jorge Editorial, 2003

Teoria Sociológica III

Ementa: Fontes constitutivas do materialismo histórico dialético. A constituição da sociedade em classes, os processos sociais de conflito e antagonismo, as relações entre Estado e classes sociais. Crítica marxista ao modo de produção e reprodução social da sociedade capitalista. A concepção do Estado no materialismo histórico e dialético.

Bibliografia básica

MARX, K. Crítica do Programa de Gotha. São Paulo: Boitempo, 2012.
MARX, K. O 18 de Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011.
MARX, K; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Boitempo, 2010.

Bibliografia complementar

ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. São Paulo: Global, 1986.
MARX, K. As lutas de classes na França. São Paulo: Boitempo, 2013.
MARX, K. Manuscritos econômicos e filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2010.
MARX, K. Sobre a questão judaica. São Paulo: Boitempo, 2010.
MARX, K; ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2010.

Teoria Sociológica IV

Ementa: Sociólogos eminentes dos séculos XX e XXI que condicionam os debates contemporâneos na área da sociologia. O novo pensamento social posterior da Segunda Guerra Mundial; as diferentes críticas da razão no século XX e os processos históricos da modernidade na leitura desses autores; a teoria dos campos e as novas leituras sociológicas dos conflitos sociais.

Bibliografia básica

ELIAS, N. O processo civilizador: uma história dos costumes (vol. I). Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2013
FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 41ª edição. Petrópolis: Vozes, 2015
BOURDIEU, P. O poder simbólico. 7ª edição. Trad.: F. Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004

Bibliografia complementar

ADORNO T. W.; HORKHEIMER, M. Dialética do esclarecimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
BOURDIEU, P. A distinção: crítica social do julgamento. Tradução: Kern, D. & Teixeira, G. J. F. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2007.
ELIAS, N. O processo civilizador: formação do estado e civilização (vol. II). Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2013
FOUCAULT, M. Microfísica do poder. 15ª edição; organizado e traduzido por R. Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000
WACQUANT, L. Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia: F. Bastos, 2001

Teoria Antropológica I

Ementa: O processo de formação da antropologia. Panorama das suas perspectivas fundamentais (evolucionismo, funcionalismo, culturalismo). Conceitos-chave da antropologia: cultura e sociedade,

raça, alteridade, desigualdade, etnocentrismo, relativismo cultural, diferença e identidade, discutindo brevemente a relação entre a antropologia e outras disciplinas (a Antropologia e seus espelhos).

Bibliografia básica

BOAS, F. Antropologia cultural. 6ª edição. Editora Zahar, 2010
CASTRO, C. (Org.) Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer. Jorge Zahar Editor, 2012
MALINOWSKI, B. Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Abril, 1977. (Coleção Os Pensadores)

Bibliografia complementar

HARRIS, M A natureza das coisas culturais. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1968.
LAPLANTINE, F. Aprender antropologia. São Paulo: Brasiliense, 2009.
LARAIA, R. Cultura: um conceito Antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
SAHLINS, M. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (Partes I e II). Mana 3(1): 41-73, 1997
TAX, S. (org.). Panorama da Antropologia. Brasil: Fundo Cultural, 1996.

Teoria Antropológica II

Ementa: A consolidação da antropologia no campo das Ciências Sociais. As especificidades da abordagem antropológica. A tradição antropológica: os clássicos e suas perguntas sobre o homem, a cultura e a sociedade.

Bibliografia básica

DUMONT, L. Homo hierarchicus: o sistema das castas e suas implicações. São Paulo, EDUSP, 1992
LÉVI-STRAUSS, C. As estruturas elementares do parentesco. Petrópolis: Vozes, 2015
MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. São Paulo: Cosac & Naify, 2013

Bibliografia complementar

DOUGLAS, M. Pureza e perigo. Rio de Janeiro: Edições 70, 1991.
DURKHEIM, E. e MAUSS, M. Sobre algumas formas primitivas de classificação. In: Durkheim, E. Sociologia, Rodrigues, J.A. (org.), Editora Ática, 1984
EVANS-PRITCHARD, E. E. Os Nuer. São Paulo: Perspectiva, 2014
LEVI-STRAUSS, C. Antropologia Estrutural I. São Paulo: Cosac & Naify, 2013
VIVEIROS DE CASTRO, E. Antropologia do Parentesco - Estudos Ameríndios, Rio de Janeiro, UFRJ, 1995

Teoria Antropológica III

Ementa: A diversidade de perspectivas e enfoques da antropologia. Contribuições da Antropologia para análise da sociedade. Processo de formação da antropologia e suas principais abordagens teóricas. Principais tradições teóricas da antropologia clássica da primeira metade do século XX. As principais tendências recentes da Antropologia, com ênfase nas abordagens que marcam a Antropologia a partir da década de 1960.

Bibliografia básica

MALINOWSKI, Bronislaw. Os Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo, Coleção Os Pensadores, Ed. Victor Civita. 1984

MEAD, Margareth. Sexo e temperamento. São Paulo.1988.ed. Perspectiva

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008

Bibliografia complementar

LEVI-STRAUSS, C. O pensamento selvagem. 8ª edição. Trad.: Pellegrini, T. Campinas: Papirus, 1989

LEVI-STRAUSS, C. Tristes trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 2015

LEVI-STRAUSS, C. O cru e o cozido. Mitológicas I. São Paulo: Cosac & Naify, 2014

Teoria Antropológica IV

Ementa: Panorama do pensamento antropológico após a segunda guerra mundial. As diferentes teorias da cultura e a diversificação dos paradigmas antropológicos em reação às escolas clássicas. Teoria antropológica a partir da repercussão e da revisitação da antropologia feita até a primeira metade do século XX. Proposições para as antropologias processuais, históricas, interpretativas e simbólicas. As críticas pós-coloniais e as novas expressões da antropologia. O estruturalismo, os paradigmas clássicos e o método etnográfico a partir das fronteiras entre a(s) antropologia(s) e outras disciplinas. Desdobramentos mais recentes da teoria antropológica: a antropologia interpretativista de Clifford Geertz, as discussões metodológicas da antropologia pós-moderna, a revisitação contemporânea de temas constituintes da disciplina, tais como natureza e cultura, indivíduo e sociedade e as possibilidades de uma antropologia reflexa ou/e simétrica.

Bibliografia básica

SAHLINS, M. Ilhas de história. Rio de Janeiro: Zahar, 2003

STHARTHEN, Marlyn. O Efeito Etnográfico e outros Ensaios. São Paulo. Ed. Cosac Naify,

WAGNER, Roy. A invenção da Cultura. São Paulo .Cosac Naify, 2010.256 p.

Bibliografia complementar

AUGÉ, Marc. Por uma Antropologia dos Mundos Contemporâneos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. Edusp/Perspectiva, 1997.

CLIFFORD, J. A experiência etnográfica, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

GEERTZ, C. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. 12ª edição. Petrópolis: Vozes, 2015

GODELIER, M. Enigma do Dom. Ed. Civilização Brasileira.2001

SAHLINS, M. Cultura e razão prática. Tradução: Lamarão, S. T. N. São Paulo: Zahar, 2006

Teoria Política I

Ementa: Abordagens clássicas e contemporâneas sobre Democracia, Regimes políticos e Formas de Governo. Apresenta uma gênese da evolução da cidade-estado, suas instituições jurídicas, familiares, econômicas, culturais, políticas. Destaca ainda a formação e desenvolvimento da tradição filosófica ocidental, no exame do pensamento pré-socrático e na análise de obras importantes de Platão e Aristóteles e suas diferenças em relação ao pensamento político moderno.

Bibliografia básica:

ARISTÓTELES. S. A Política. Editora da Universidade de Brasília – Brasília, 1985.

MAQUIAVEL, N. O Príncipe. Prefácio de R. Aron. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PLATÃO. A República. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2015

Bibliografia complementar

ARENDT, H. A condição humana. 9ª edição. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999

BOBBIO, N. Estado, governo e sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 2007

BOBBIO.N. Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro, Elsevier, 2000.

WEFFORT, F. (org.). Os Clássicos da Política, vol. I. 13ª edição. São Paulo, Ática, 2004

WEFFORT, F. (org.). Os Clássicos da Política, vol. II. 13ª edição. São Paulo, Ática, 2004

Teoria Política II

Ementa: Origens do pensamento político moderno. A construção do objeto da Ciência Política. Os pensamentos Jusnaturalistas e Contratualistas: primeiras teorias políticas modernas acerca da natureza do Estado.

Bibliografia básica

HOBBES, Thomas. Leviatã ou Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico. (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultural, 1997.

LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo. (Coleção Os Pensadores). São Pauto: Nova Cultural, 1997.

ROUSSEAU, J.J. O contrato social. (coleção Os Pensadores)

Bibliografia complementar

BOBBIO, N. Liberalismo e democracia. São Paulo: Brasiliense, 2005

BOBBIO, Norberto, MATEUCCI, N. PASQUINO, G. Dicionário de Política. Vols. I e II, 3a ed., Brasília. UnB, 1991.

BRUM TORRES, J. C. Figuras do Estado moderno: elementos para um estudo histórico-conceitual das formas fundamentais de representação política no Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FOUCAULT, M. Nascimento da biopolítica. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010

LOPES, Marcos Antônio. Para Ler os Clássicos do Pensamento Político. Rio de Janeiro, Editora, 2002.

Teoria Política III

Ementa: Aspectos teóricos de duas correntes de pensamento político do século XX: a teoria política socialista marxista, o liberalismo político, Max Weber, Mosca, Pareto e Michels.

Bibliografia básica:

BOTTOMORE, T. As elites e a sociedade. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1974.

BOURDIEU, P. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Trad. Correa, M. Campinas: Papirus, 1996

BOGO, A. Teoria da Organização Política V.1. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

Bibliografia complementar

ALTHUSSER, L. Aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1985

GRYNSPAN, M. “A teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada”. BIB - Boletim Bibliográfico de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, n 41, 1o Sem/1996.

MICHELS, R. Sociologia dos Partidos Políticos. Brasília: UNB, 1982.

WEBER, M. Ciência e Política: duas vocações. 8a ed. São Paulo: Cultrix, 1996.

LÊNIN, V.I. O Estado e a Revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

Teoria Política IV

Ementa: Teorias políticas posteriores à segunda guerra mundial. As transformações no interior da teoria política marxista e a emergência de outros autores que sentarão as bases do pensamento político contemporâneo.

Bibliografia básica:

ARENDT, H. Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MILIBAND, R. O Estado na sociedade capitalista. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

POULANTZAS, N. Poder político e classes sociais. São Paulo: Martins Fontes. 1972.

Bibliografia complementar

ARENDT, H. A condição humana. 9ª edição. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

ALTVATER. E. El Estado capitalista contemporâneo. México: Siglo XXI. 1991.

EASTON. D. Uma teoria da análise política. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

LACLAU, E. Política e ideologia na teoria marxista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MAZOWER, M. Continente sombrio: a Europa no século XX. Traduzido por Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2001

OFFE, C.. Problemas estruturais do Estado capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984

Métodos e Técnicas de Pesquisa nas Ciências Sociais I

Ementa: Modelos teóricos-metodológicos e técnicas de pesquisa que envolvem a abordagem qualitativa: observação participante, entrevistas, grupos focais, pesquisa documental.

Bibliografia básica

CARDOSO, Roberto. O trabalho do Antropólogo. Brasília Paralelo 15. 2000.

DAMATTA, Roberto. Relativizando: uma introdução à Antropologia social. 6 edição. Rio de janeiro: Rocco,2000

Bibliografia complementar

ANGROSINO, M. Etnografia e observação participante. (Coleção Pesquisa Qualitativa). Porto Alegre: Artmed, 2011

FLICK, U. Qualidade na pesquisa qualitativa. (Coleção Pesquisa Qualitativa) Porto Alegre: Editora Artmed, 2008

LAKATOS, E; MARCONI, M. Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 1986.

LAPLATINE, F. A Descrição etnográfica. São Paulo: Terceira-margem, 1943.

WHYTE, W. F. Sociedade de esquina. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

Métodos e Técnicas de Pesquisa nas Ciências Sociais II

Ementa: Fundamentos da abordagem estatística: conceitos básicos, comparação entre percentuais, frequências e taxas. Amostragem: conceito e plano de amostragem (survey), organização e apresentação dos dados estatísticos em tabelas e gráficos. Elaboração e apresentação de trabalhos práticos, divulgação e debates de estudos e pesquisas estatísticas.

Bibliografia básica:

KIDDER, Louise H. (Org.). Métodos de pesquisa nas relações sociais. Vol. I. Delineamentos de pesquisa. 9. ed. São Paulo: EPU, 2005.

LEVIN, Jack. Estatística aplicada a Ciências Humanas. 2ª ed. São Paulo: HARBRA, 1987.

RICHARDSON, R. J. et al. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas. 2008.

Bibliografia complementar

ACKOFF. R. O planejamento da pesquisa social. São Paulo: EPU. 1975.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas. 1988.

MARTIN, O. Da estatística política à sociologia estatística: desenvolvimento e transformações da análise estatística da sociedade (séculos XVII-XIX). Rev. bras. Hist., São Paulo, v. 21, n. 41, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882001000200002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt#N01#N01. Acesso em 28/11/14.

Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais III

Ementa: Modelos teóricos e de pesquisa que envolva pesquisa qualitativa. Identidade entre sujeito e objeto da pesquisa. Objetividade e subjetividade na produção do conhecimento. Métodos qualitativos (o estudo de caso, a história de vida, pesquisa participante a etnografia). Instrumentos de pesquisa (entrevistas, observação). Da Etnografia: como produzir etnografias; Análise e tratamento de dados qualitativo.

Bibliografia básica

Marcel, Mauss. Manual de Etnografia. Lisboa, Póstico, sd.
OLIVEIRA, M. M. de. Como fazer pesquisa qualitativa. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 2008.
CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do Antropólogo. São Paulo Unesp.paraleleo, 1998

Bibliografia complementar

BRANDÃO, C. R.(org). Pesquisa participante.3ª edição. São Paulo: Brasiliense, sd.
OLIVEIRA, M. M. de. Como fazer Pesquisa Qualitativa. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 2008.
BARBOUR, R. Grupos focais. (Coleção Pesquisa Qualitativa). Artmed, 2011.
Malinowski, Bronislaw. Tema , método e objetivo desta pesquisa in Argonautas do Pacifio Ocidental.Sai Paulo , Abril Cultural, 1976.

Métodos e Técnicas de Pesquisa nas Ciências Sociais IV

Ementa: Fundamentos da abordagem estatística: conceitos básicos de análise dos dados. Comparação de frequências. Elaboração e aplicação de plano de amostragem, com os respectivos testes, provas, desvios, coeficiente de análise. Organização e apresentação dos dados estatísticos. Elaboração e apresentação de trabalhos práticos, divulgação e debates de estudos e pesquisas estatísticas.

Bibliografia básica:

GATTI, B. & FERES, N. L. Estatística básica para ciências humanas. São Paulo: Alfa Omega, 1975.
LEVIN, J. Estatística aplicada às ciências humanas. Pearson – Universitários Kotler: 2012
RICHARDSON, R. J. et al. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas. 1989.

Bibliografia complementar

ACKOFF. R. O planejamento da pesquisa social. São Paulo: EPU. 1975.
BLALOCK. H. M. Jr. Estadística social. México: Fondo de Cultura Económica. 1992.
FONSECA. J. S. da E. Estatística aplicada. São Paulo: Atlas. 1976.
HOFFMANN, R. Análise de regressão: uma introdução à economia. São Paulo: HUCITEC. 1998.
KIDDER, L. (Org.). Métodos de pesquisa nas relações sociais. Vol. I. Delineamentos de pesquisa. São Paulo: EPU. 1987.
PRADO. A. N. Estatística básica para planificação. Rio de Janeiro: Fórum. 1969.

Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais I

Avaliação e produção de um Projeto de pesquisa. Revisão bibliográfi. Construção das hipóteses de trabalho. Planejamento para a coleta de dados de análise. Definição de Cronograma de Pesquisa.

Diálogos de Pesquisa em Ciências Sociais II

Seminários de pesquisa. Avaliação e apresentação do texto definitivo de Trabalho de Conclusão de Curso.

EIXO DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Leitura e Produção Textual em Ciências Sociais

Ementa: Ferramentas de compreensão sistêmica, analítica e crítica de textos das Ciências Humanas Ferramentas para o planejamento e elaboração de textos científicos. As características do texto argumentativo-científico, questões de argumentação e linguagem, coerência textual, coesão textual. O efeito de unidade do texto científico e pedagógico. Prática de produção e redação de textos de diferentes tipologias e gêneros. Fichamento. Resenhas. Resumos. Relatórios. Pareceres. Diagnósticos.

Bibliografia básica

BARRAS, R. Os Cientistas precisam escrever. São Paulo: T. A. Queiroz, 1986.
FALSTICH, E.L.J. Como ler, entender e redigir um texto. Petrópolis: Vozes, 1980.
ORLANDI, E. P. Discurso e leitura. Campinas: Unicamp, 1988.

Bibliografia complementar

GNERRE, M. Linguagem, escrita e poder. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
PÉCORA, A. Problemas de redação. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
PENTEADO, J.R. A Técnica da Comunicação Humana. São Paulo: Pioneira, 1986.
SERAFINI, M.T. Como escrever textos. Rio de Janeiro: Globo, 1974.
SIGNORINI, I. (Org). Investigando a relação oral/escrito. Campinas: Mercado das Letras, 2001.

Formação Social, Econômica e Política da Amazônia

Ementa: História de ocupação da Amazônia. A Amazônia no contexto histórico social e econômico brasileiro: o ciclo da borracha e as relações de trabalho e a constituição diversificada de sua ocupação territorial. A formação da sociedade amazônica. Os grandes projetos na Amazônia e os impactos sociais, econômicos, culturais, políticos e ambientais. Problemas locais e globais na contemporaneidade na Amazônia.

Bibliografia básica:

COSTA, M. J. J. (Org.). Sociologia na Amazônia. Debates teóricos e experiências de pesquisa. Belém: UFPA, 2001. p. 71-103.

HEBETTÉ, J. Cruzando a fronteira. 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: UFPA, 2004. 4 v.

PETIT, P. Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará. Belém: Editora Paka-Tatu, 2008.

Bibliografia complementar

COSTA, F. de A. Elementos para uma economia política da Amazônia: historicidade, territorialidade, diversidade, sustentabilidade. Belém: NAEA, 2012.

D'INCAO, M. A. & SILVEIRA, I. M. (orgs). A Amazônia e a crise de modernização. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994

OLIVEIRA, A. U. Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos. Campinas: Papirus, 1989

SANTOS, R. História Econômica da Amazônia (1800-1920). São Paulo: T. A.

VELHO, O. G. Frente de expansão e estrutura agrária: estudos do progresso de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972

Economia política

Ementa: A crítica da economia política por K. Marx: o processo de produção capitalista enquanto processo de trabalho e de valorização, o processo de circulação e o de reprodução do capital, enfatizando os aspectos: de valor de troca, dinheiro e capital e relacionando essa reprodução a transformação das relações econômicas e sociais nas formas de valor e preços.

Bibliografia básica:

HOBSBAWM. E. J. A era do capital. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MARX, K. O capital. Livro I. Volume I, São Paulo: Nova Cultural, 1983.

MARX, K. O capital. Livro I. Volume II. São Paulo: Nova Cultural, 1983.

Bibliografia complementar

BEAUD. M. História do capitalismo: de 1500 aos nossos dias. São Paulo: Brasiliense. 1987.

DOBB, M. A evolução do capitalismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

GORENDER. J. Introdução da edição brasileira das obras de Marx. São Paulo: Nova Cultural. 1983.

MARX, K. O capital. Livro I. Volume III. São Paulo: Nova Cultural, 1983.

SWEEZY. P. A teoria do desenvolvimento capitalista. São Paulo: Nova Cultural. 1983.

Formação Social, Econômica e Política do Brasil

Ementa: O processo de formação social do Brasil. A herança colonial e a constituição do Estado Nacional. Emergência e crise da República Velha. Instauração e Colapso do Estado Novo. Industrialização, urbanização e o surgimento de novos atores políticos. Inserção e dependência no sistema capitalista. Modernização conservadora no período pós 64. O fim do milagre. Transição democrática e neoliberalismo. O Brasil do século XXI.

Bibliografia básica:

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. 27. ed. São Paulo: Nacional: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

PRADO JUNIOR, C. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1974

SANTOS, W. G. do. Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

Bibliografia complementar

CARVALHO, J. M. de. A construção da ordem: a elite política imperial/Teatro de Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LEAL, V. N. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

ROUQUIÉ, A. A estado militar na América Latina. São Paulo: Alfa-Omega, 1984

SKIDMORE, T. De Castello a Tancredo, 1964-1985. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

SODRÉ, N. W. Desenvolvimento brasileiro e luta pela cultura nacional. Organizado por Sodré, O. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Itu: Ottoni Editora, 2010

Formação Histórica do Mundo Contemporâneo

Ementa: O período de transição do mercantilismo para o capitalismo liberal a partir do no século XVIII até a crise do modelo liberal na terceira década no século XX. Crises e conflitos internacionais. A Guerra Fria, a configuração da nova ordem mundial e seus aspectos econômicos, sociais, cultural e políticos com base na orientação historiográfica de autores inclinados à história social. O neoliberalismo e a globalização do mundo contemporâneo

Bibliografia básica:

ANDERSON, P. Linhagens do Estado absolutista. São Paulo: Brasiliense, 2004.

HARVEY, D. Neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008

MAZOWER, M. Continente sombrio: a Europa do século XX. Trad.: Feist, H. São Paulo: Companhia das Letras, 2001

Bibliografia complementar

CALAZANS FALCON, F. J. A época pombalina. São Paulo: Ática, 1993.

CASTRO, R. G. de. Relações econômicas internacionais. Brasília: VESTCON, 2000.

FERNANDES, F. Marx e Engels. História. São Paulo: Ática, 2003.

HARVEY, D. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 14 ed. [São Paulo]: Loyola, 2005.

MELLO, A. F. De. Capitalismo e mundialização em Marx. São Paulo: Perspectiva, 2000

Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais I

a) Montagem do instrumental para a coleta do material empírico; b) Trabalho de análise, sistematização e revisão bibliográfica sobre temas adjacentes; e c) Produção de relatório parcial. A bibliografia complementar a ser trabalhada, a cada semestre, será discutida e consolidada pelo docente responsável.

Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais II

a) Montagem do instrumental para a coleta do material empírico; b) Trabalho de análise, sistematização e revisão bibliográfica sobre temas adjacentes; e c) produção de relatório parcial. A bibliografia complementar a ser trabalhada, a cada semestre, será discutida e consolidada pelo docente responsável.

Relações Étnico-Raciais

Ementa: Teorias raciais do século XIX e suas consequências no Brasil; Relações raciais e miscigenação; Analisar os conceitos de etnia, raça, racialização, identidade, diversidade, diferença. Compreender os grupos étnicos e processos de colonização e póscolonização. Políticas afirmativas para populações étnicas e políticas afirmativas específicas em educação. Populações étnicas e diáspora. Racismo, discriminação e perspectiva didático-pedagógica de educação anti-racista. Currículo e política curriculares. Etnia/Raça e a indissociabilidade de outras categorias da diferença.

Bibliografia básica

FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2008.

GUIMARÃES, A. S. Classes, raça e democracia. São Paulo: Fundação de Apoio à USP, Editora 34, 2002.

SOUZA, J. (org.) Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos. Brasília: Paralelo 15, 1997

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Bibliografia complementar

HASENBALG, C. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. 2ª edição. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora UFMG/Iuperj/Ucam, 2005

MACHADO, M. H. O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição. Editora da UFRJ/Edusp, 1994

MATTOS, H. M. Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

MUNANGA, K. (1999); Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Editora Vozes, 1999

NOGUEIRA, O. "Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil". Tempo social – Revista de Sociologia da USP, v.19, n.1, novembro de 2006.

Corpo, gênero e sexualidade: teorias e métodos

Ementa: O corpo pelas lentes das Ciências Sociais e seus principais questionamentos, em particular as questões de gênero e sexualidade que decorrem dessa novidade teórica. Introdução às abordagens pós-estruturalistas e contextualização histórica dos novos movimentos sociais em todo mundo a partir dos anos 1960-70.

Bibliografia básica:

BOURDIEU, P. A dominação masculina.11ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Aguiar, R. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, M. História da sexualidade I: a vontade de saber. Trad.: Albuquerque, M. T. da C. & Albuquerque, J. A. G. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988

MAUSS, M. Sociologia e antropologia (Sexta parte: as técnicas do corpo). Precedido de Introdução à obra de Marcel Mauss por Claude Levi-Strauss. 2ª edição. Trad.: P. Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

Bibliografia complementar

FRIEDAN, B. A mística feminina. Petrópolis: Vozes, 1971

GIDDENS, A. A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas. Trad.: Lopes, M. São Paulo: Editora da UNESP, 1993

MEAD, M. Sexo e temperamento. São Paulo: Perspectiva, 2006

SCOTT, J. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". Rev. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº2, jul/dez 1995.

SPIVAK, G. C. Pode o subalterno falar? Tradução de Almeida, S. R. G. et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Estado, Movimentos Sociais e Políticas Públicas

Ementa: Análise de políticas públicas a partir das concepções de Estado e das políticas sociais que sustentam seus programas de intervenção. A relação entre políticas públicas e as reivindicações dos movimentos sociais históricos.

Bibliografia Básica

GOHN, M. G. Teorias de Movimentos Sociais**.** São Paulo: Loyola, 1997. https://books.google.com.br/books?id=h5OeDwqDC9MC&printsec=frontcover&source=gbs_slider_thumb#v=onepage&q&f=false.

POULANTZAS, Nicos. Poder Político e Classe Sociais Paulo. Martins Fontes. 1972. Disponível em http://www.docfoc.com/download/documents/10-poder-politico-e-classes-sociais-nicos-poulantzas

VIANA, N. Estado, Democracia e Cidadania: a dinâmica da política institucional no capitalismo**.** Disponível em http://2012.nildoviana.com/wp/wp-content/uploads/2012/09/Estado-Democracia-e-Cidadania-Nildo-Viana.pdf.

Bibliografia complementar

BOITO JR, A. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1999.

HARVEY, D. Espaços de Esperança. Cap. 5: Desenvolvimentos geográficos desiguais e direitos universais (p.105 a 131). São Paulo: Loyola, 2004.

MÉSZAROS, I. O século XXI: socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo 2003.

MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e Questão Social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais**. A**cesso em http://periodicos.unb.br/index.php/estado/article/view/3565

Tecnologia, Trabalho e Sociedade

Ementa: Tecnologia enquanto relação social fundamental. Desenvolvimento social, tecnologia e cultura. Processos de mudança tecnológica, seus impactos sobre a sociedade e as novas relações estabelecidas no mundo do trabalho.

Bibliografia Básica

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 6. ed., 2002

HARVEY, David. Condição pós-moderna uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural 22 ed., 2012

SCHAFF, Adam. A Sociedade informática: as consequências sociais da segunda revolução industrial. 1990

Bibliografia Complementar

ANTUNES, Ricardo L. C. Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6 ed., 1999

CASTELLS, Manuel. Fim de milênio. 1999

SCHAFF, Adam. História e verdade. 5 ed., 1991

MARX, Karl. Grundrisse manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. 2011

LOJKINE, J. A Revolução informacional. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

Etnologia Indígena

Ementa: Noções de etnologia indígena. Organização social e política indígena. Terras e territórios indígenas. Educação Escolar Indígena e Ensino Superior. Saúde dos povos indígenas no Brasil. Povos indígenas no Brasil e políticas indigenistas. Identidade étnica, etnicidade e etnogêneses. Arte indígena. Economia indígena e Etnodesenvolvimento. Cosmologia, mito e identidade étnica. Etnografias de povos indígenas no Brasil.

Bibliografia Básica

OLIVEIRA, João Pacheco; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. "Regime dos aldeamentos missionários (1549-1755)". In: A presença indígena na formação do Brasil. (Introdução). Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006, pp.: 17-61.

LUCIANO, Gersem dos Santos. "Quem são e quantos são os índios no Brasil". In: O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

Bibliografia complementar

SEEGER, Anthony; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Batalha. Terras e territórios indígenas no Brasil. Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, v. 12, n.1-2, p. 101-114, 1979.

OLIVEIRA, Roberto. "Identidade étnica, identificação e manipulação". In: Identidade, etnia e estrutura social. São Paulo, Pioneira, 1976. BARTH, F. 2000.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. "As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político". Mana 12(1): 39-68. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104.

LUCIANO, Gersem dos Santos. "Economia Indígena". In: O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação

EIXO DE FORMAÇÃO LIVRE

Sociedade, Natureza e Educação Ambiental

Ementa: Introdução às diferentes abordagens das Ciências Sociais acerca da relação entre homem e natureza, com foco nas questões ambientais da contemporaneidade, na emergência do ativismo ambientalista e a incorporação desses discursos pelos diferentes agentes sociais: desde empresas, o poder público, até movimentos sociais. Aprofundamento teórico-prático na temática das relações entre sociedade e natureza, e preparação dos discentes para a ação e educação ambientais.

Bibliografia básica:

LOUREIRO, C. F. B.Trajetória e fundamentos da educação ambiental. 3ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LOUREIRO. V. R. Amazônia: Estado - homem - natureza. Belém: CEJUP. 1992.

HEBETTÉ, J. Cruzando a fronteira. 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: UFPA, 2004. 4 v.

Bibliografia complementar

ALONSO, A. & COSTA, V. Ciências sociais e meio ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico. BIB – Revista brasileira de informação bibliográfica em Ciências Sociais. São Paulo, n.53, 1º semestre, 2002

GONÇALVES, C. W. P. Amazônia, Amazônias. São Paulo: Contexto, 2012.

GRÜN, M. Em busca da dimensão ética da educação ambiental. São Paulo: Parirus, 2007.

BECKER, B. K. A Urbe amazônida: a floresta e a cidade. Rio de Janeiro: Garamond , 2013.

MARTINS, J.P. de A. Educação ambiental crítica e formação de docentes fundada na investigação-ação e na parceria colaborativa. Tese. Piracicaba-SP, 2016.

Religião e Sociedade

Ementa: Quadro geral das grandes questões ligadas à temática “religião”, tradicionalmente estudadas tanto pela Antropologia quanto pela Sociologia. Pesquisas sobre religiosidades na Amazônia. Religião e modernidade, religião e espaço público, ensino religioso, laicidade, Xamanismo urbano, Nova Consciência Religiosa, Santo Daime e Rastafarianismo.

Bibliografia Básica

DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Edições Paulinas, 1989

GEERTZ, Clifford. "A religião como sistema cultural". In: ____. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

WEBER, Max. A ética protestante e o "Espírito do Capitalismo". Edição de Antônio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia da Letras, 2004.

Bibliografia Complementar

ALVES, Rubem. O que é religião. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

BEZERRA, Débora Andrade. O Movimento Rastafari: Da Jamaica para Identidade e Cultura em Fortaleza. Tese de doutorado. Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Fortaleza, 2012.

EVANS-PRITCHARD, E. Bruxaria, oráculos e magia entre os azande. Rio de Janeiro: Zahar, 2005

LEVI-STRAUSS, Claude. "O feiticeiro e sua magia"; "A eficácia simbólica". In: ____. Antropologia Estrutural. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003

Teoria e pesquisa sobre violência

Ementa: Introdução aos trabalhos consagrados das Ciências Sociais brasileiras e estrangeiras acerca dos fenômenos de violência estatal e não-estatal. Introdução à pesquisa na temática das violências: os diferentes fundamentos teóricos e as abordagens próprias da Sociologia, da Antropologia e da Ciência Política.

Bibliografia básica

CALDEIRA, T. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. Trad.: Oliveira, F. & Monteiro, H. São Paulo: Editora 34, EDUSP, 2000

CPT – Comissão Pastoral da Terra (Org.). Conflitos no campo: Brasil, 2013. Coord.: Canuto, A. et al. Brasil: CPT Nacional, 2013

KURCHHEIMER, & RUSCHE. Punição e estrutura social. 2ª edição. Trad.: Neder, G. São Paulo: Editora Revan, 2004

Bibliografia complementar

CARDIA, N. Direitos Humanos: Ausência de cidadania e exclusão moral. Princípios de Justiça e Paz. Comissão Justiça e Paz, São Paulo: 1995

GIRARD, R. A violência e o sagrado. 3ª edição. Trad.: Grambini, M. C. São Paulo: Paz e Terra, 2008

TELES, E. & SAFATLE, V (orgs.) O que resta da ditadura: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

WACQUANT, L. As prisões da miséria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011

WAISELFISZ, J. J. Mapa da Violência: Mortes matadas por arma de fogo. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2013.

Estudos de Povos Indígenas

Ementa: Os caminhos da etnologia no Brasil e, em particular, na Amazônia. Introdução à etnologia indígena. A sociodiversidade nativa brasileira e na região amazônica. Problemas vivenciados pelos povos indígenas na Amazônia. Problemas e desafios etnológicos no estado do Pará.

Bibliografia básica

BESSA FREIRE, J. R. Rio Babel: a história das línguas na Amazônia, Atlântica – UERJ, Rio de Janeiro, 2004

CUNHA, M. C. (Org.) História dos índios do Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

SILVA, L., (Org.), Coletânea da legislação indigenista brasileira, Brasília, Editado por CGDTI/FUNAI, 2008

Bibliografia complementar

FAUSTO, C., Os Índios antes do Brasil. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000

MASTOP-LIMA. L. N. O tempo antigo entre os Suruí/Aikewára: um estudo sobre mito e identidade étnica. Dissertação de Mestrado. Belém: UFPA. 2002

Oliveira, R. C. de. A Crise do Indigenismo, Campinas: Editora da UNICAMP 1988

SAMPAIO & ERTHAL (orgs.). Rastros da Memória: Histórias e Trajetórias das Populações Indígenas na Amazônia, Manaus: EDUA, 2006

VIVEIROS DE CASTRO, E. & CUNHA, M. C. da (Orgs.). Amazônia – Etnologia e história indígena. São Paulo: NHII/USP, 1993

Questões urbanas: teoria e métodos

Ementa: Conceitos antropológicos e sociológicos sobre a vida nas cidades e os processos sócio-espaciais no Brasil. As dinâmicas urbanas através das organizações sociais e políticas e culturais. As políticas urbanas e a estruturação das cidades. Uso e controle social das cidades e as suas formas de violência.

Bibliografia básica:

BANFIELD, E. C. A crise urbana: natureza e futuro. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CASTELLS, M. Problemas de investigação em sociologia urbana. Florença: Avante, 1975.

VELHO, G. Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

Bibliografia complementar

ELIAS. N. A solidão dos moribundos: envelhecer e morrer. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FREITAG, B. Teorias da cidade. Campinas: Papirus, 2006

KOWARICK. L. Escritos urbanos. São Paulo: Editora 34, 2000.

LEEDS, A. & LEEDS, E. A sociologia do Brasil urbano. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1978

MARICATO, E. O impasse da política urbana no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. Brasil: território e sociedade no início do século XXI, Record, 2001

Instituições Políticas Brasileiras

Ementa: A Formação do Estado Nacional Brasileiro. Poder Local na Política Brasileira. O Populismo na Política Brasileira. O Militarismo na Política Brasileira. O Novo Sindicalismo na Política Brasileira.

Bibliografia básica

FAORO. R. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 1995.

IANNI, O. O colapso do populismo no Brasil. 2a edição. Revista – Civilização Brasileira.Rio de Janeiro-1971.

LEAL, V. N. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa Omega, 1975.

Bibliografia complementar

CARVALHO, J. M. De. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi, 3°. Ed. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.

HOLLANDA, S. B. de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

SODRÉ, N. W. Capitalismo e revolução burguesa no Brasil. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990

VIANNA, L. W. Liberalismo e sindicato no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976

WEFFORT, F. O Populismo na Política Brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1980.

Sistemas Partidários e Eleitorais no Brasil

Ementa: O sistema partidário e eleitoral no Brasil: conceitos básicos e perspectivas teóricas e metodológicas. A formação do sistema partidário e das eleições municipais no contexto do Sul e Sudeste paraense.

Bibliografia básica:

FRANCO, A. A. de M. História e teoria dos partidos políticos no Brasil. 3a Edição. Editora Alfa-OLmega. São Paulo,1980.

MOTTA, R. P. S. Introdução à história dos partidos políticos brasileiros. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008

NICOLAU, J. M. Sistemas eleitorais. Rio de Janeiro. Editora Getúlio Vargas, 1999.

Bibliografia complementar

MAINWARING, S.; MENEGUELLO, R.; POWER, T. Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são as suas bases.São Paulo: Paz e Terra, 2000

MMEZZAROBA, Or. Partidos políticos: princípios e garantias constitucionais. Lei 9.096/95 – anotações jurisprudenciais.Curitiba: Juruá, 2005.

PRADO JÚNIOR, C. Evolução política do Brasil e outros estudos. 2a ed. São Paulo: Brasiliense, 1957. (Brasil Império)

SOARES, G. A. D.; RENNÓ, L. R. (Orgs.) Reforma política: lições da história recente. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SOUZA, M. do C. C. Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964). São Paulo: Alfa-Ômega, 1976

Pensamento Social Brasileiro

Ementa: Interpretações do Brasil nos séculos XIX e XX que buscaram compreender nossa particularidade histórica, explicar nossas desigualdades sociais e determinar a natureza própria do poder político no Brasil. As perspectivas de hierarquias raciais, de uma sociedade de classes, até a de um estado patrimonialista e a de um estado de direito incompleto. Embates teóricos entre diferentes narrativas e suas implicações políticas, sociais e culturais.

Bibliografia básica

CUNHA, E. da. Os sertões: campanha de Canudos. 39ª.edição. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora: Publifolha, 2000

FREYRE, G. Casa Grande & Senzala. Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. 42ª.edição. Rio de Janeiro: Record, 2001

HOLANDA, S. B. de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987.

Bibliografia complementar

BASTOS, T. A província: estudo sobre a descentralização no Brasil. Companhia Editora Nacional, Coleção Brasiliana n 105, 3a ed. São Paulo, 1965

CASTRO, J. de. Geografia da fome. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946

FAORO, R. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 10ª edição. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000

NABUCO, J. O abolicionismo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000

RICÚPERO, B. Sete lições sobre as interpretações do Brasil. Alameda, São Paulo, 2007

SCHWARTZ, R. Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 6ª edição. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2012

VIANNA, O. Populações meridionais do Brasil. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973

Estado, movimentos sociais politicas publicas

Tópicos Temáticos em Antropologia

Disciplina ministrada com foco na linha de pesquisa desenvolvida no campo da Antropologia, aberta ao desenvolvimento de um tema de interesse específico do docente e/ou dos discentes.

Conflitos Sociais: terra e território

Ementa: Atores envolvidos nos conflitos por terra na Amazônia e conformação histórica deste conflito: campesinato, agronegócio, mineração, empreiteiras, comunidades tradicionais.

Bibliografia básica

ACSELRAD, H. Sustentabilidade e articulação territorial do desenvolvimento brasileiro. Paper apresentado no II Seminário internacional sobre desenvolvimento regional. Santa Cruz do Sul, 2004. Disponível em < http://www.unisc.br/slide/sidr/2004/conferencias/02.pdf > Acesso em julho de 2015

HARVEY, D. Os limites do capital. (Cap. 12: A produção das configurações espaciais: as mobilidades do capital e do trabalho) São Paulo: Boitempo, 2013

WAGNER, A. Carajás: a guerra dos mapas. 2ª ed. rev. e ampliada. Belém: [s.n.] 1995.

Bibliografia complementar

.

COSTA, W. M. O estado e as políticas territoriais no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997

EMMI, M. Oligarquia dos Tocantins e o domínio dos castanhais. 2ª ed. Belém: UFPA/NAEA, 1999

ESTERCI, N. et al. (org.). Territórios socioambientais em construção na Amazônia brasileira. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

GRAMKOW, M. M. (org.) Demarcando terras indígenas II: experiências e desafios de um projeto de parceria. Brasília: FUNAI/PPTAL/GTZ, 2002

HALL, A. L. Amazônia: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás. Trad.: Jungmann, R. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

VELHO, O. G. Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

Anexo 10: Lei nº 6.888/1980: Dispõe sobre a profissão de sociólogo/a

Lei nº6.888, de 10 de dezembro de 1980.

Dispõe sobre o exercício da profissão do Sociólogo e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e ou sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - O exercício, no País, da profissão de Sociólogo, observadas as condições de habilitação e as demais exigências legais, é assegurado:

a) aos bacharéis em Sociologia, Sociologia e Política ou Ciências Sociais, diplomados por estabelecimentos de ensino superior, oficiais ou reconhecidos;

b) aos diplomados em curso similar no exterior, após a revalidação do diploma, de acordo com a legislação em vigor;

c) aos licenciados em Sociologia, Sociologia e Política ou Ciências Sociais, com licenciatura plena, realizada até a data da publicação desta lei, em estabelecimentos de ensino superior oficiais ou reconhecidos;

d) aos mestres ou doutores em Sociologia, Sociologia e Política ou Ciências Sociais, diplomados até a data da publicação desta lei, por estabelecimento de Pós-Graduação oficiais ou reconhecidos;

e) aos que embora não diplomados nos termos das alíneas a, b, c, e d, venham exercendo efetivamente, a mais de cinco anos, atividade de sociólogo, até a data da publicação desta lei.

Art. 2º - É da competência do sociólogo:

I - elaborar, supervisionar, coordenar, planejar, programar, implantar, controlar, dirigir, executar, analisar ou avaliar estudos, trabalhos, pesquisas, planos programas e projetos atinentes à realidade social;

II - ensinar sociologia geral ou especial nos estabelecimentos de ensino, desde que cumpridas as exigências legais;

III - assessorar e prestar consultoria a empresas, órgãos da administração pública direta ou indireta, entidades e associações, relativamente à realidade social;

IV - participar da elaboração, supervisão, orientação, coordenação, planejamento, programação, implantação, direção, controle, execução, análise ou avaliação de qualquer estudo, trabalho, pesquisa, plano, programa ou projeto global, regional ou setorial, atinente à realidade social.

Art. 3º - os órgãos públicos da administração direta ou indireta ou entidades privadas, quando encarregados da elaboração e execução de plano, estudos, programas e projetos sócio-econômicos ao nível global, regional ou setorial, manterão, em caráter permanente, ou enquanto perdurar a referida

atividade, Sociólogos legalmente habilitados, em seu quadro de pessoal, ou em regime de contrato para a prestação de serviços.

Art. 4º - as atividades de Sociólogo serão exercidas na forma de contrato de trabalho, regido pela consolidação das Leis do Trabalho, em regime do estatuto dos funcionários públicos, ou como atividades autônomas.

Art. 5º - admitir-se-á, igualmente, a formação de empresas ou entidades de prestação de serviço previstos nesta Lei, desde que as mesmas mantenham sociólogo como responsável técnico e não cometam atividades privativas de sociólogo a pessoas não habilitadas.

Art. 6º - o exercício da profissão de sociólogo requer prévio registro no Órgão competente no Ministério do Trabalho, e se fará mediante a apresentação de:

I - Documento comprobatório de conclusão dos cursos previstos nas alíneas a, b, c e d do artigo 1º, ou a comprovação de que vem exercendo a profissão, na forma de alínea e do art. 1º;

II - Carteira Profissional.

Parágrafo Único: para os casos de profissionais incluídos na alínea e do art. 1º, a regulamentação desta lei disporá sobre os meios e modos da devida comprovação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data da respectiva publicação.

Art. 7º - o Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 8º - esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - revogam-se as disposições em contrário.

Decreto nº 89.531, de 05 de abril de 1984

Regulamenta a Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o exercício da profissão de sociólogo e dá outras providências.

Anexo 11: Decreto nº 89.531/1984: Regulamenta a profissão de sociólogo/a

Decreto nº 89.531, de 05 de abril de 1984.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 7º da Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980.

DECRETA:

Art. 1º - O exercício, no País, da profissão de sociólogo, observadas as condições de habilitação e as demais exigências legais, é assegurado:

a) aos bacharéis em Sociologia, Sociologia e Política ou Ciências Sociais, diplomados por estabelecimentos de ensino superior, oficiais ou reconhecidos;

b) aos diplomados em curso similar no exterior, após a revalidação do diploma, de acordo com a legislação em vigor;

c) aos licenciados em Sociologia, Sociologia e Política ou Ciências Sociais, com licenciatura plena, realizada até 11 de dezembro de 1980, em estabelecimentos de ensino superior, oficiais ou reconhecidos;

d) aos mestres ou doutores em Sociologia, Sociologia Política ou Ciências Sociais, diplomados até 11 de dezembro de 1980, por estabelecimentos de pós-graduação, oficiais ou reconhecidos;

e) aos que, embora não diplomados nos termos das alíneas a, b, c, e d, tenham exercido, efetivamente, há mais de 5 (cinco) anos, até 11 de dezembro de 1980, uma das atividades definidas no artigo 2º deste Decreto.

Art. 2º - São atribuições dos sociólogos:

I - elaborar, supervisionar, orientar, coordenar, planejar, programar, implantar, controlar, dirigir, executar, analisar ou avaliar estudos, trabalhos, pesquisas, planos, programas e projetos atinentes à realidade social;

II - ensinar Sociologia Geral ou Especial, nos estabelecimentos de ensino, desde que cumpridas as exigências legais;

III - assessorar e prestar consultoria a empresas, órgãos da administração pública direta ou indireta, entidades e associações, relativamente à realidade social;

IV - participar da elaboração, supervisão, orientação, coordenação, planejamento, programação, implantação, direção, controle, execução, análise ou avaliação de qualquer estudo, trabalho, pesquisa, plano, programa ou projeto global, regional ou setorial, atinente à realidade social.

Art. 3º - Os órgãos públicos da administração direta ou indireta ou as entidades provadas, quando encarregados da elaboração e execução de planos, programas e projetos sócio-econômicos ao nível global, regional ou setorial, manterão, em caráter permanente, ou enquanto a referida atividade,

sociólogos legalmente habilitados, em seu quadro de pessoal, ou em regime de contrato para a prestação de serviços.

Art. 4º - As atividades de sociólogo serão exercidas:

I - mediante contrato de trabalho, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho,

II - em regime estatutário (Estatuto dos Funcionários Públicos); e

III - de forma autônoma.

Art. 5º - Admitir-se-á, igualmente, a formação de empresas ou entidades de prestação de serviços para a realização das atividades previstas no artigo 2º deste Decreto, desde que as mesmas mantenham sociólogo como responsável técnico e não cometam atividades privativas de sociólogo a pessoas não habilitadas.

Art. 6º - O exercício da profissão depende de prévio registro no órgão regional do Ministério do Trabalho.

Parágrafo 1º - O registro a que se refere este artigo será efetuado a requerimento do interessado, instruído com os seguintes documentos:

a) diploma mencionado na alínea a, b, ou d do artigo 1º, ou ainda

b) título de habilitação específica em Sociologia, Sociologia Política ou Ciências Sociais, com licenciatura plena, realizada na forma do disposto no artigo 1º;

c) documento comprobatório de atividade profissional de sociólogo, durante pelo menos 5 (cinco) anos, até 11 de dezembro de 1990, observado o previsto no artigo seguinte;

d) Carteira de Trabalho e Previdência Social.

Parágrafo 2º - O requerimento de que trata o parágrafo anterior deverá conter, além do nome do interessado, a filiação, o local e a data de nascimento, o estado civil, indicação da residência e local onde exerce a profissão, número da Carteira de Identidade, seu órgão expedidor e data da expedição, bem como o número da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda.

Art. 7º - A prova da situação prevista na alínea e do artigo 1º será feita por qualquer meio em direito permitido, notadamente pela Carteira de Trabalho e Previdência Social, ou pelo recibo de pagamento do imposto relativo ao exercício da atividade profissional e somente admitida no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data da publicação deste Decreto.

Art. 8º - O órgão regional do Ministério do Trabalho anotará na carteira de Trabalho e Previdência Social do interessado a data e o registro da profissão.

Art. 9º - O Ministério do Trabalho expedirá as instruções que se fizerem necessários à execução deste decreto.

Art. 10º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 05 de abril de 1984; 163º da Independência e 96º da República.

Anexo 12: Resolução da FACSAT que normatiza os Trabalhos de Conclusão de Curso

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO ARAGUAIA-TOCANTINS

RESOLUÇÃO Nº 001 DE 08 de junho de 2016

Fixa as normas que regem a realização dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) no curso Bacharelado em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

R E S O L U Ç Ã O

Art. 1º Em conformidade com a Resolução 008/2015 do CONSEPE, a presente Resolução estabelece as normas que regem os Trabalhos de Conclusão de Curso da Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins.

Art. 2º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) poderá ser elaborado nas seguintes formas, aplicando-se as normas vigentes para apresentação e redação de trabalhos acadêmicos:

I. Monografia de Pesquisa de Campo, compreendendo-se como trabalho acadêmico realizado a partir da pesquisa de dados primários;
II. Monografia de Pesquisa Bibliográfica, compreendendo-se como tal trabalho acadêmico realizado a partir de pesquisa de dados secundários.
III. Documentário Audiovisual, realizado a partir de pesquisa de campo, com equipamentos próprios ou concedidos por outras instituições de fomento à pesquisa. O Documentário Audiovisual deverá ser apresentado pelo discente em texto, indicando resultados de atividade de pesquisa de campo e bibliográfico que justifiquem a produção do material em modelo de monografia.
IV. Artigo científico em co-autoria com o orientador (a)- publicado em periódico da área.

§1º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deverá ser elaborado individualmente.

§2º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deverá obedecer as Normas para Elaboração e Apresentação de Trabalhos de Conclusão de Curso de acordo com a ABNT.

Art. 3º O Conselho da Faculdade deve ser a instância onde os discentes do curso de Bacharelado em Ciências Sociais deverão requerer suas inscrições para a realização do TCC.

§1º A inscrição deverá ser feita por ocasião da matrícula específica para o TCC e o seu deferimento se dará em reunião do Conselho da Faculdade, *a posteriori.*

§2º A inscrição será feita em formulário próprio, no qual deve conter:

I. Nome completo do discente;
II. Número de matrícula;
III. Ano de entrada no curso;
IV. Semestre que está cursando;
V. Número de disciplinas já integralizadas;
VI. Endereço completo e atualizado;
VII. Pré-projeto do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC);
VIII. Sugestão do docente/a orientador/a;
IX. Titulação do/a orientador/a;

.

§3º Poderá se inscrever para iniciar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) o/a discente/a que tenha cumprido, pelo menos, 70% das exigências mínimas exigidas para integralização do curso Bacharelado em Ciências Sociais, e necessariamente ter sido aprovado nas disciplinas de Metodologia.

§4º O pedido de inscrição será examinado pelo Conselho da Faculdade e, após homologação, encaminhado ao docente/a que realizará a orientação.

§5º A partir do momento da homologação e designação do/a docente/a orientador/a, o/a discente/a terá no mínimo 01 (um) semestre para a conclusão do trabalho. O tempo máximo para a conclusão do trabalho não deverá exceder o tempo limite estabelecido pela Universidade para o jubilamento do curso.

Art. 4º O colegiado fará a designação do docente que irá orientar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), observando, na medida do possível, a indicação original do discente feita no ato da matrícula, em respectivo formulário.

§1º Será destinada à orientação de cada Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) a carga horária de duas (02) horas semanais, conforme Resolução Nº 1.664/88, Art.8º, Parágrafo 3º do CONSEP.

§2º Estarão habilitados a orientar Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) docentes efetivos e/ eventualmente docentes substitutos da Unifesspa, preferencialmente com titulação mínima com especialização.

§3º Estarão igualmente habilitados a orientar Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) profissionais de outras Instituições, em contrato de cooperação técnico-científica com a Unifesspa.

Art. 5º O/A docente/a orientador/a acompanhará semanalmente o/a discente/a ao longo das etapas do trabalho.

§1º Poderá ocorrer a mudança de orientado ou orientador desde que aprovado pelo/a orientado/a, orientador/a e pelo Conselho da Faculdade. Tal mudança deverá ser formalizada a partir de requerimento do/a orientado/a ou do/a orientador/a endereçado ao Conselho da Faculdade.

§2º Em relação à perda ou permanência da Carga Horária pelo primeiro orientador, caberá ao Conselho da Faculdade decidir, avaliando os casos individualmente.

§3º Cada Docente/a orientador/a poderá orientar 08 (oito) discentes/as em Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), por semestre ou até completar a carga horária correspondente a seu Plano Individual de Trabalho (PIT).

§4º Dada a pouca disponibilidade de profissionais, e a real demanda discente, cada docente(a)/orientador(a) poderá assumir, extraordinariamente, maior quantidade de orientações conforme definição do Conselho da Faculdade e em atenção às necessidades do curso e disposição de docentes.

§5º Os cursos intensivos assumidos pela Faculdade através de contrato e/ou convênio terão acordos específicos conforme a disponibilidade de docentes para realizar orientações.

Art. 6º Será obrigatória a Defesa Pública do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), mediante Banca Examinadora.

§1º Para a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o/a discente terá o tempo de até vinte (20) minutos. A argüição para cada membro da Banca Examinadora será de até 15 minutos.

§2º A realização da Defesa Pública deverá ser publicizada nos quadros de aviso da FACSAT – contendo informações sobre data, hora e local – com pelo menos 04 dias de antecedência nos quadros de aviso da FACSAT.

Art. 7º O Trabalho de Conclusão de Curso será examinado e avaliado pela Banca em vista de critérios estabelecidos para garantir a qualidade da produção científica dos discentes da FACSAT expressa no documento TCC. Os itens de avaliação são os seguintes:

1. O trabalho contempla introdução, desenvolvimento e conclusão?
2. Há organização lógica das ideias?
3. Qual o grau de aprofundamento teórico dos aspectos fundamentais?
4. O referencial teórico apresentado é pertinente e acionado adequadamente no trabalho?
5. Evidencia concepções críticas e problematizadoras?
6. Há clareza na apresentação das ideias e coerência entre elas?
7. Usa corretamente a língua portuguesa no texto escrito?
8. Usa corretamente a língua portuguesa na sustentação pública?
9. Utiliza adequadamente terminologias próprias da área temática no texto escrito?
10. Utiliza adequadamente a terminologia própria da área temática na sustentação pública?

§1º Os avaliadores deverão preencher a Ficha de Avaliação em anexo a esta resolução.

§2º Cada um dos itens de avaliação será atribuída uma nota pelos avaliadores, sendo 1,0 ponto para o caso do item ser integralmente contemplado; 0,75 ponto para o caso do item parcialmente contemplado; 0,50 para o caso do item insuficientemente contemplado; e 0,00 para o item que não foi contemplado. A soma dos itens de avaliação determina a Nota Final do discente.

§3º O conceito final será obtido através da média aritmética das três avaliações, após o que serão convertidas em conceito a partir do seguinte quadro de referência:

9,00-10,00: Excelente;

7,00 a 8,99: Bom;

5,00 a 6,99: Regular;

0,00 a 4,99: Insuficiente.

§4º O discente terá acesso à Ata de Defesa Pública da cópia desta após cumprir todas as exigências contidas nesta Resolução presente.

Art. 8º Os examinadores deverão registrar na Ficha de Avaliação, em item discriminado, se ocorreu algum caso de violação ética aparente na prática científica do discente.

§1º Nos casos de *Plágio* apontados por um dos examinadores/avaliadores, o TCC será imediatamente reprovado. É necessário que apenas um dos avaliadores comprove este caso de violação ética para que a reprovação imediata seja levada a cabo.

§2º Os casos referentes a outras formas de violação ética da prática científica serão levados ao Conselho da Faculdade para discussão de mérito. Será apontado um(a) relator(a) para avaliar o caso e o TCC será submetido à avaliação do Conselho, sendo decidida a reprovação ou não do TCC e as demais medidas cabíveis. Essas sanções serão decididas por maioria simples do Corpo Docente.

Acrescentar um texto indicando a inteira responsabilidade do autor sobre os conteúdos e argumentos do trabalho.

§3º Os docentes do Conselho terão a prerrogativa de encaminhar ao Comitê de Ética da Unifesspa – assim que este estiver institucionalizado – os casos contenciosos, seja encaminhando a própria análise de mérito da suposta violação ética, seja como instância de apelação das partes envolvidas (Discente, Orientador e demais docentes do Conselho da FACSAT).

Art. 9º Para fins de registro institucional, o discente aprovado na Defesa Pública deverá entregar, em até 05 dias úteis após a realização da mesma, o documento TCC corrigido, digitalizado e gravado na forma de CD, DVD ou Pen-Drive; ficando dispensada a exigência de entrega do documento TCC em forma impressa. O CD/DVD deverá ter escrito, preferencialmente com tinta permanente no dorso do disco, o nome do discente, o curso (bacharelado ou licenciatura), a turma a qual pertence, o título de sua monografia e a data da defesa.

§ Parágrafo único: A entrega de Ata de Defesa e a aprovação do TCC na plataforma SIGAA e nas instâncias administrativas da Unifesspa estão condicionadas à exigência de entrega do material digitalizado tal como contemplado neste mesmo artigo. O material deverá ser entregue com ofício de encaminhamento emitido pelo/a orientador/a e com antecedência mínima de dez (10) dias da data definida para a realização da colação de grau do/a formando/a. A não entrega no prazo estipulado caracteriza débito do/a discente/a com o Curso e com a Faculdade, o que o impossibilita de colação de grau no período requerido.

Art. 10º A Banca Examinadora, composta por três examinadores, encaminhará ao Conselho da Faculdade a Ata Pública da Defesa e as Fichas de Avaliação anexas, contendo o devido conceito.

§1º A Banca deverá ser composta pelo orientador e mais 02 (dois) docentes convidados.

§2º Apenas um membro da Banca Examinadora poderá pertencer aos quadros de outra Instituição, que não seja a Unifesspa.

§3º Havendo indisponibilidade de docentes da Unifesspa, poderá ser indicado um segundo membro para a Banca Examinadora oriundo de outra instituição, devendo para tanto, ser homologado pelo Conselho da Faculdade.

§4º O Conselho da Faculdade designará a Banca Examinadora, considerando, para tal, a indicação do/a docente/a orientador/a e orientado/a.

§5º Na composição da Banca Examinadora, indicada pelo/a orientador/a e orientado/a, deverá ser indicado um quarto examinador/a, que ficará como suplente, para eventual necessidade.

§6º Ao/À docente/a orientador/a cabe a Coordenação da Banca Examinadora.

§7º A orientação feita por pessoa externa à Unifesspa exige a presença de membro em atividade de co-orientação pertencente ao quadro docente da Faculdade.

Art. 11º: O conselho da faculdade somente homologará os membros da Banca Examinadora e marcará a data para a defesa após o deposito do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em três (03) vias, junto a Direção da Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia Tocantins.

Art. 12º A realização da defesa Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), obedecerá o prazo mínimo de dez (10) dias após a data efetiva do depósito do mesmo.

Art. 13º Os casos não previstos nesta Resolução presente serão discutidos e decididos pelo Conselho da Faculdade.

Art. 14º As normas instituídas pela presente Resolução passam a vigorar a partir da data de sua aprovação pelo Conselho da Faculdade, revogando-se as disposições em contrário.

Marabá, 08 de junho de 2016.

Anexo 12.1: Modelo de Ficha de Avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso

Faculdade de Ciências Sociais Araguaia-Tocantins
Instituto de Ciências Humanas
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Defesa pública de Trabalho de Conclusão de Curso realizada no dia / /

Título do Trabalho:

Discente: Turma:

Orientador:

Avaliador(a): _____

	Integral (1,00)	Parcial (0,75)	Insuficiente (0,50)	Nenhum (0,00)
1. O trabalho contempla introdução, desenvolvimento e conclusão?				
2. Há organização lógica das ideias?				
3. Qual o grau de aprofundamento teórico dos aspectos fundamentais?				
4. O referencial teórico apresentado é pertinente e acionado adequadamente no trabalho?				
5. Evidencia concepções críticas e problematizações interessantes?				
6. Há clareza na apresentação das ideias e coerência entre elas?				
7. Usa corretamente a língua portuguesa no texto escrito?				
8. Usa corretamente a língua portuguesa na sustentação pública?				
9. Aciona adequadamente a terminologia própria da área temática no texto escrito?				
10. Aciona adequadamente a terminologia própria da área temática na sustentação pública?				

O/A avaliador(a) detectou alguma forma de plágio no TCC? Não □ Sim □

O/A avaliador(a) detectou algum outro problema ético na prática científica do discente? Não □ Sim □

Nota Final: ___

Observações adicionais do/a avaliador/a:

Conceito: _____ Assinatura do/a avaliador/a: _____

Anexo 13: Ficha de atividades complementares

Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins
Instituto de Ciências Humanas
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE CÊNCIAS SOCIAIS DO ARAGUAIA-TOCANTINS
(140 HORAS)

NOME: _____

MATRICULA:_____

Marque a opção de atividade comprovada e sua CH	Atividade	Aproveitamento em horas	Aproveitamento máximo
	PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS NACIONAIS E REGIONAIS (SEMINÁRIOS, ENCONTROS, CONGRESSOS, PALESTRAS)	½ do nº de horas	40 h
	INICIAÇÃO CIENTÍFICA (BOLSISTAS E VOLUNTÁRIOS)	20 h por semestre	40 h
	MONITORIA (Bolsista e Voluntário)	20 h por semestre	40 h
	PARTICIPAÇÃO EM PROJETO DE EXTENSÃO (Bolsista e Voluntário)	20 h por semestre	40 h
	PARTICIPAÇÃO EM PALESTRAS ACADEMICAS EM GERAL	2 h por palestra	10 h
	ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS ACADÊMICOS REGIONAIS E NACIONAIS	5 horas por evento	20 h
	REPRESENTAÇÃO DISCENTE NO COLEGIADO	5 horas por semestre	2 h
	MEMBRO DA DIRETORIA DO CENTRO ACADÊMICO	5 h por semestre	10 h
	APRESENTAÇÃO DE TRABALHO EM EVENTOS NACIONAIS	10 h por trabalho	30 h
	PUBLICAÇÃO DE ARTIGO COMPLETO EM EVENTOS NACIONAIS	30 h por trabalho	60 h
	PUBLICAÇÃO DE RESUMO EM EVENTOS NACIONAIS	10 h por resumo	30 h
	Publicação regionais		
	PARTICIPAÇÃO como ouvinte em mini CURSOS	½ do nº de horas	100 h
	MINISTRANTE DE MINI-CURSOS	Número de horas	60 h

	Participação em CURSO DE IDIOMAS	Cada 10 horas de curso equivale a 5 horas de atividades complementares	10 h
	PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS	10 h por artigo	5h
	Participação na Realização de vídeos documentários (roteirista, direção,	5h por Vídeo-documentário	20h
	Produção artística (fotografia, pintura, produção de textos literários, instalações,peças de teatro)	5h por trabalho produzido	
	Estágios extra-curriculares*	A cada três meses 30h	40h

*Estágio em órgãos públicos ou privado em atividades afins com o curso e mediante apresentação do plano de trabalho por escrito.

Orientações:

CADA DISCENTE PRECISA TER NO HISTÓRICO UM TOTAL DE 140 H DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES, PARA TANTO O MESMO DEVERÁ ENTREGAR NA SECRETARIA DA FACULDADE SEU CURRICULO DE ATIVIDADES, CONFORME ORIENTAÇÃO ABAIXO:

- Montar um dossiê de atividades relacionando os eventos do qual o discente participou.
- Encaminhar via memorando à coordenação do curso para que seja aprovado e homologado os créditos em reunião do Colegiado da faculdade.

OBS.: SOMENTE SERÃO ACEITOS OS ITENS DEVIDAMENTE COMPROVADOS.

Anexo 14. Documentos legais que subsidiaram a elaboração do Projeto Pedagógico

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996.**

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES 17/2002**, de 13 de março de 2002. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 34.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP n° 224/2004**, de 3 de abril de 2001. Despacho do Ministro em 4/7/2001, publicado no Diário Oficial da União de 9/7/2001, Seção 1, p. 50.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP n° 492/2001**, de 4 de agosto de 2004. Despacho do Ministro, publicado no Diário Oficial da União de 27/09/2004.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP n° 1/2002**, de 18 de fevereiro de 2002. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 31. Republicada por ter saído com incorreção do original no D.O.U., de 4 de março de 2002. Seção 1, p. 8.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP n° 9/2001**, de 8 de maio de 2001. Despacho do Ministro em 17/1/2002, publicado no Diário Oficial da União de 18/1/2002, Seção 1, p.31.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n° 2/2002**, de 19 de fevereiro de 2002. Diário Oficial da União, Brasília, 4 de março de 2002. Seção 1, p. 9.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n° 1/2004**, de 17 de junho de 2004. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de junho de 2004, Seção 1, p.11.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n° 1/2012**, de 30 de maio de 2012. Diário Oficial da União, Brasília, 31 de maio de 2012, Seção 1, p.48.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n° 2/2012**, de 15 de junho de 2012. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de junho de 2012, Seção 1, p.70.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Conselho Superior de Ensino e Pesquisa. **Resolução n°. 3.633, de 18 de fevereiro de 2008. Regulamento do Ensino de Graduação**. Belém: 2008.

_____. PROEG/Câmara de ensino. Parecer nº. 009/03.

_____. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação da Universidade Federal do Pará. Caderno 7 – PROEG. Belém: 2005.

_____. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento. **Plano de Desenvolvimento da Universidade Federal do Pará**: 2001-2010. Belém: EDUFPA, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ. Conselho Superior de Ensino e Pesquisa. **Resolução nº 022 de 13 de novembro de 2014**.Marabá: 2014

RESOLUÇÃO Nº , DE _____ DE _____DE 2017

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Unifesspa.

O Reitor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, nomeado pelo Decreto nº 179 de 16 de setembro de 2016, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, no uso das suas atribuições delegadas pela Lei nº 12.824, de 5 de junho de 2013, publicada no Diário Oficial da União subsequente; em cumprimento à decisão do Egrégio Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, em sessão realizada em , e em conformidade com os autos do Processo 23479.000493/2015-51, procedente do Instituto de Ciências Humanas, promulga a seguinte

R E S O L U Ç Ã O:

Art. 1º Fica aprovado o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais, de interesse do Instituto de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, de acordo com o Anexo ( ), parte integrante e inseparável da presente Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Reitoria da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, em ___de_____ 2017.

MAURÍLIO DE ABREU MONTEIRO

Reitor

Presidente do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Art. 1º - O objetivo do curso de Bacharelado em Ciências Sociais/ICH/Unifesspa é formar pesquisadores, considerando os princípios norteadores na relação entre teoria e prática, com comprometimento ético e político à luz dos valores fundamentais – já afirmados anteriormente – da defesa da dignidade humana, da igualdade social, dos direitos humanos como um todo, do respeito às diferenças culturais e de gênero, da valorização das culturas tradicionais, do bem-estar das populações locais e do empoderamento de todos os atores sociais oprimidos e marginalizados no processo de desenvolvimento econômico da região.

Art. 2º - O profissional formado no Bacharelado em Ciências Sociais deve, portanto, saber "elaborar, supervisionar, orientar, coordenar, planejar, programar, implantar, controlar, dirigir, executar, analisar ou avaliar estudos, trabalhos, pesquisas, planos, programas e projetos atinentes à realidade social" (Decreto nº 89.531/1984, Artigo 2º, Inciso I). Deve ter as condições necessárias para "assessorar e prestar consultoria a empresas, órgãos da administração pública direta ou indireta, entidades e associações, [organizações sociais e políticas, bem como movimentos sociais, – acréscimo nosso] relativamente à realidade social" (Decreto nº 89.531/1984, Art. 2º, Inciso III). O bacharel deve, também, ter a formação necessária para "participar da elaboração, supervisão, orientação, coordenação, planejamento, programação, implantação, direção, controle, execução, análise ou avaliação de qualquer estudo, trabalho, pesquisa, plano, programa ou projeto global, regional ou setorial, atinente à realidade social" (Decreto nº 89.531/1984, Art. 2º, Inciso IV).

Art. 3º - O currículo do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais prevê atividades curriculares objetivando o desenvolvimento das habilidades e competências, conforme discriminado no Anexo I.

Art. 4º - O Curso de Bacharelado em Ciências Sociais é constituído por três eixos em conformidade com as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação instituídas pelo Conselho Nacional de Educação e detalhadas no Parecer nº 492/2001, (ver Anexo II):

D) Eixo de Formação Específica: neste eixo estão as disciplinas que conferem a identidade própria do cientista social, contendo os conhecimentos aprofundados das três dimensões do curso: a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política.
E) Eixo de Formação Complementar: neste eixo se concentram as disciplinas que contemplam um objeto mais especializado das Ciências Sociais e aquelas que "fazem interface com aqueles conjuntos advindos de outros cursos de Instituição de Ensino Superior" (Parecer nº 492/2001 do CNE/MEC).
F) Eixo de Formação Livre: "atividades acadêmicas de livre escolha do discente no contexto da Instituição de Ensino Superior" (Parecer nº 492/2001 do CNE/MEC).

Art. 5º - O Trabalho de Conclusão de Curso é uma atividade curricular obrigatória que compõe a carga horária total para a integralização do curso. Será desenvolvido no âmbito das atividades TCC, ofertadas no 8º e 9º semestres. As normas específicas são regulamentadas pelo Colegiado do curso.

Art. 6º - A duração do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais é de 4 anos e meio. Parágrafo Único: O tempo de permanência do aluno no curso não poderá ultrapassar 50% do tempo previsto para a duração do mesmo pela UNIFESSPA.

Art. 7º - Para integralização do currículo do curso o aluno deverá ter concluído 3.200 horas, assim distribuídas:

I. 1360 horas para o Eixo de Formação Específica

II. 816 horas Eixo de Formação Complementar

III. 272 horas para o Eixo de Formação Livre

Art. 8º - Caberá ao Conselho da Faculdade instituir um Núcleo Docente Estruturante para avaliação e acompanhamento do Projeto Pedagógico do Curso.

Anexo 1: Demonstrativo das atividades curriculares por competências e habilidades trabalhadas

Competência 1: Domínio da bibliografia teórica e metodologia básica
Competência 2: Autonomia intelectual
Competência 3: Capacidade analítica
Competência 4: Articulação entre teoria, pesquisa e prática social
Competência 5: Compromisso social
Competência 6: Competência na utilização da informática

Disciplinas	Principais competências e habilidades trabalhadas e avaliadas
Epistemologia das Ciências Sociais I	01, 02, 03
Epistemologia das Ciências Sociais II	01, 02, 03
Teoria Sociológica I	01, 02, 03
Teoria Sociológica II	01, 02, 03
Teoria Sociológica III	01, 02, 03
Teoria Sociológica IV	01, 02, 03
Teoria Antropológica I	01, 02, 03
Teoria Antropológica II	01, 02, 03
Teoria Antropológica III	01, 02, 03
Teoria Antropológica IV	01, 02, 03
Teoria Política I	01, 02, 03
Teoria Política II	01, 02, 03
Teoria Política III	01, 02, 03
Teoria Política IV	01, 02, 03
Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais I	01, 02, 03, 04, 06
Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais II	01, 02, 03, 04, 06
Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais III	01, 02, 03, 04, 06
Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais IV	01, 02, 03, 04, 06
Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais I	02, 03, 04, 05, 06
Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais II	02, 03, 04, 05, 06
Formação social, econômica e política da Amazônia	01, 02, 03, 05
Formação social, econômica e política do Brasil	01, 02, 03, 05
Formação Histórica do mundo contemporâneo	01, 02, 03, 05
Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais I	01, 02, 03, 04, 05, 06
Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais II	01, 02, 03, 04, 05, 06
Relações étnico-raciais	01, 02, 03, 05

Etnologia indígena	01, 02, 03, 04, 05
Estado, movimentos sociais e políticas públicas	01, 02, 03, 04, 05
Tecnologia, trabalho e sociedade	01, 02, 03, 04, 05
Corpo, gênero e sexualidade: teoria e métodos	01, 02, 03, 04, 05
Leitura e produção textual em Ciências Sociais	02, 03
Economia política	01, 02, 03
Religião e Sociedade	01, 02, 03, 04, 05
Teoria e pesquisa sobre violência	01, 02, 03, 04, 05
Conflitos Sociais: terra e território	01, 02, 03, 04, 05
Questões urbanas: teoria e métodos	01, 02, 03, 04, 05
Estudos de Povos Indígenas	01, 02, 03, 04, 05
Tópicos Temáticos em Antropologia	01, 02, 03, 04, 05
Instituições Políticas Brasileiras	01, 02, 03, 04, 05
Sistemas Partidários e Eleitorais no Brasil	01, 02, 03, 04, 05
Pensamento Social Brasileiro	01, 02, 03, 04, 05
Sociedade, Natureza e Educação Ambiental	01, 02, 03, 04, 05

Anexo 2: Contabilidade Acadêmica

Responsável pela oferta	Atividades curriculares	Carga Horária			
		Total do período letivo (Semestral, em horas)	Semanal		
			Teórica (horas)	Prática em pesquisa e extensão (horas)	Total (horas)
Eixo de Formação Específica					
FACSAT	Epistemologia das Ciências Sociais I	68	4	0	4
FACSAT	Epistemologia das Ciências Sociais II	68	4	0	4
FACSAT	Teoria Sociológica I	68	4	0	4
FACSAT	Teoria Sociológica II	68	4	0	4
FACSAT	Teoria Sociológica III	68	4	0	4
FACSAT	Teoria Sociológica IV	68	4	0	4
FACSAT	Teoria Antropológica I	68	4	0	4
FACSAT	Teoria Antropológica II	68	4	0	4
FACSAT	Teoria Antropológica III	68	4	0	4
FACSAT	Teoria Antropológica IV	68	4	0	4
FACSAT	Teoria Política I	68	4	0	4
FACSAT	Teoria Política II	68	4	0	4
FACSAT	Teoria Política III	68	4	0	4
FACSAT	Teoria Política IV	68	4	0	4
FACSAT	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais I	68	3	1	4
FACSAT	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais II	68	3	1	4
FACSAT	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais III	68	3	1	4

FACSAT	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais IV	68	3	1	4
FACSAT	Diálogos de Pesquisa em Ciências Sociais I	68	0	4	4
FACSAT	Diálogos de Pesquisa em Ciências Sociais II	68	0	4	4
	Sub-total de disciplinas obrigatórias do Eixo de Formação Específica	1360	68	12	80

Eixo de Formação Complementar

ICH e IEDAR	Economia Política	68	3	1	4
ICH e IEDAR	Formação social, econômica e política da Amazônia	68	3	1	4
ICH e IEDAR	Formação social, econômica e política do Brasil	68	3	1	4
ICH e IEDAR	Formação Histórica do Mundo Contemporâneo	68	3	1	4
FACSAT	Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais I	68	0	4	4
FACSAT	Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais II	68	0	4	4
ICH	Relações Étnico-Raciais	68	2	2	4
ICH	Leitura e Produção Textual em Ciências Sociais	68	2	2	4
FACSAT	Etnologia Indígena	68	2	2	4
ICH	Corpo, gênero e sexualidade: teorias e métodos	68	2	2	4
ICH	Estado, Movimentos sociais e políticas públicas	68	2	2	4
ICH	Tecnologia, Trabalho e Sociedade	68	2	2	4
	Sub-total de disciplinas obrigatórias do Eixo de Formação Complementar	816	24	24	48

Eixo de Formação Livre

-ICH	Formação Livre I	68	-	-	-
ICH	Formação Livre II	68	-	-	-
ICH	Formação Livre III	68	-	-	-
ICH	Formação Livre IV	68	-	-	-
	Subtotal das disciplinas do Eixo de Formação Livre	272	-	-	-

Disciplinas optativas do Eixo de Formação Livre

ICH	Religião e Sociedade	68	2	2	4
ICH	Teoria e Pesquisa sobre Violência	68	2	2	4
ICH	Estudos de Povos Indígenas	68	2	2	4
ICH	Questões urbanas: Teorias e Métodos	68	2	2	4
ICH	Instituições Políticas Brasileiras	68	2	2	4
ICH	Sistemas Partidários e Eleitorais no Brasil	68	2	2	4
ICH	Pensamento Social Brasileiro	68	2	2	4
ICH	Tópicos Temáticos em Antropologia	68	2	2	4
ICH	Sociedade, Natureza e Educação Ambiental	68	2	2	4

ICH	Conflitos Sociais: Terra e Território	68	2	2	4

Elaboração, defesa e exame do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	612
Atividades Complementares	140
Total de Carga Horaria do Curso	3200

Anexo 3: Atividades curriculares por período letivo

PERÍODOS	DISCIPLINAS	CH
1º PERÍODO	Teoria Sociológica I	68h
	Teoria Antropológica I	68h
	Teoria Política I	68h
	Epistemologia das Ciências Sociais I	68h
	Leitura e Produção Textual em Ciências Sociais	68h
TOTAL		**340h**
2º PERÍODO	Teoria Sociológica II	68h
	Teoria Antropológica II	68h
	Teoria Política II	68h
	Epistemologia das Ciências Sociais II	68h
	Economia Política	68h
TOTAL		**340h**
3º PERIODO	Teoria Sociológica III	68h
	Teoria Antropológica III	68h
	Teoria Política III	68h
	Métodos e Técnica de Pesquisa nas Ciências Sociais I	68h
	Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais I	68h
TOTAL		**340h**
4º PERÍODO	Teoria Sociológica IV	68h
	Teoria Antropológica IV	68h
	Teoria Política IV	68h
	Métodos e Técnica de Pesquisa nas Ciências Sociais II	68h
	Formação Histórica do Mundo Contemporâneo	68h
TOTAL		**340h**
5º PERÍODO	Formação Social, Econômica e Política do Brasil	68h
	Formação Social, econômica e política da Amazônia	68h
	Etnologia Indígena	68h
	Métodos e Técnica de Pesquisa nas Ciências Sociais III	68h
	Relações Étnico-Raciais	68h
TOTAL		**340h**
6º PERÍODO	Estado, Movimentos Sociais e Políticas Públicas	68h
	Formação Livre I	68h
	Formação Livre II	68h
	Métodos e Técnica de Pesquisa nas Ciências Sociais IV	68h
	Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais II	68h

TOTAL		**340h**
7º PERÍODO	Formação Livre III	68h
	Formação Livre IV	68h
	Tecnologia. Trabalho e Sociedade	68h
	Corpo, gênero e sexualidade: teorias e métodos	68h
	Diálogos de Pesquisa em Ciências Sociais	68h
TOTAL		**340**
8º PERÍODO	Diálogos de Pesquisa Ciências II	**68h**
	Trabalho de Conclusão de Curso I	**272h**
TOTAL		**340h**
9º PERIODO	Trabalho de Conclusão de Curso II	340h
TOTAL		**340h**
SUBTOTAL		**3.060H**
	Atividades complementares	140h
TOTAL GERAL		**3.200h**

Disciplinas da Formação Livre

Religião e Sociedade	68h
Teoria e Pesquisa sobre Violência	68h
Estudos de Povos Indígenas	68h
Questões urbanas: Teorias e Métodos	68h
Instituições Políticas Brasileiras	68h
Sistemas Partidários e Eleitorais no Brasil	68h
Pensamento Social Brasileiro	68h
Tópicos Temáticos em Antropologia	68h
Sociedade, Natureza e Educação Ambiental	68h
Conflitos Sociais: Terra e Território	68h